

Qualidade de vida e desenvolvimento local

Informações para a cidadania

Denise Maria Penna Kronemberger

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 2007, p. 19).

Identifica-se, atualmente, uma nova abordagem da questão social que aponta para uma mudança de paradigma, que inclui, entre outros temas, a formação de parcerias, as articulações em rede, o voluntariado, a promoção da cidadania em uma miríade de iniciativas que proliferam pelo País. Nesse contexto, qualidade de vida, desenvolvimento local e cidadania são palavras cada vez mais corriqueiras, vinda de atores múltiplos, das mais diversas naturezas, tais como de setores governamentais, de empresas e de organizações da sociedade civil. Portanto, são cada vez mais importantes as informações sobre estas temáticas, dentre elas qualidade de vida e desenvolvimento local.

Com efeito, definir e medir qualidade de vida representam um desafio, devido as suas múltiplas dimensões e seu entendimento tende a modificar-se em função do momento histórico, de aspectos culturais e da diversidade regional.

Assim, um bem ou serviço considerado importante hoje, poderá não ser no futuro, ou pode ser mais relevante em uma região do que em outra. Em linhas gerais, educação, saúde, habitação, transporte, renda, consumo, segurança, cultura, lazer, uso do tempo, direitos humanos

e participação comunitária são alguns dos temas que conformam o complexo da “qualidade de vida” e integram aspectos interdependentes.

Procurou-se apresentar uma sistematização de alguns destes parâmetros da qualidade de vida, em diversos mapas, e introduzir o tema “cidadania e desenvolvimento local”, uma vez que um dos objetivos essenciais do desenvolvimento é a qualidade de vida das pessoas e da sociedade como um todo (vida longa, saudável e satisfatória). Como a qualidade de vida é resultante do desenvolvimento, a participação cidadã constitui fator essencial e complementar à atuação do Estado e à do Mercado. Para que isto seja possível é necessário fortalecer o conhecimento e a capacidade de criá-lo e utilizá-lo, as habilidades e as competências das pessoas (mapas sobre educação, saúde e cultura), bem como a sua capacidade de organização, participação e cooperação, e um bom nível de governança¹ (mapas sobre cidadania e desenvolvimento local), entre outros.

¹ Diversas formas pelas quais indivíduos e instituições, pública e privada, gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas. Diz respeito não só a instituições e regimes formais de coordenação e autoridade, mas também a sistemas informais (ALBAGLI; BRITO, 2002).

Vale ressaltar que outros parâmetros ligados ao tema, embora não necessariamente apresentados nesta seção, também permeiam grande parte do temário do Atlas, mostrando que “qualidade de vida” é transversal. Assim, os temas saneamento, recursos hídricos, vegetação, biodiversidade, riscos, entre outros, mostram a qualidade do meio ambiente que influencia a saúde e o bem-estar da população.

Observando todos os mapas do tema “qualidade de vida”, é fácil constatar as desigualdades regionais presentes no País: extensas áreas desprovidas de bens, serviços e oportunidades essenciais, contrastando com áreas onde são asseguradas melhores condições de vida aos seus habitantes.

Diante destas desigualdades regionais é fundamental pensar em um desenvolvimento territorial capaz de articular os diferentes atores, constituindo um novo padrão de relacionamento entre Estado, Sociedade e Mercado, em que o protagonismo local é essencial. Por este motivo detalhamos o tema a seguir.

Cidadania e desenvolvimento local

Desenvolvimento local é o processo de aproveitamento das vantagens comparativa e competitiva de uma localidade para favorecer o seu crescimento econômico, melhorar a qualidade de vida da população, fortalecer o capital social², promover uma boa governança e o uso sustentável dos recursos naturais (PAULA, 2008). É, assim, um processo endógeno de mudanças estruturais conduzido a partir dos atores locais (“desenvolvimento endógeno”), ou seja, realizado de “baixo para cima”³ (*bottom up*), através da sua mobilização e articulação em torno de um projeto coletivo, aproveitando as potencialidades e capacidades locais e as oportunidades do contexto externo, e minimizando as restrições ou fatores que o dificultam (BUARQUE, 2002). Desse modo, o desenvolvimento local é focado nas pessoas, no seu ambiente e na sua capacidade para inovar, efetuar transformações e empreender, baseado em valores como cooperação, solidariedade, partilha, complementaridade, confiança, co-responsabilidade. Tem como referência a formação de parcerias e de redes sociais, e os ativos locais (potenciais individuais e coletivos, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas) (MELO NETO; FRÓES, 2002).

De modo geral, pode-se afirmar que a sociedade brasileira vem conquistando maior espaço no processo de desenvolvimento, participando das tomadas de decisões e contribuindo para a criação de um ambiente favorável ao mesmo.

Nesse sentido, verifica-se nos últimos anos um forte crescimento do número de fundações privadas e de associações sem fins lucrativos, doravante denominadas FASFIL, no Brasil (AS FUNDAÇÕES..., 2008⁴). Além de privadas (não integrantes do aparelho de Estado) e sem fins lucrativos, estas entidades são também institucionalizadas (legalmente constituídas), autônomas (autoadministradas) e voluntárias. Entre 1996 e 2002, o número destas organizações passou de 105 mil para 276 mil, um crescimento de 157% em apenas sete anos. Entre 2002 e 2005, o acréscimo foi de 22,6%, passando para 338,2 mil. As maiores

responsáveis pelo crescimento do número de entidades deste setor são as organizações que atuam nas questões ambientais, desenvolvimento, cidadania e defesa de direitos humanos. Para estas, o crescimento foi de mais de 300% entre 1996 e 2002. Estes dados expressam o fortalecimento da capacidade de organização da sociedade brasileira, e de atuação sobre seus problemas e necessidades. Além do evidente avanço que representam em termos de participação da sociedade no equacionamento e resolução de seus problemas, sendo um instrumento democrático e de cidadania, as FASFILS também são importantes na geração de empregos, com 1,7 milhão de pessoas registradas como trabalhadores assalariados em 2005. A Região Sudeste (sobretudo o estado de São Paulo) apresenta o maior número de municípios com mais de 5 000 empregados nessas fundações.

Quando analisamos o número de unidades locais em relação à população do município, concluímos que os estados da Região Sul apresentam os maiores coeficientes de concentração das FASFILS, atingindo índices superiores a uma unidade por cada 100 habitantes em municípios do oeste de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul. Por outro lado, os municípios com mais de 1 000 FASFILS encontram-se principalmente na Região Sudeste (sobretudo no Estado de São Paulo), acompanhando a concentração da população no País.

A cidadania também é exercida através do registro de nascimento, realizado no Cartório no prazo legal de 90 dias. A posse da certidão de nascimento, além da garantia do direito à cidadania, é importante para o exercício dos demais direitos humanos. Observa-se um avanço da cobertura deste registro no período compreendido entre 1998 e 2008 em todas as Grandes Regiões do País, sobretudo no Nordeste e Norte, devido a um conjunto de políticas públicas orientadas nesse sentido.

Em 1998, o menor percentual de registros dentro do prazo entre as microrregiões do País era de 37,1%, enquanto em 2008 alcançou 61,3%. As áreas com as menores proporções de registros encontravam-se, em 2008, nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Acre e Roraima e refletiam condições de exclusão social e dificuldades de acessibilidade aos serviços públicos.

Na atualidade, há no Brasil uma multiplicidade de ações pública e privada que visam apoiar ou induzir o desenvolvimento, como as Agendas 21 Locais, os Territórios da Cidadania, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADS, os Programas de Desenvolvimento Regional, os empreendimentos de Economia Solidária⁵, os Arranjos Produtivos Locais - APL, os Arranjos Educativos Locais - AEL, as iniciativas de empreendedorismo social⁶, tecnologias sociais⁷, inclusão digital e muitas outras. Contudo, ainda é difícil mapear algumas destas, devido à inexistência de dados estatísticos oficiais e/ou a complexidade dos temas.

Essa diversidade de ações constitui, de certa forma, tentativas de implementar uma nova dinâmica territorial do desenvolvimento. Elas

⁵ “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo [...]. Casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição [...] com o princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2003, p. 13). Como exemplos estão as cooperativas populares, as empresas de autogestão, os clubes de troca e os projetos de economia de comunhão, entre outros.

⁶ O empreendedorismo social produz bens e serviços para solucionar problemas sociais, não está voltado para os mercados, mas para atender às pessoas em situação de exclusão social, pobreza e risco de vida. Seu objetivo é capacitar para ações empreendedoras, para “empoderar” as comunidades (MELO NETO; FRÓES, 2002). Como exemplos podem ser mencionadas as ações da Pastoral da Criança (Igreja Católica) e do Comitê de Democratização da Informática (Escolas de Informática e Cidadania), entre outras.

⁷ “Arranjos institucionais definidos e implementados por associações, pelos governos em seus diversos níveis, universidades, sindicatos, equipes gestoras dos programas e projetos de desenvolvimento social em uma comunidade e pelos membros da comunidade” (MELO NETO; FRÓES, 2002, p. 64).

² Capital social é a “capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (ARAÚJO, 2003, p.10).

³ Não se quer dizer com isto que o desenvolvimento será buscado somente de baixo para cima, pois a participação cidadã não prescinde do papel fundamental do Estado.

⁴ São consideradas como FASFIL as seguintes entidades sem fins lucrativos: Organização Social; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP; Fundações Mantidas com Recursos Privados; Filial, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira; Organização Religiosa; Comunidade Indígena e Outras Formas de Associação.

têm etapas de execução diferentes, porém têm em comum a formação de redes sociais e o fomento às dinâmicas democrático-participativas. Visam tornar as comunidades protagonistas do seu desenvolvimento, ao participarem das tomadas de decisão.

Estas iniciativas compõem um processo onde emergem novos atores, que criam novas territorialidades, uma vez que alteram as suas relações com as localidades/regiões, ou seja, mudam o modo de agir em seu meio de referência, podendo, inclusive, contribuir para criar laços mais fortes de identidade territorial (sentido de pertencimento), quando, por exemplo, expressam resistência aos mecanismos da globalização ou quando aproveitam as potencialidades para valorizar os territórios (ALBAGLI, 2004). Como exemplos podem ser mencionadas as experiências da Câmara Regional do Grande ABC Paulista (São Paulo), da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB (Bahia), da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO (Santa Catarina) e o Projeto Managé, na Bacia do Rio Itabapoana (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo).

Os empreendimentos de economia solidária geram emprego, melhorando a renda e as condições de vida das pessoas envolvidas e de seus familiares. Além disso, por se tratar de iniciativas solidárias, multiplicam o capital social, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento local. Há dois tipos de situação em que eles proliferam: entre os estados da Região Nordeste, onde representam uma alternativa de geração de emprego e renda importante, e nos estados do Sul, de forte tradição associativista.

Os projetos de inclusão digital contribuem para generalizar a conectividade e aumentar a produtividade dos atores sociais, fortalecer a cidadania, favorecendo, portanto, o desenvolvimento local. Em 2009, 87,6% dos municípios brasileiros desenvolviam políticas ou planos de inclusão digital, a maioria dos quais (82,9%) com criação de telecentros por iniciativa da prefeitura, 43,6% deles também dispunham de computadores com acesso à Internet, disponibilizados para uso público e 70,8% tinham computadores na rede municipal de ensino com acesso à Internet.

A Agenda 21 Local representa um processo participativo de apoio ao desenvolvimento sustentável local. Envolve questões ambiental, social, econômica, política, institucional e cultural, tendo como alicerce alguns princípios básicos: formação de parcerias, participação social e responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade. Portanto, acompanhar tanto o seu espraio pelo País quanto seu sucesso ou fracasso, se reveste de grande importância.

Em 2002, 29,7% (1 652) dos municípios brasileiros haviam iniciado o processo de construção da Agenda 21 Local, sendo que a proporção era maior (cerca de 70%) entre os mais populosos (mais de 500 000 habitantes), fazendo com que metade da população brasileira residisse em municípios com Agendas 21 iniciadas. Em 2009, o percentual alcançou apenas 19,9%, permanecendo a concentração (60%) das Agendas em municípios mais populosos. Também ocorreu uma queda do percentual na Região Nordeste (63,8%, em 2002, para 25,8%, em 2009), possivelmente devido a descontinuidades na atuação do Banco do Nordeste - BNB (Programa Farol do Desenvolvimento), entre outros. Isto mostra como é importante construir arranjos institucionais capazes de erguer uma ampla rede de parcerias articulada, com a participação de governos, organizações da sociedade civil e empresas, além do protagonismo local, para que as iniciativas tenham êxito e assegurem a sustentabilidade do processo de desenvolvimento local.

O Programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é outro exemplo de estratégia de indução do desenvolvimento local. Seus objetivos são promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, através de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável nos 120 Territórios da Cidadania delimitados até 2009. Tem como premissas a participação social e a integração de ações entre governo federal, estados e municípios.

Neste contexto de desenvolvimento local também são criadas “novas institucionalidades” para apoiar o processo ou parte dele. São os Fóruns, as Agências, os Comitês de Bacias, os Conselhos Municipais, os Conselhos de Desenvolvimento, os Consórcios Intermunicipais, as Associações de Municípios e as Redes, que conferem maior representatividade política e social ao processo. Eles constituem espaços públicos de negociação e participação cidadã.

Os Fóruns da Agenda 21 Local, por exemplo, são instâncias compostas por variados representantes, tanto do poder público quanto da sociedade civil, e tem a missão de elaborar, monitorar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Sustentável. Uma das suas principais atribuições é representar os anseios dos participantes durante o processo de formulação de políticas e de elaboração e implementação do Plano, definindo uma visão de futuro desejado pela comunidade, que se traduza em ações a serem incluídas no planejamento municipal. Os Fóruns estavam presentes, em 2009, em 11% dos municípios brasileiros, que representam 63% dos que possuem Agenda 21 (em 2002 este percentual alcançava 47%). Entretanto, a maioria deles (72%) não teve, em 2009, uma frequência adequada (27% dos municípios com frequência irregular e 45% não se reuniram).

Os Comitês de Bacias Hidrográficas também são exemplos de “institucionalidades participativas” que apoiam o desenvolvimento local, na medida em que procuram a interação entre os atores sociais (representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários da água), o ordenamento da ocupação das bacias, a utilização criteriosa da água, criando, utilizando e fortalecendo as instituições. Em 2009, 61% dos municípios participavam de algum Comitê de Bacia.

Os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente são fóruns com participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada, que têm como função acompanhar a implementação da política ambiental do município, negociar demandas e interesses e mediar conflitos, podendo ter caráter consultivo e/ou deliberativo e/ou normativo e/ou fiscalizador (PERFIL..., 2010). Em 2009, 40% dos municípios brasileiros possuíam Conselhos de Meio Ambiente Ativos, isto é, que se reuniram no período de 12 meses anteriores à coleta da informação.

Apesar da existência de outros conselhos temáticos, escolhemos o de meio ambiente como o representante desta categoria no conjunto das “institucionalidades” mapeadas. Os Conselhos Municipais de saúde, assistência social, educação, direitos da criança e do adolescente são vinculados, ou seja, o repasse de verbas federais pressupõe a sua existência. Assim, eles não representariam adequadamente a participação da sociedade, apesar de sua importância para o desenvolvimento local. A presença de um Conselho ativo de meio ambiente em um município mostra que existe alguma forma de participação comunitária, ainda que não seja possível, através de dados quantitativos, saber se esta participação é ativa e efetiva na gestão pública.

Os Consórcios Públicos Intermunicipais de Meio Ambiente são uma associação entre dois ou mais municípios com o objetivo de executar ações voltadas ao desenvolvimento. Apenas 17,5% deles participavam destes consórcios em 2009, a maioria na Região Sul do País.

Os mapas do tema “governança” apresentam algumas formas de participação social na gestão municipal, como o orçamento participativo, os conselhos de desenvolvimento, os consórcios intermunicipais e com o estado, as parcerias entre governo e setor privado e o apoio deste e das comunidades na gestão das ações públicas.

O Orçamento Participativo está presente na maioria dos municípios das Regiões Sul (89%) e Centro-Oeste (88%), e apresenta elevado percentual de participação também nas Regiões Norte (71%), Sudeste (67%) e Nordeste (61%).

Os Conselhos Municipais de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou Similar têm o objetivo de garantir a gestão democrática das cidades através da inserção dos cidadãos como colaboradores, cogestores, prestadores e fiscalizadores das atividades da administração pública. Em 2009, apenas 12,5% dos municípios brasileiros possuíam este tipo de conselho ativo, ou seja, que se reuniu no período de 12 meses anteriores à coleta da informação.

Em 2009, no que se refere à política de desenvolvimento urbano, 15,2% dos municípios participavam de Consórcios Públicos Intermunicipais; 9,5% de Consórcios Públicos com o Estado; 7,0% faziam parte de Consórcios com o Governo Federal; 5,3% estabeleceram convênio de parceria com o setor privado e apenas 4,2% recebiam apoio do setor privado ou de comunidades. Há necessidade, portanto, de uma maior articulação entre os poderes públicos (âmbitos municipal, estadual e federal), as empresas e a sociedade, capaz de mobilizarem-se por projetos coletivos e efetuarem uma gestão compartilhada⁸ em favor do desenvolvimento.

A partir do exposto e das análises dos mapas apresentados neste tema, conclui-se que o processo de busca por um desenvolvimento local é dinâmico. Há sobreposição de iniciativas, outras se complementam, algumas certamente não vão adiante, outras continuarão, mas todas representam tentativas da sociedade em participar dos rumos do seu desenvolvimento.

Finalizando, é importante enfatizar que o desenvolvimento local não se esgota nos exemplos aqui apresentados. A intenção foi somente apresentar alguns aspectos que envolvem esta temática e mostrar que qualidade de vida e desenvolvimento local estão intrinsecamente associados. Concluo com as palavras de Dowbor (2008, p. 91): “a imagem da qualidade de vida nos remete a um bairro agradável, com razoável prosperidade, saúde, riqueza cultural, equidade e segurança: grande parte dessas coisas se organiza localmente”. Para o autor, estes resultados são, em grande parte, determinados por comunidades criativa e diferenciada. Como sugestão final, convidamos o leitor a procurar esta abordagem no seu cotidiano, assumindo um papel ativo e participativo no processo coletivo de desenvolvimento que passa pela atuação de cada cidadão.

Referências

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; Lages, V. N. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Apresentação Ignacy Sachs. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2004. p. 25-69. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT000A61AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT000A61AE.pdf)>. Acesso em: out. 2010.

⁸ “A Gestão Compartilhada tem como objeto o trato de assuntos do interesse convergente dos que cooperam. Ela se exerce através da articulação entre eles. É, portanto, um modelo de gestão que se aplica às interfaces dos cooperantes. Sob variadas formas, faz conexões entre diferentes tipos de gestão, criando novos canais de interação entre pessoas, grupos, movimentos e organizações, tecendo assim uma teia que promove a cooperação do todo e preserva a identidade das partes” (PAIVA; MONTEIRO, 2002, p. 13).

www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\$File/NT000A61AE.pdf>. Acesso em: out. 2010.

ALBAGLI, S.; BRITTO, J. (Org.). *Glossário de arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Economia, 2002. Estudo da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - RedSist. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist/piloto>. Acesso em: out. 2010.

ARAÚJO, M. C. d'. *Capital social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 65 p. (Passo-a-Passo, 25).

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177 p. (Terra mater).

DOWBOR, L. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. Petrópolis: Vozes, 2008. 214 p.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2008. Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, 2009. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/rc2008.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

AS FUNDAÇÕES privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 153 p. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 8). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

MELO NETO, F. P. de.; FRÓES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 232 p.

PAIVA, F.; MONTEIRO, J. de P. *Os 5 elementos: a essência da gestão compartilhada no Pacto de Cooperação do Ceará*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 120 p.

PAULA, J. de. *Desenvolvimento local: textos selecionados*. Brasília, DF: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2008. 79 p. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/62FD7701935AA11183257543006CA050/\\$File/NT0003DBAA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/62FD7701935AA11183257543006CA050/$File/NT0003DBAA.pdf)>. Acesso em: out. 2010.

PERFIL dos municípios brasileiros 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2007. 176 p. (Coleção Milton Santos, 8).

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28. (Coleção Economia).



Desigualdade social



Fonte: Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Nota: O consumo médio *per capita* é o resultado do somatório das aquisições realizadas pela família, dentro do período de referência dos 12 meses da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, por meio monetário (moeda, cartão, cheque) e não-monetário (doação, troca, etc.), dividido pelo número de moradores. Este indicador tem por objetivo mensurar o bem-estar das famílias. Através da junção das bases do Censo Demográfico 2000 e da POF 2002-2003, a estimativa do consumo para pequenas áreas foi calculada pelo método desenvolvido por Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002 apud MAPA..., 2008).

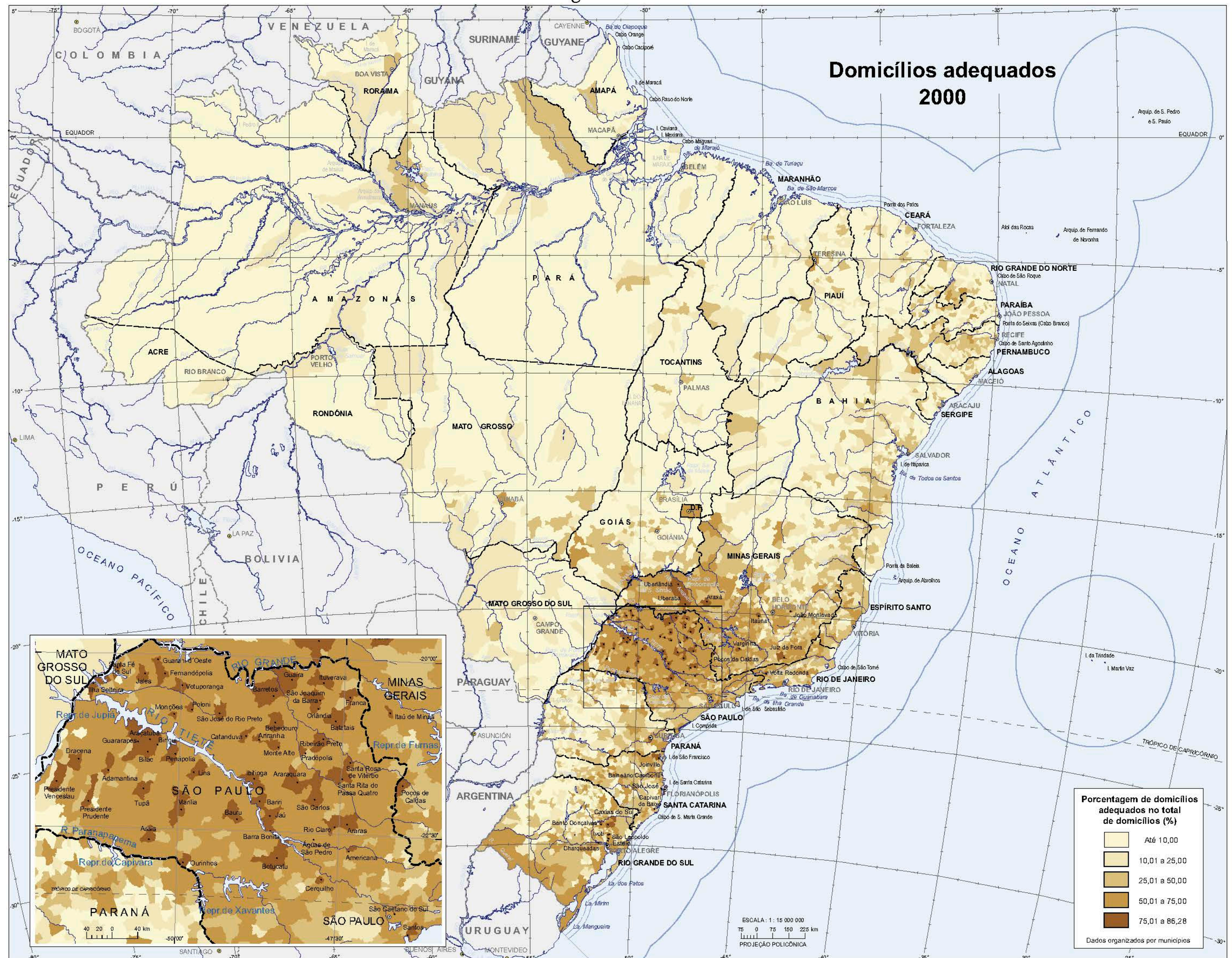
Desigualdade social



Fonte: Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Nota: Proporção da população com consumo domiciliar *per capita* menor ou igual ao valor da linha absoluta de pobreza regional. Através da junção das bases do Censo Demográfico 2000 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003, a estimativa do consumo para pequenas áreas foi calculada pelo método desenvolvido por Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002 apud MAPA..., 2008).

Desigualdade social



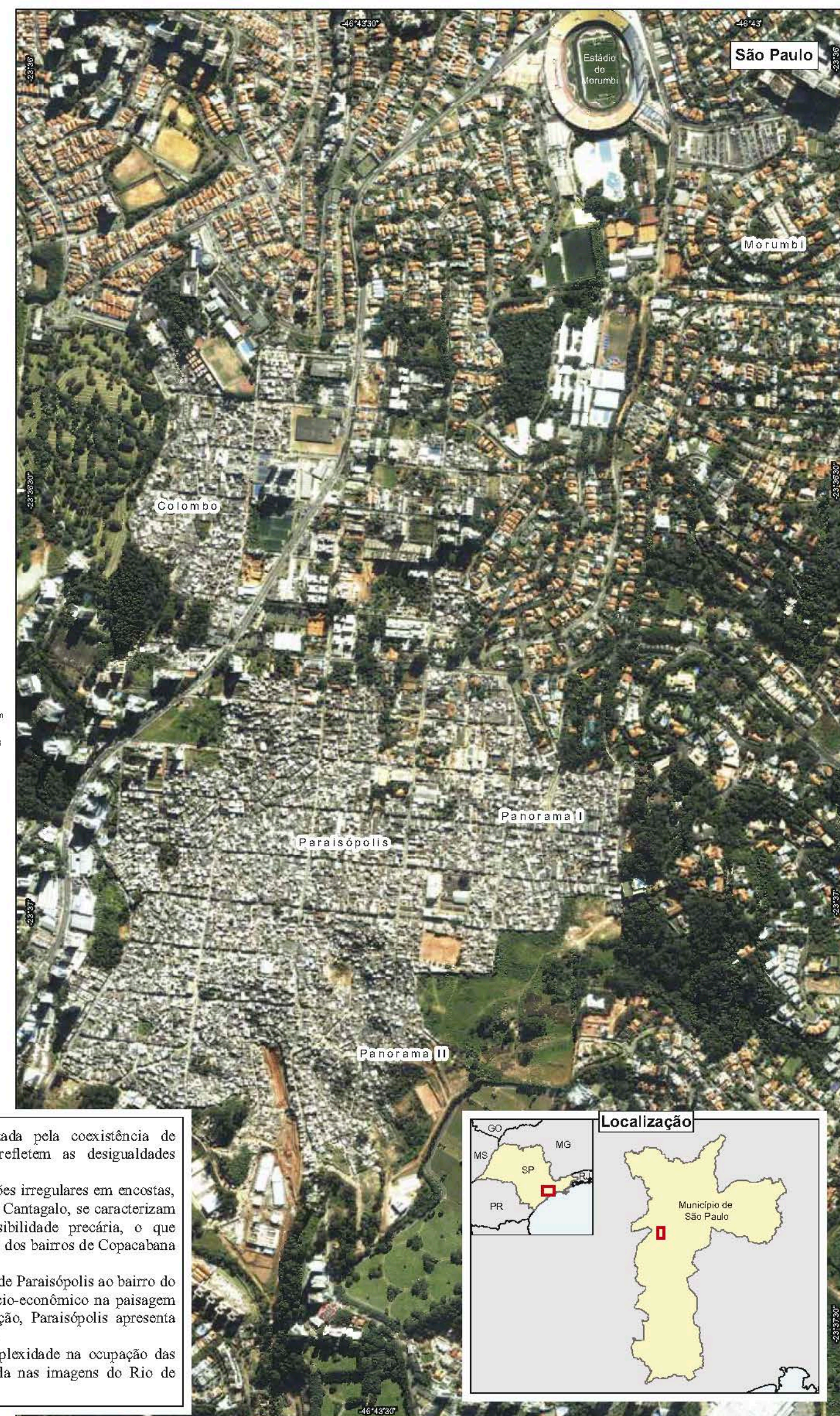
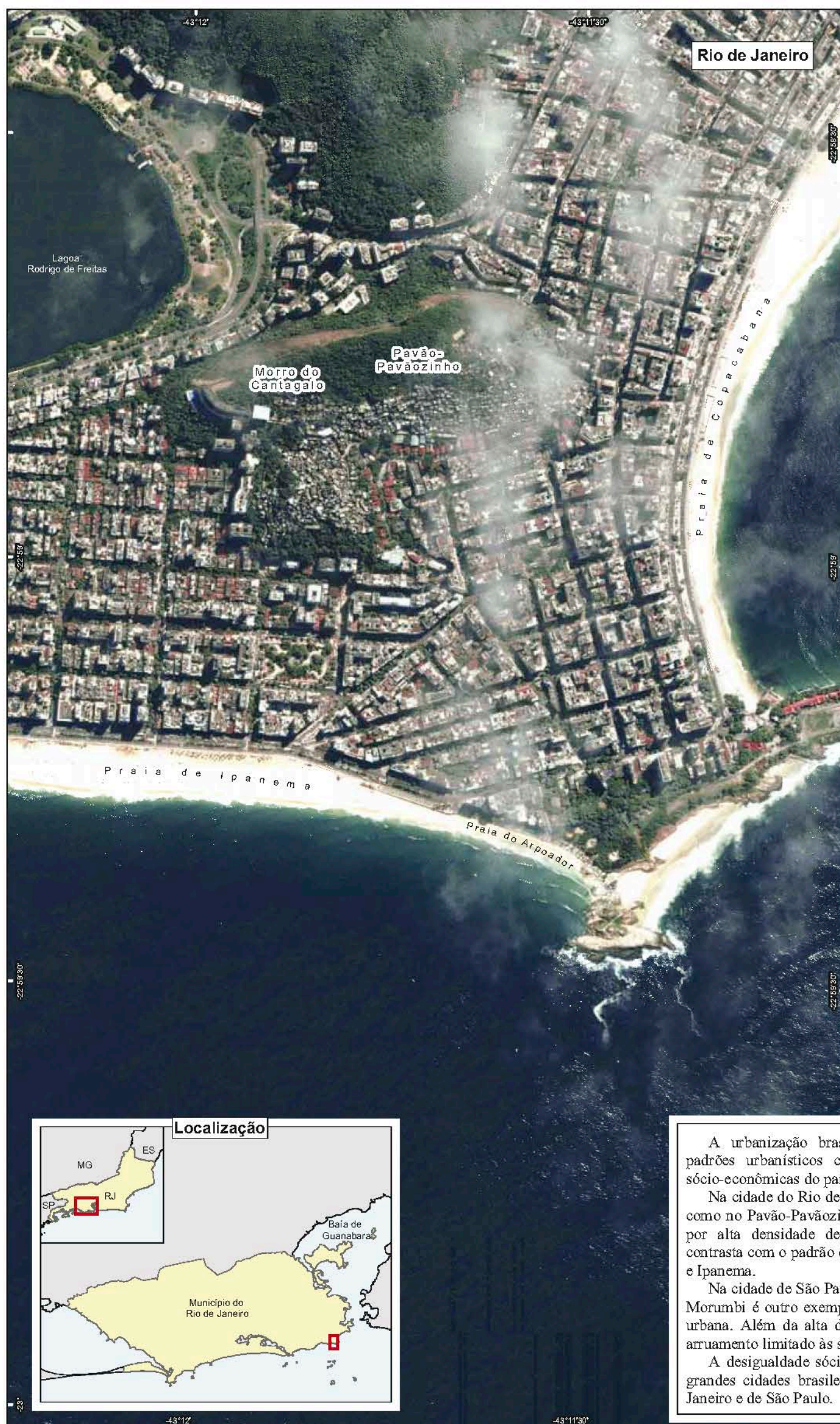
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Nota: Percentual de domicílios particulares permanentes de moradia adequada.

Considerou-se moradia adequada os domicílios particulares permanentes em que havia:

1. Abastecimento de água por rede geral;
2. Esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica;
3. Lixo coletado ou colocado em caçamba; e
4. Densidade de moradores por dormitório menor ou igual a 2.

Padrões de ocupação do espaço urbano



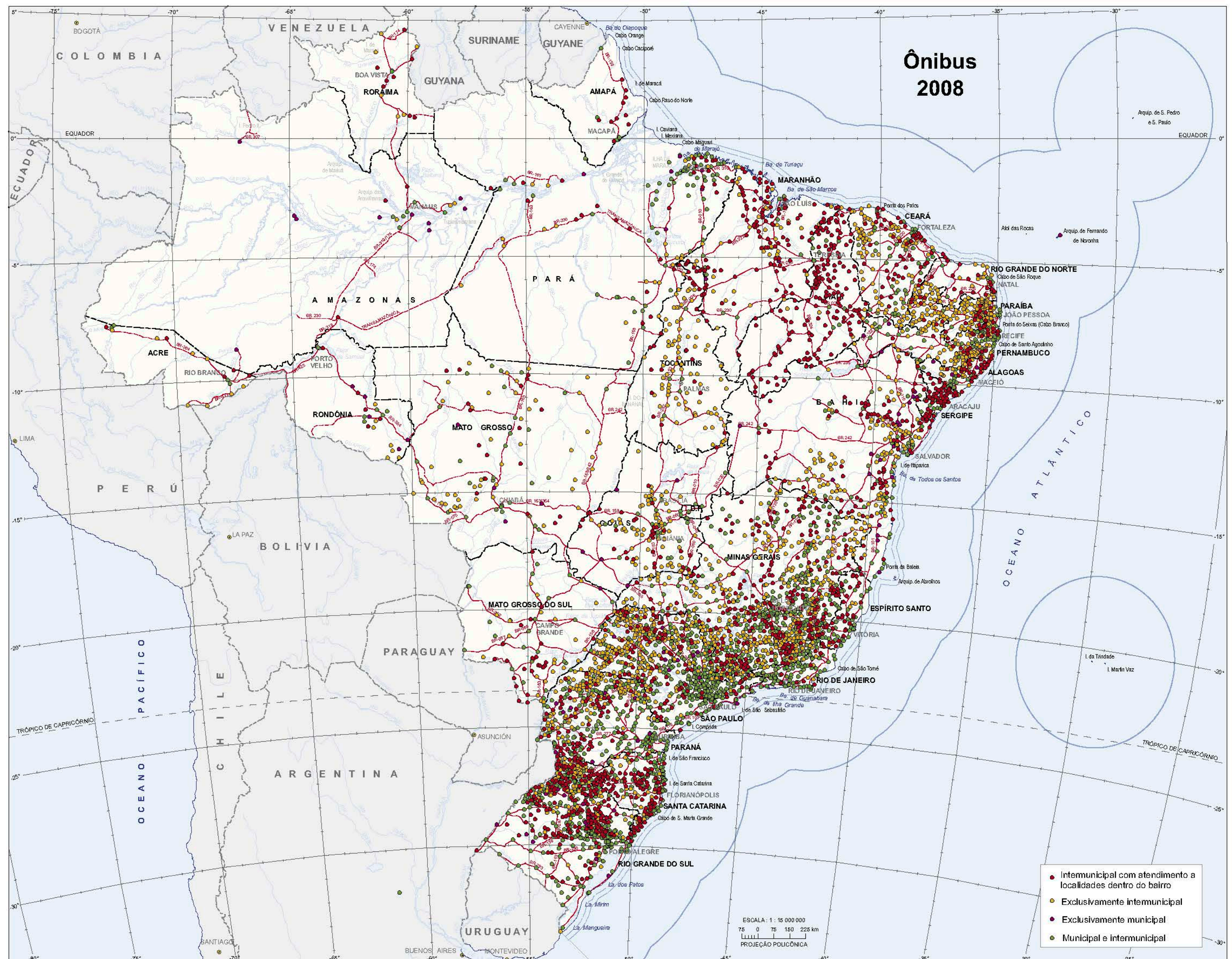
A urbanização brasileira é caracterizada pela coexistência de padrões urbanísticos contrastantes, que refletem as desigualdades sócio-econômicas do país.

Na cidade do Rio de Janeiro, as ocupações irregulares em encostas, como no Pavão-Pavãozinho e no Morro do Cantagalo, se caracterizam por alta densidade de moradias e acessibilidade precária, o que contrasta com o padrão de ocupação regular dos bairros de Copacabana e Ipanema.

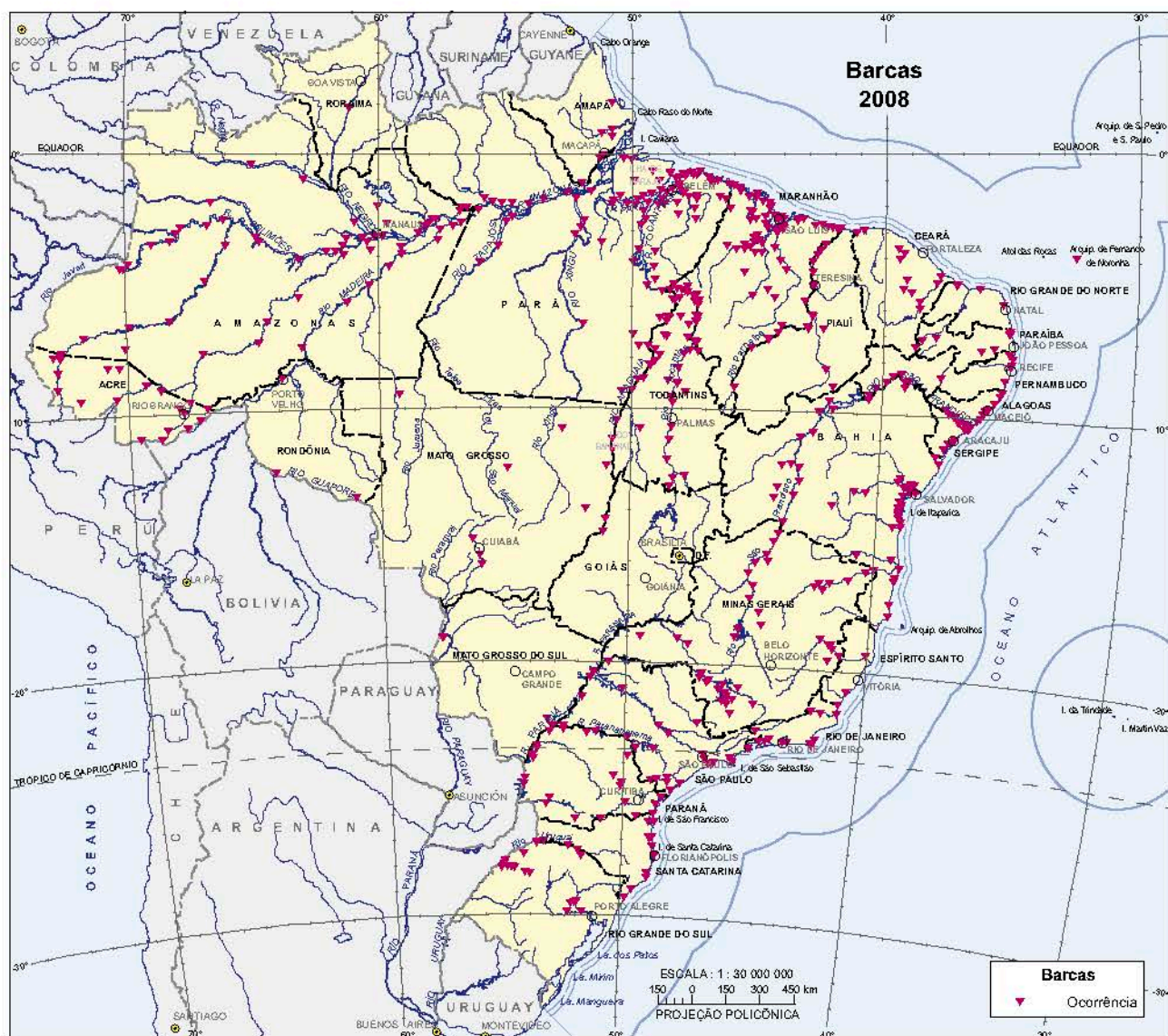
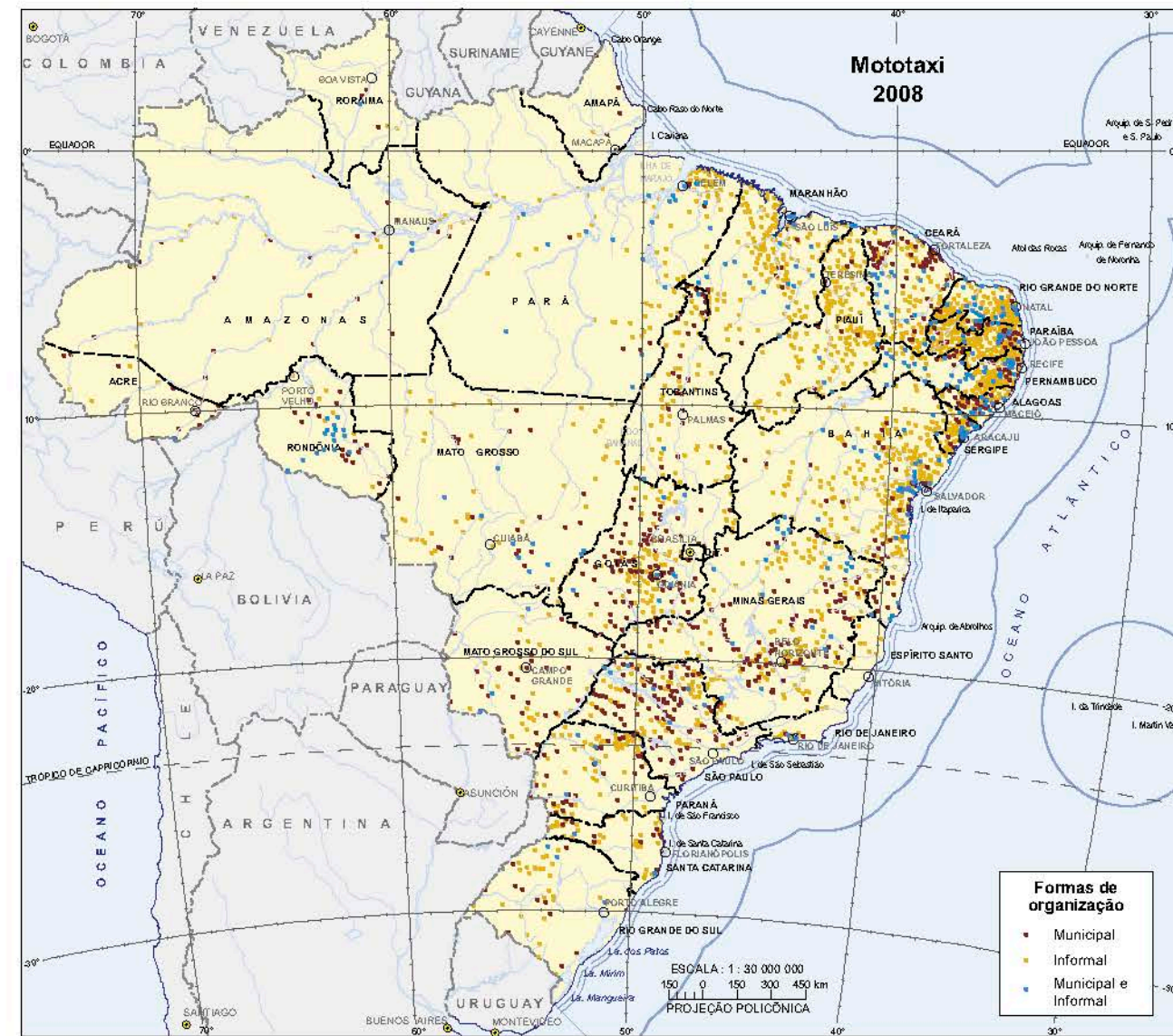
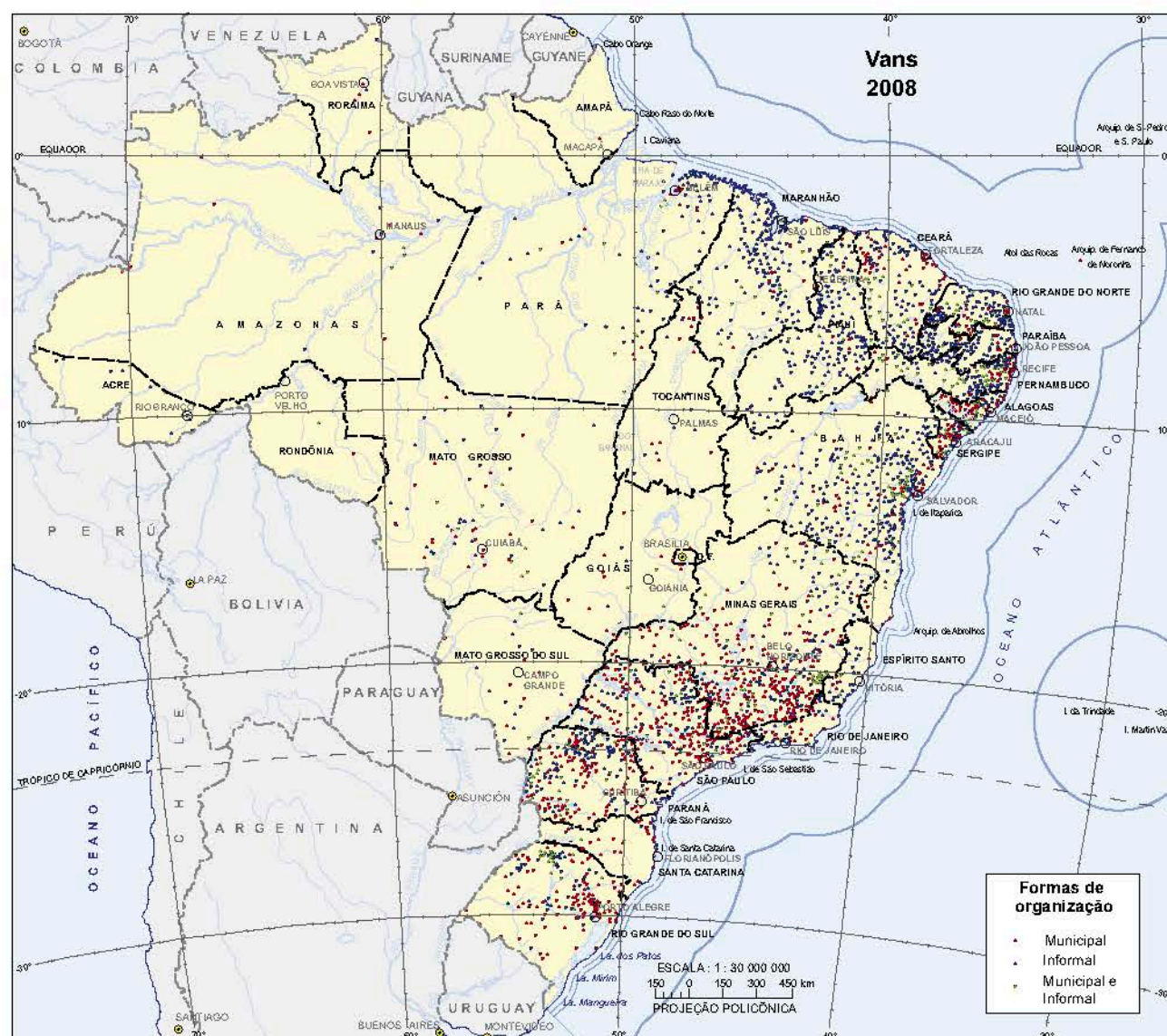
Na cidade de São Paulo, a proximidade de Paraisópolis ao bairro do Morumbi é outro exemplo de contraste sócio-econômico na paisagem urbana. Além da alta densidade de ocupação, Paraisópolis apresenta arruamento limitado às suas vias principais.

A desigualdade sócio-espacial e a complexidade na ocupação das grandes cidades brasileiras fica evidenciada nas imagens do Rio de Janeiro e de São Paulo.

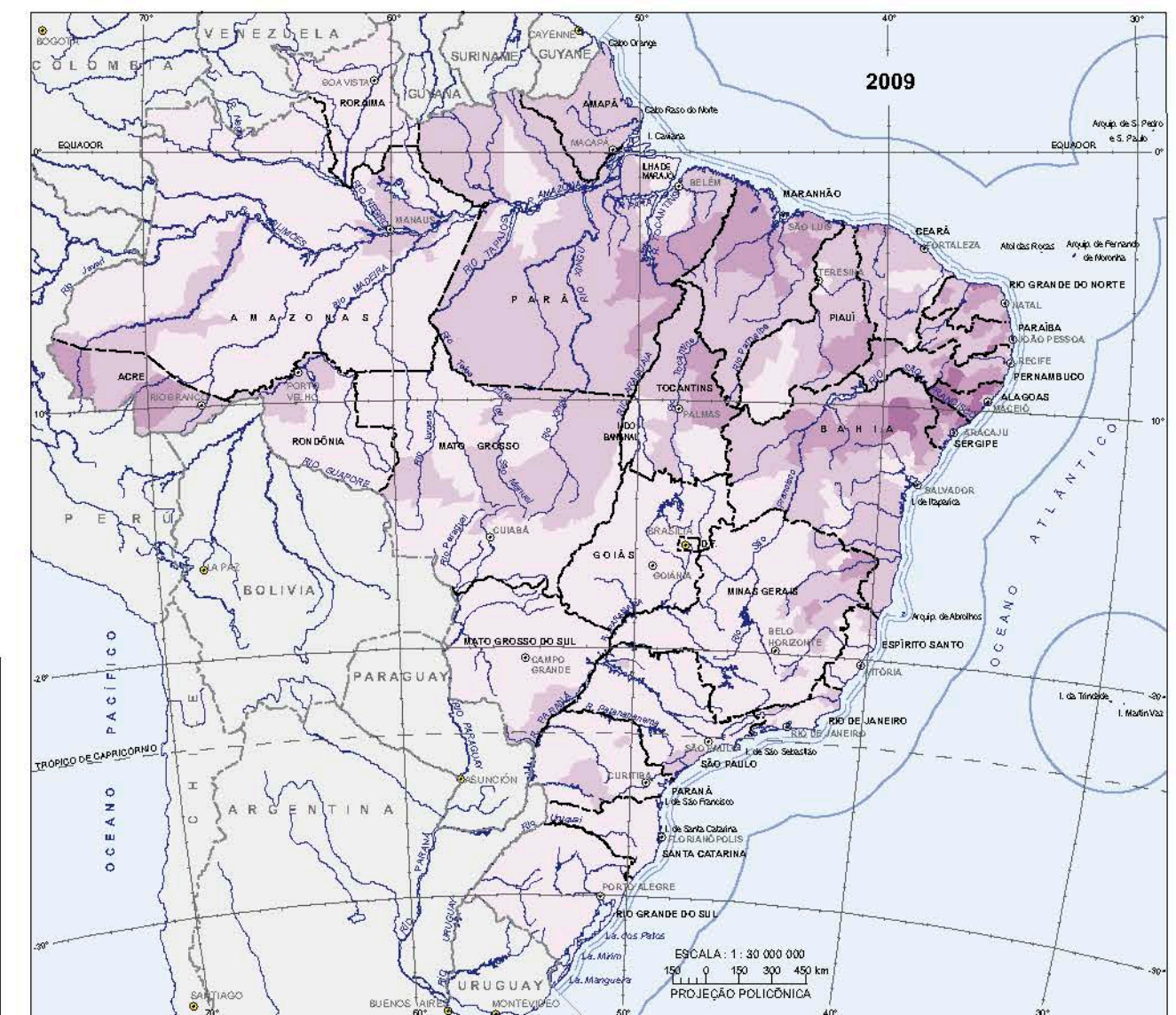
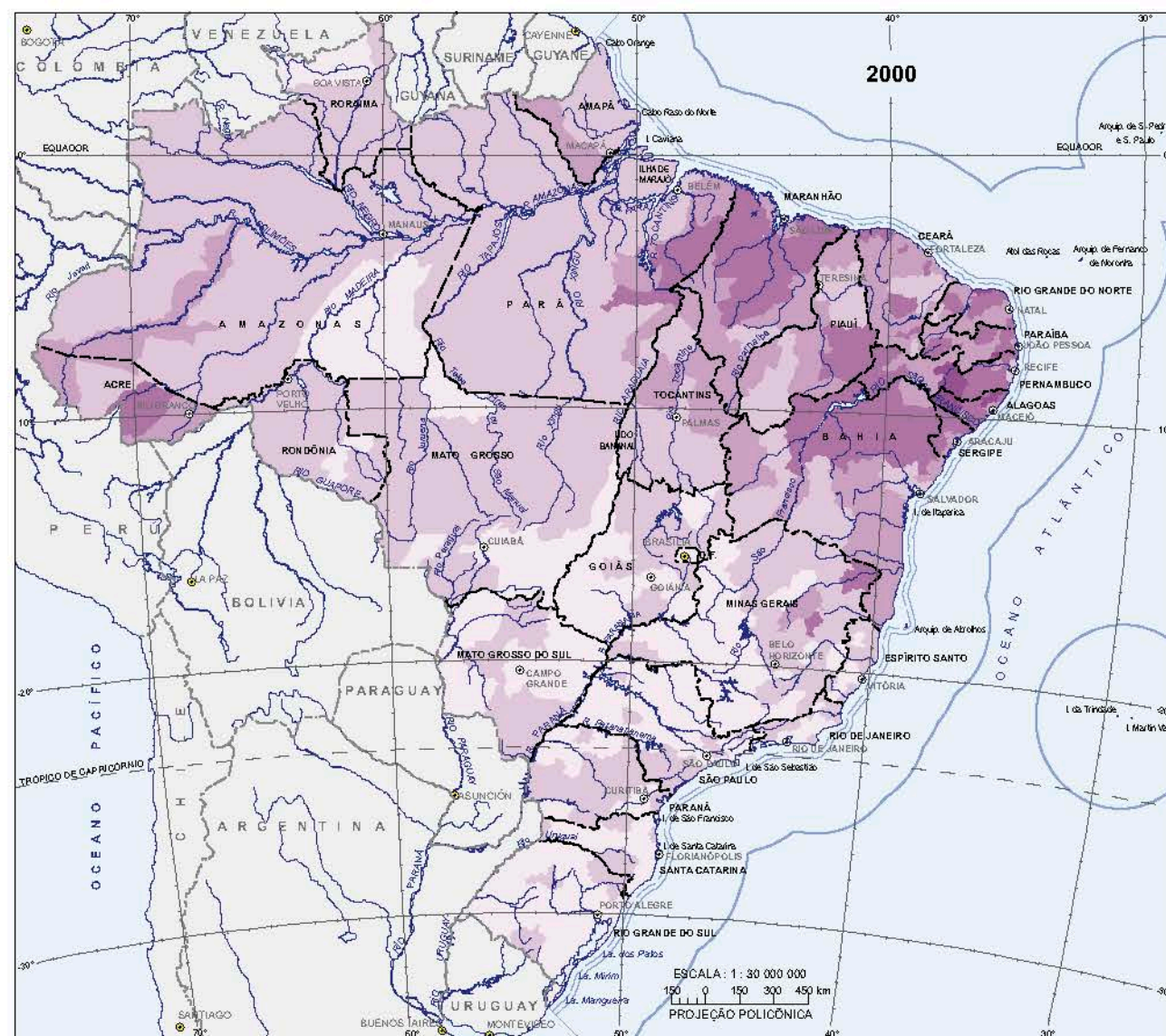
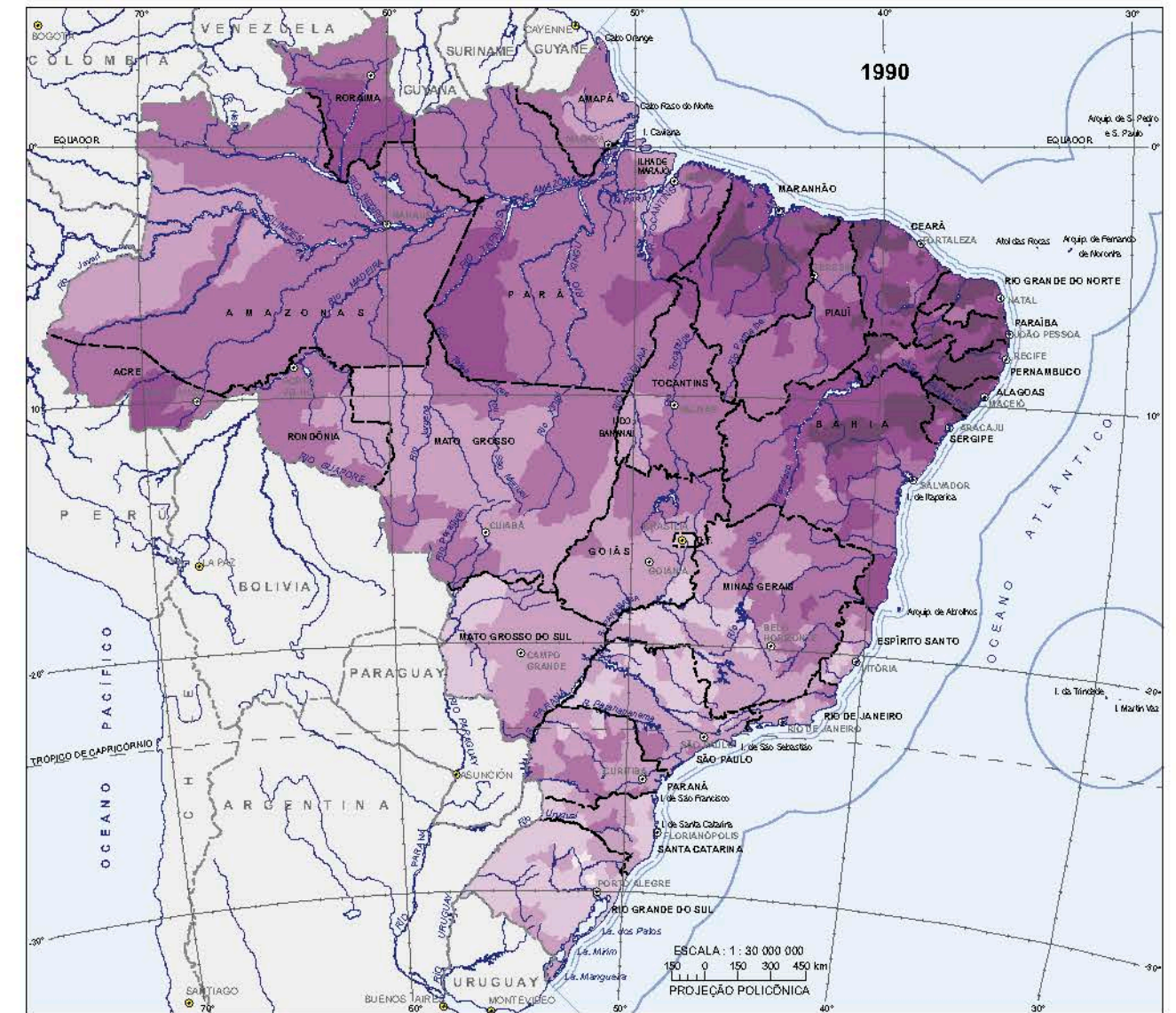
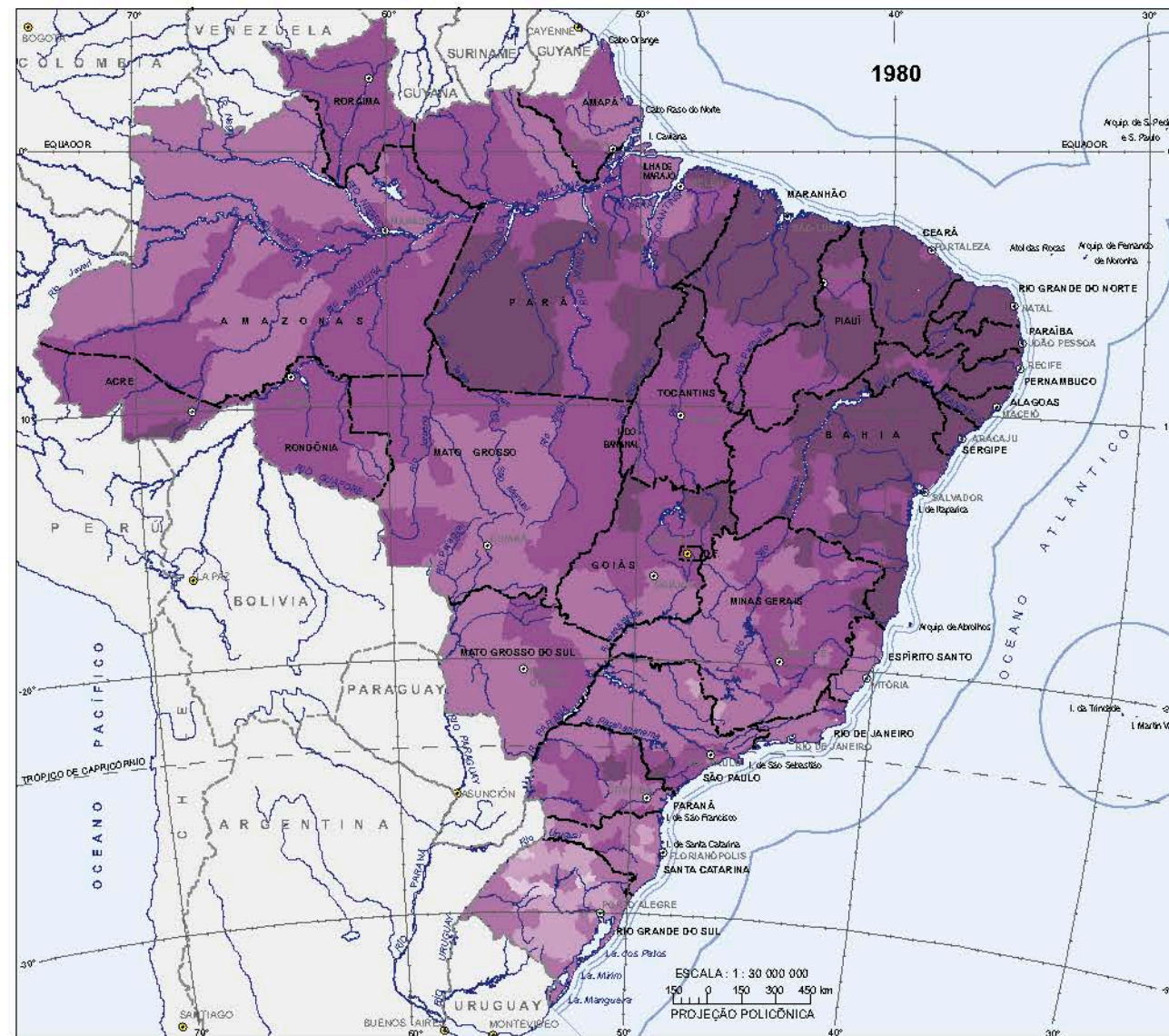
Transporte coletivo



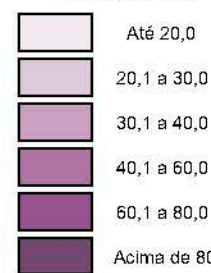
Transporte coletivo



Mortalidade infantil - 1980/2009

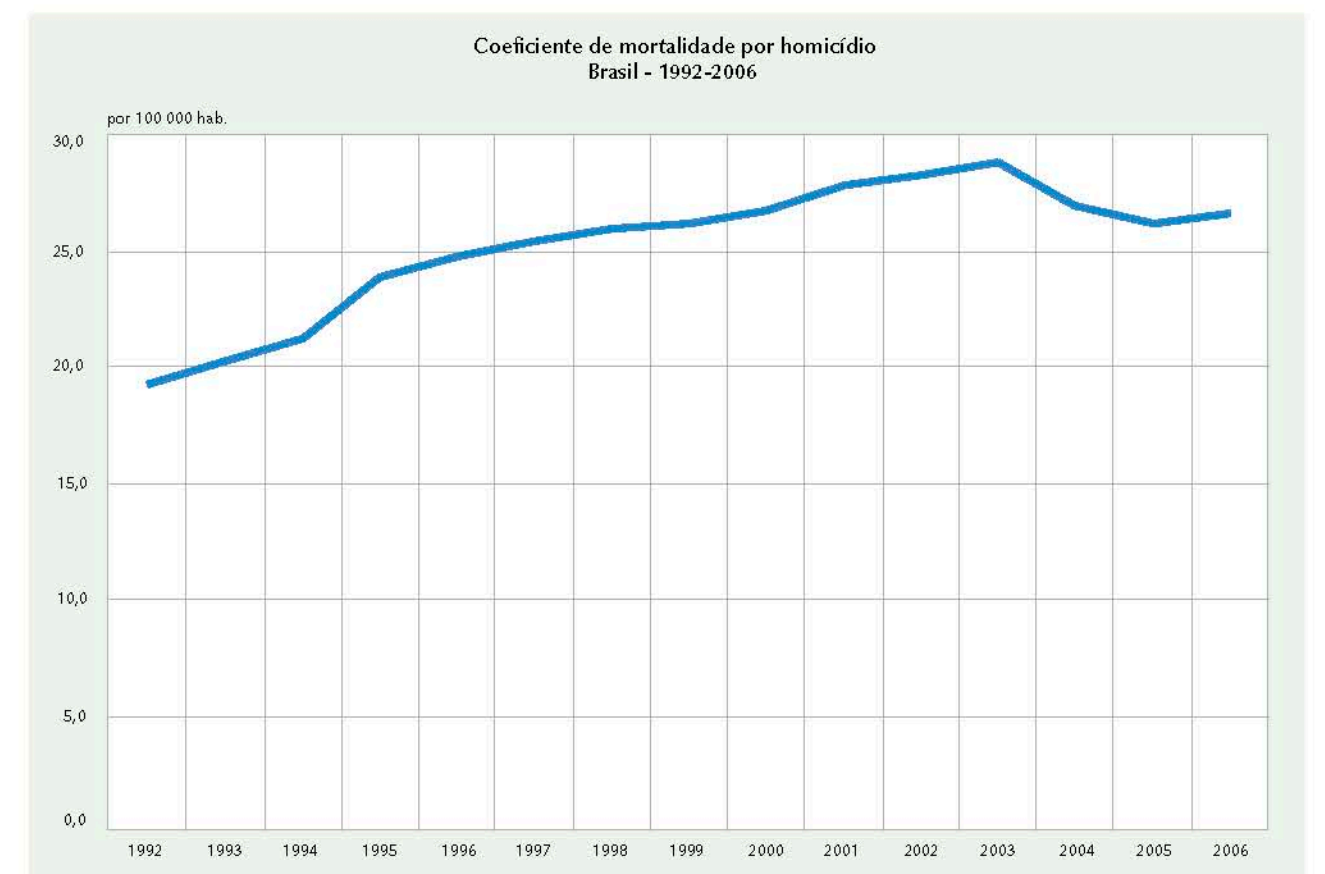
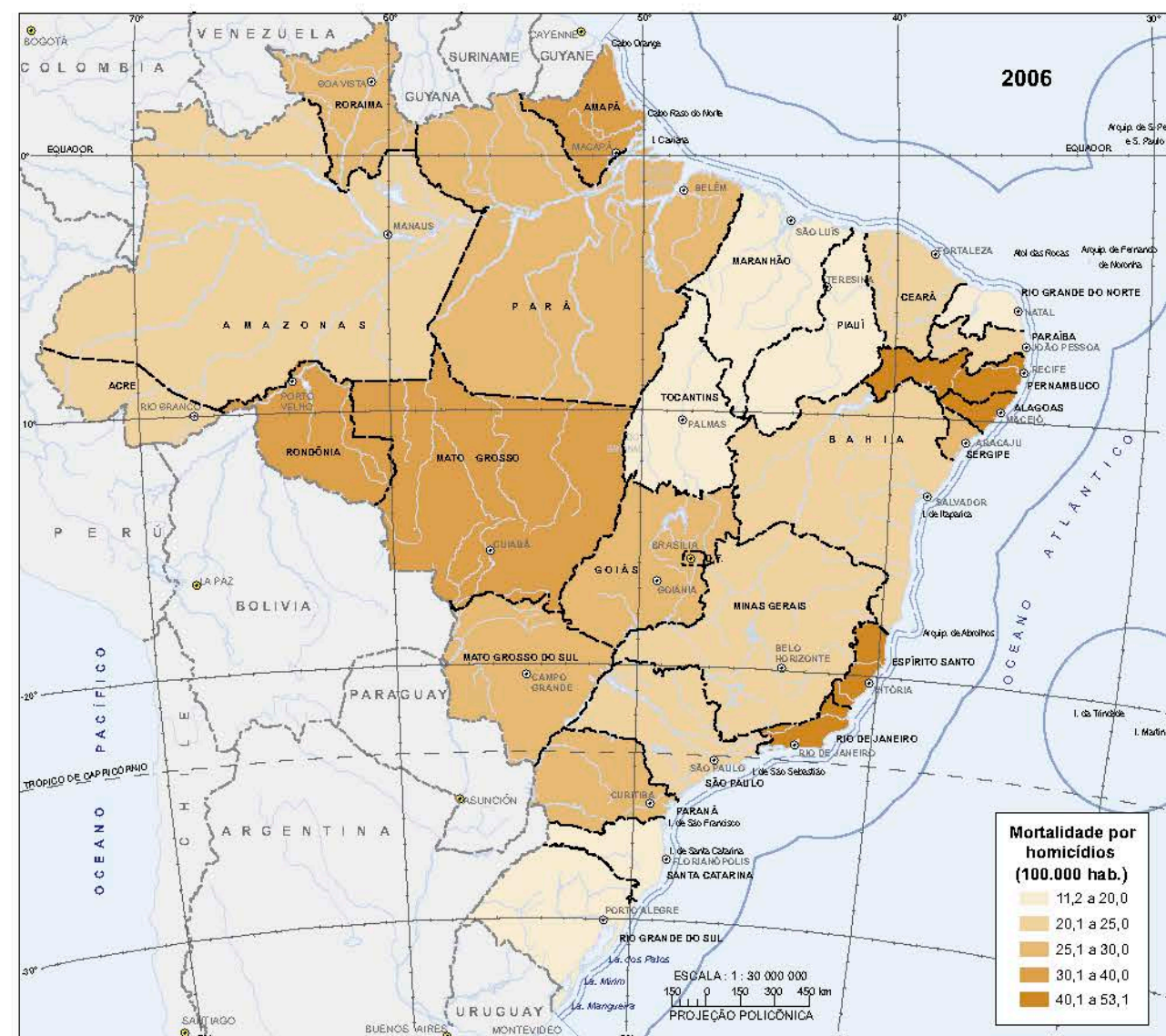
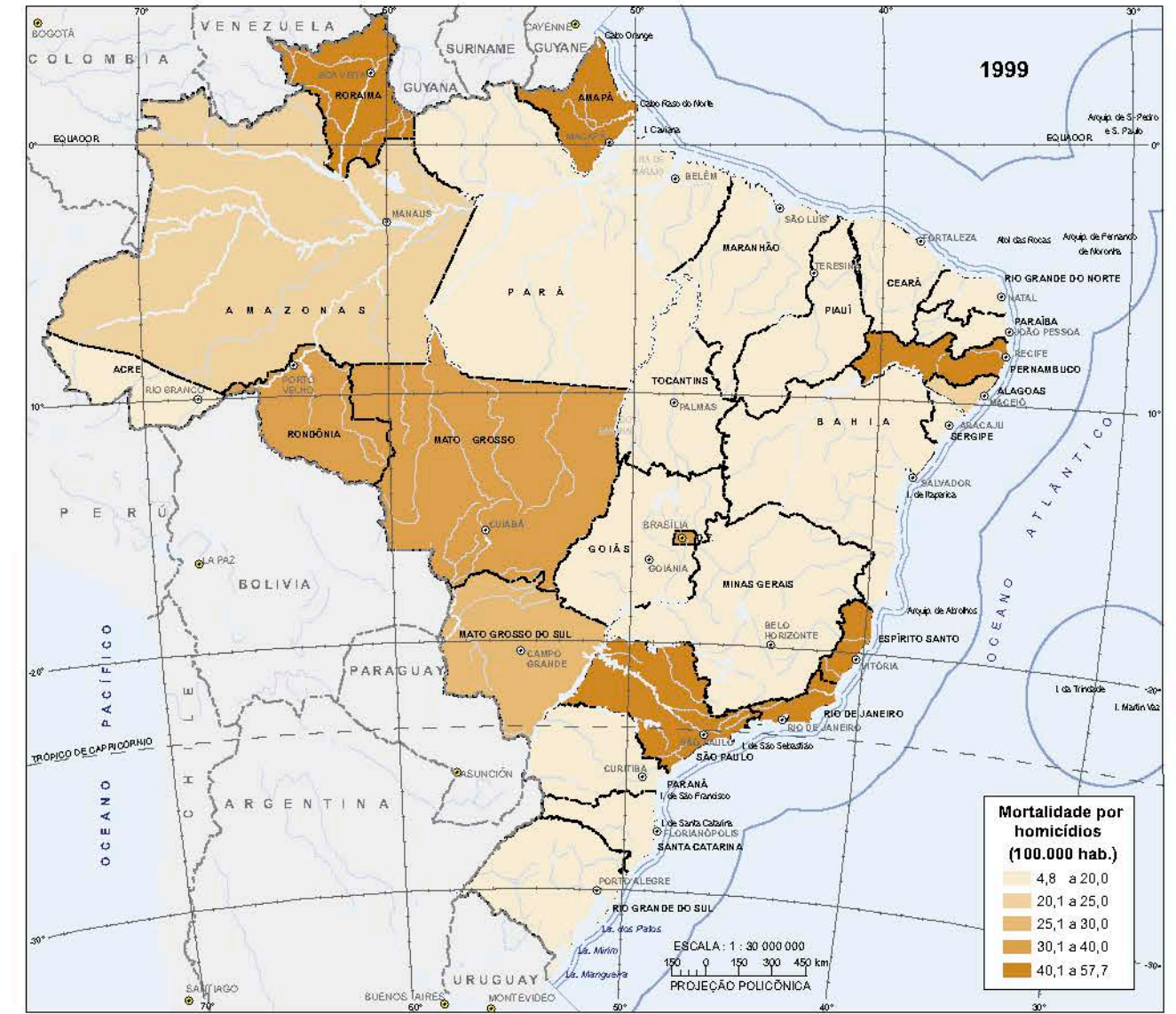
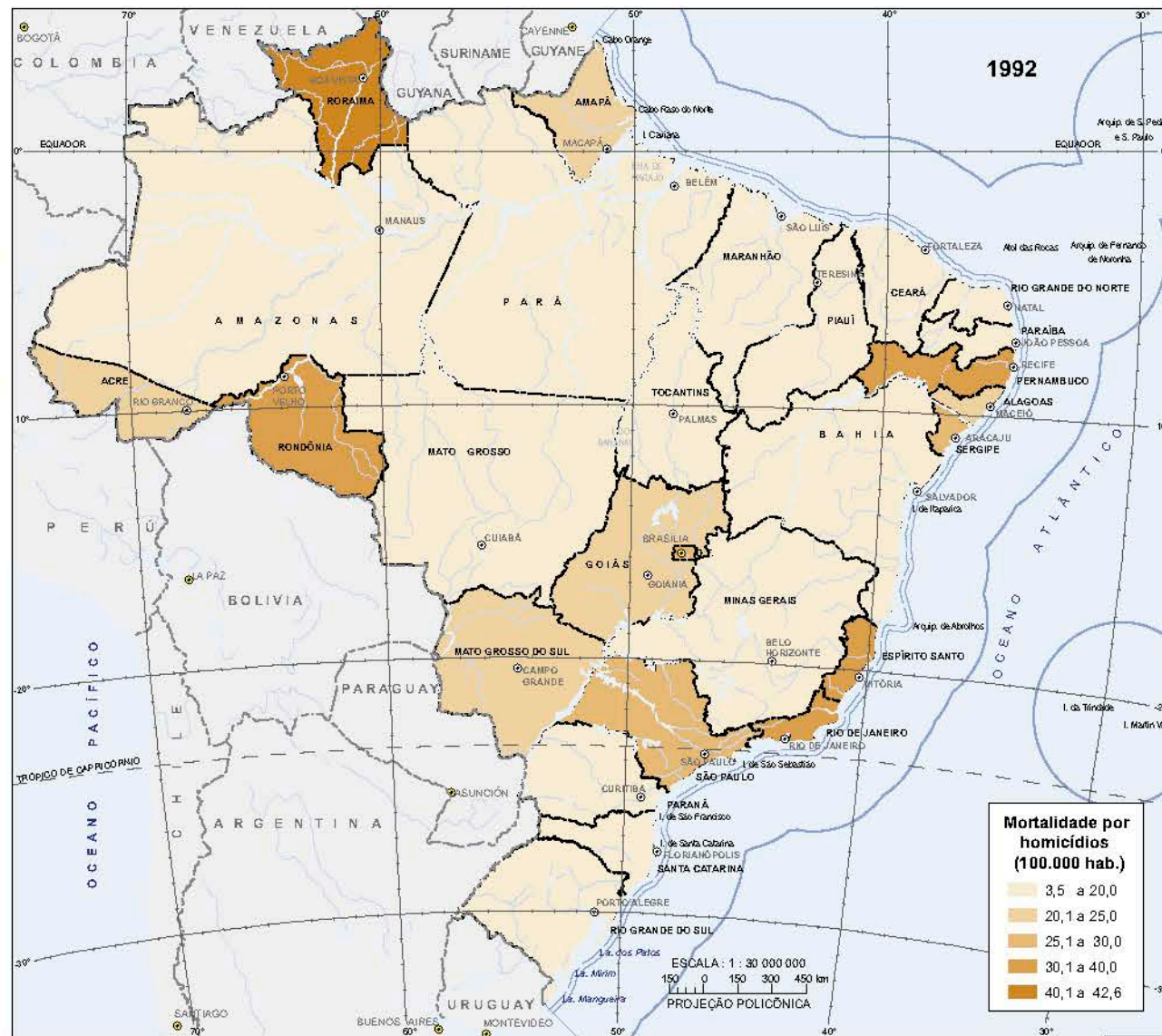


Taxa de mortalidade infantil*
($\frac{0}{100}$)
(Crianças de até 1 ano)



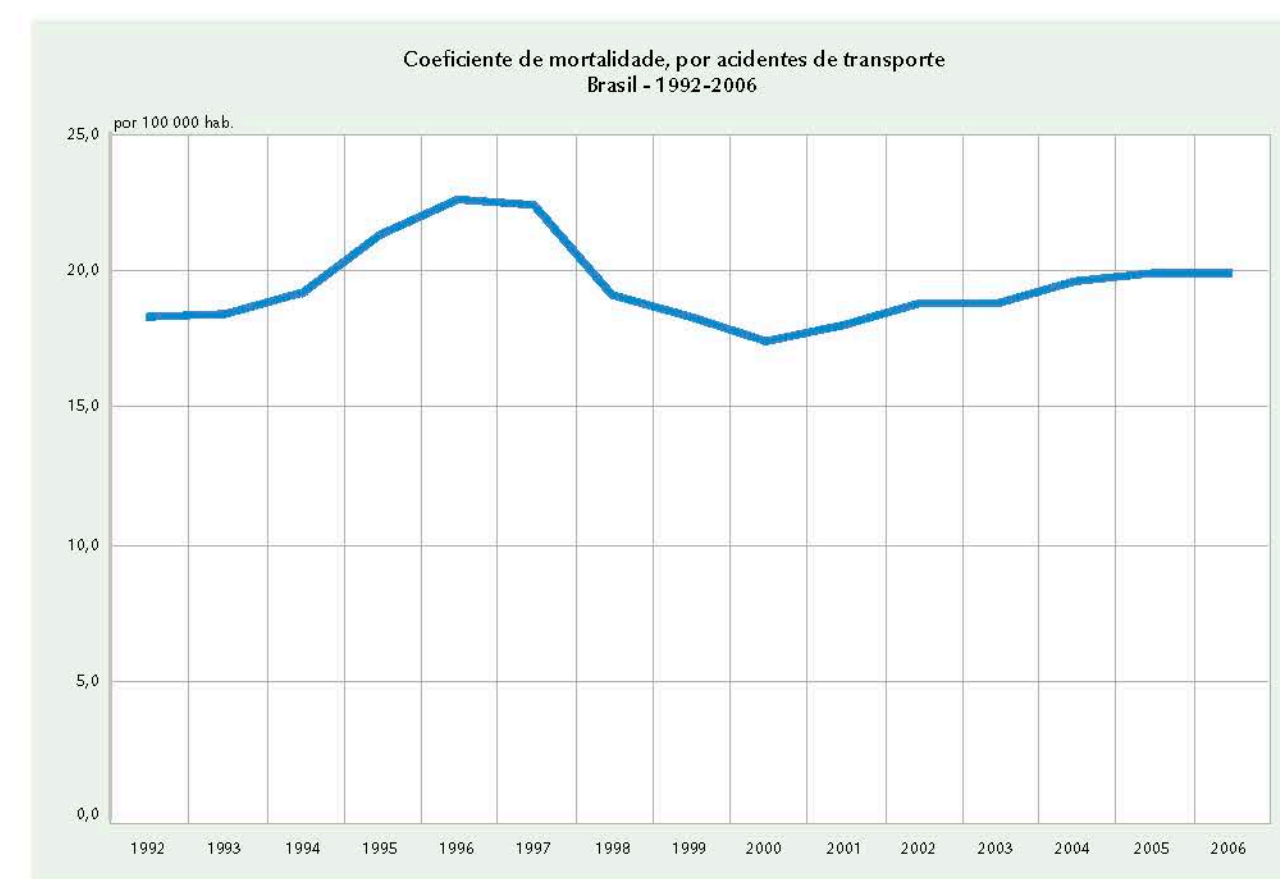
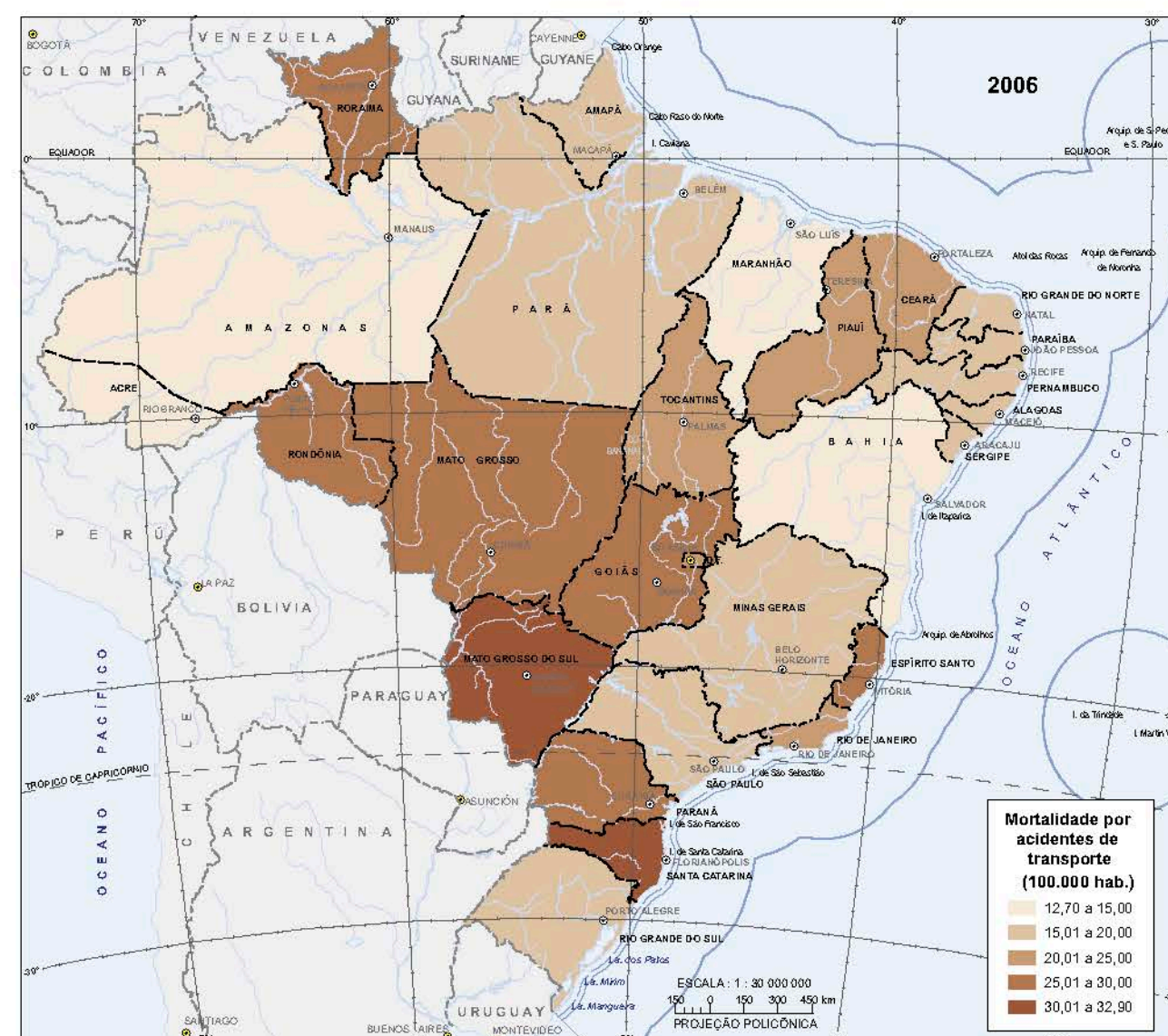
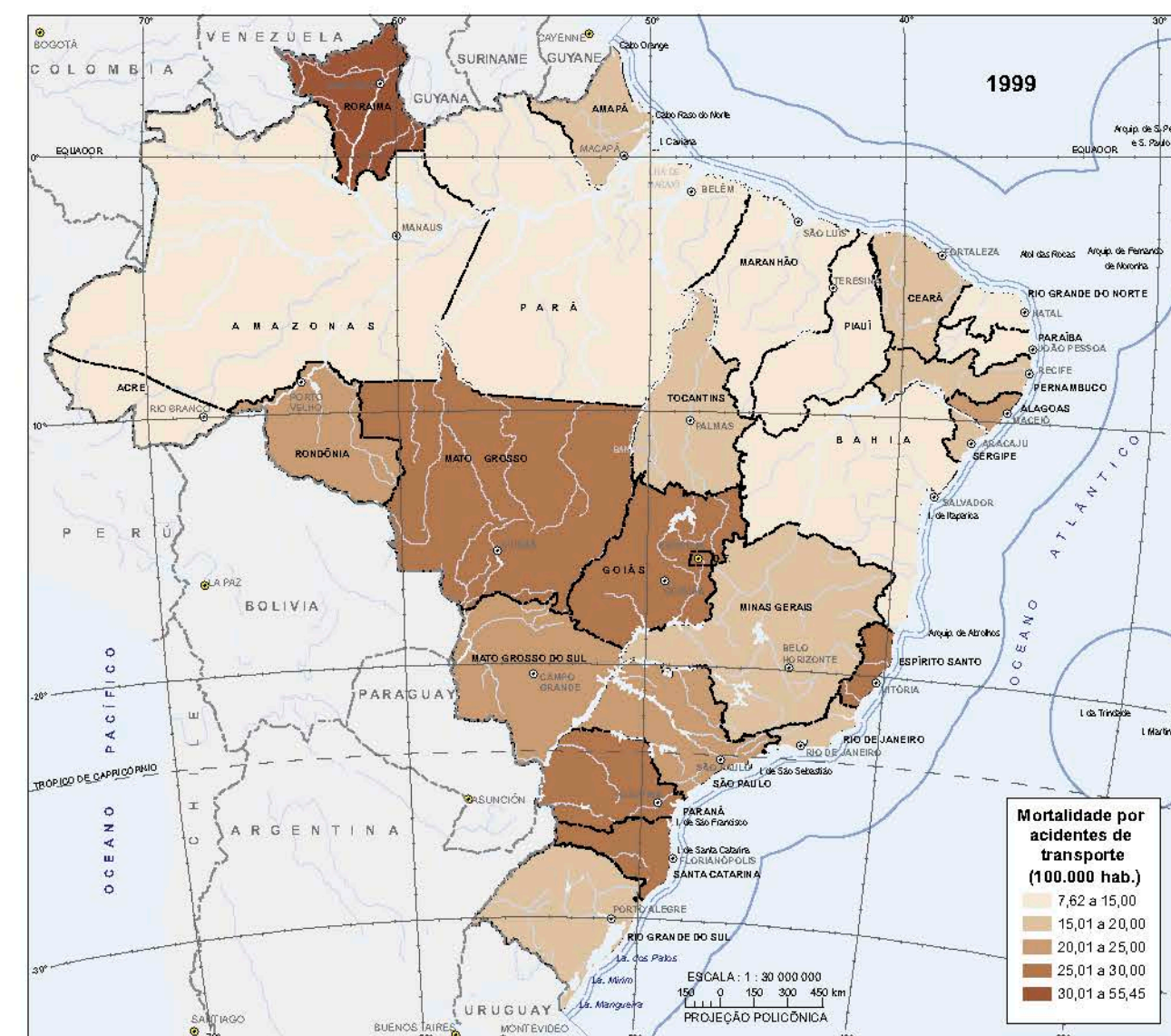
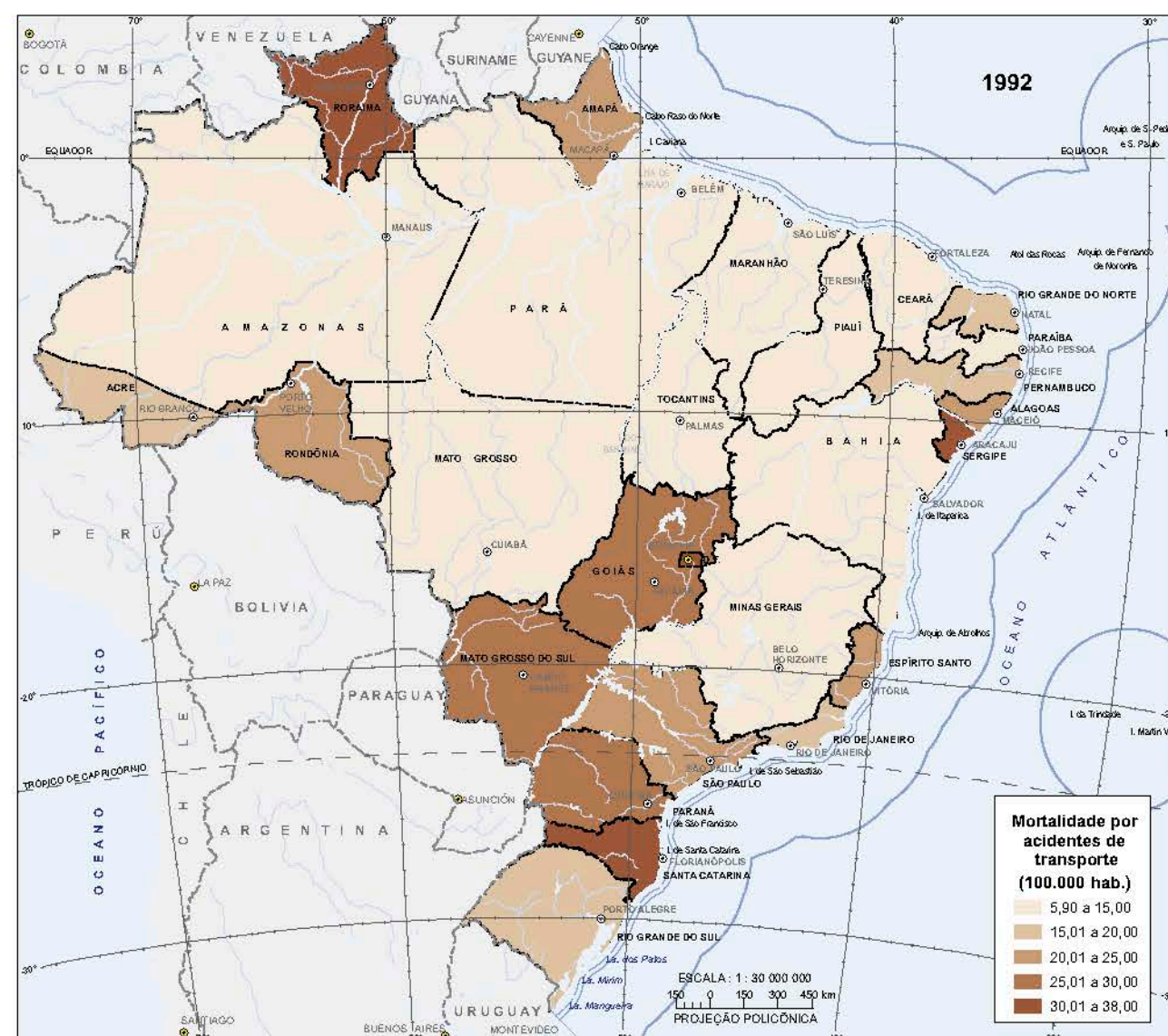
* Dados organizados por microrregião geográfica
taxas estimadas

Mortalidade por homicídios



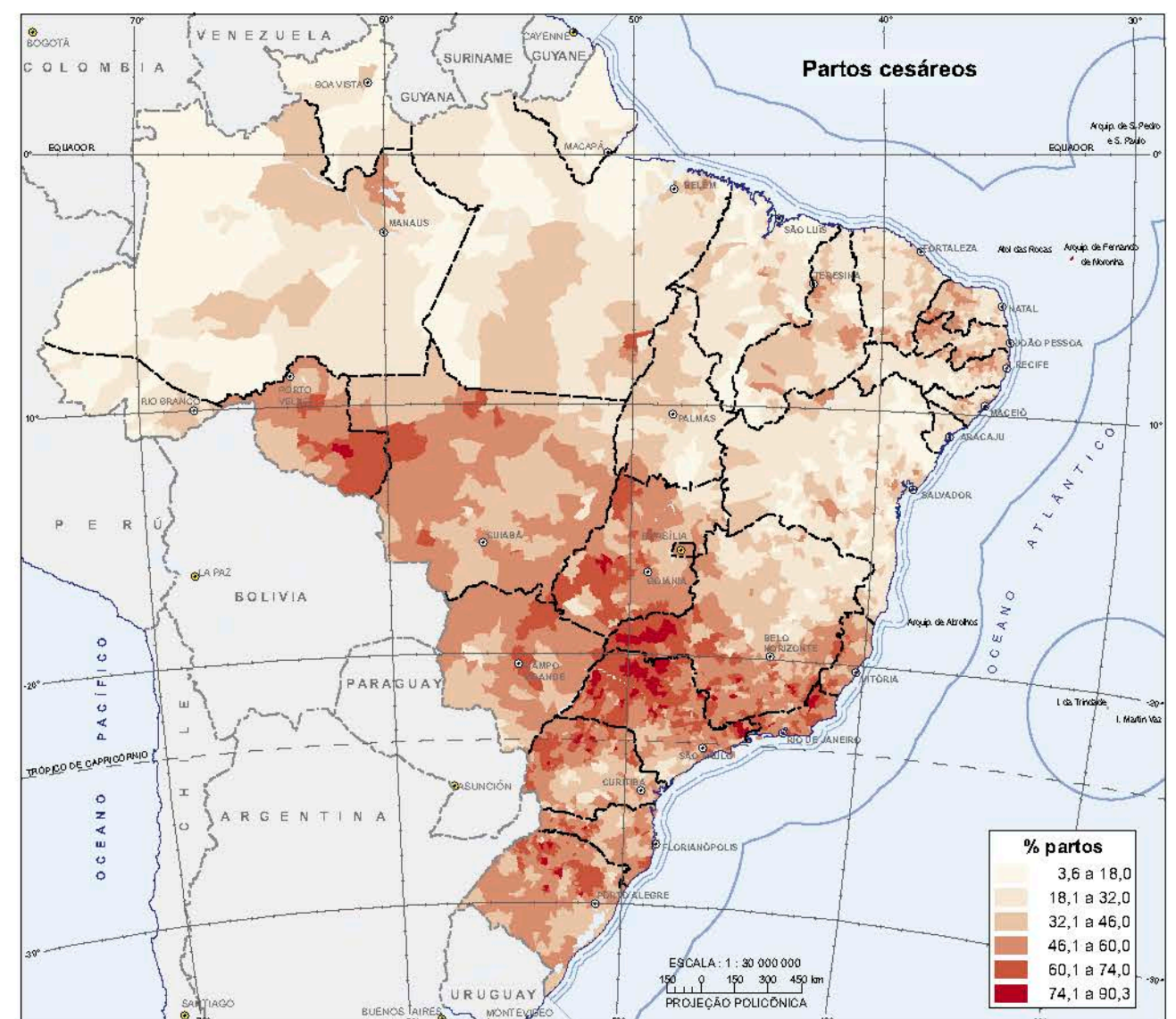
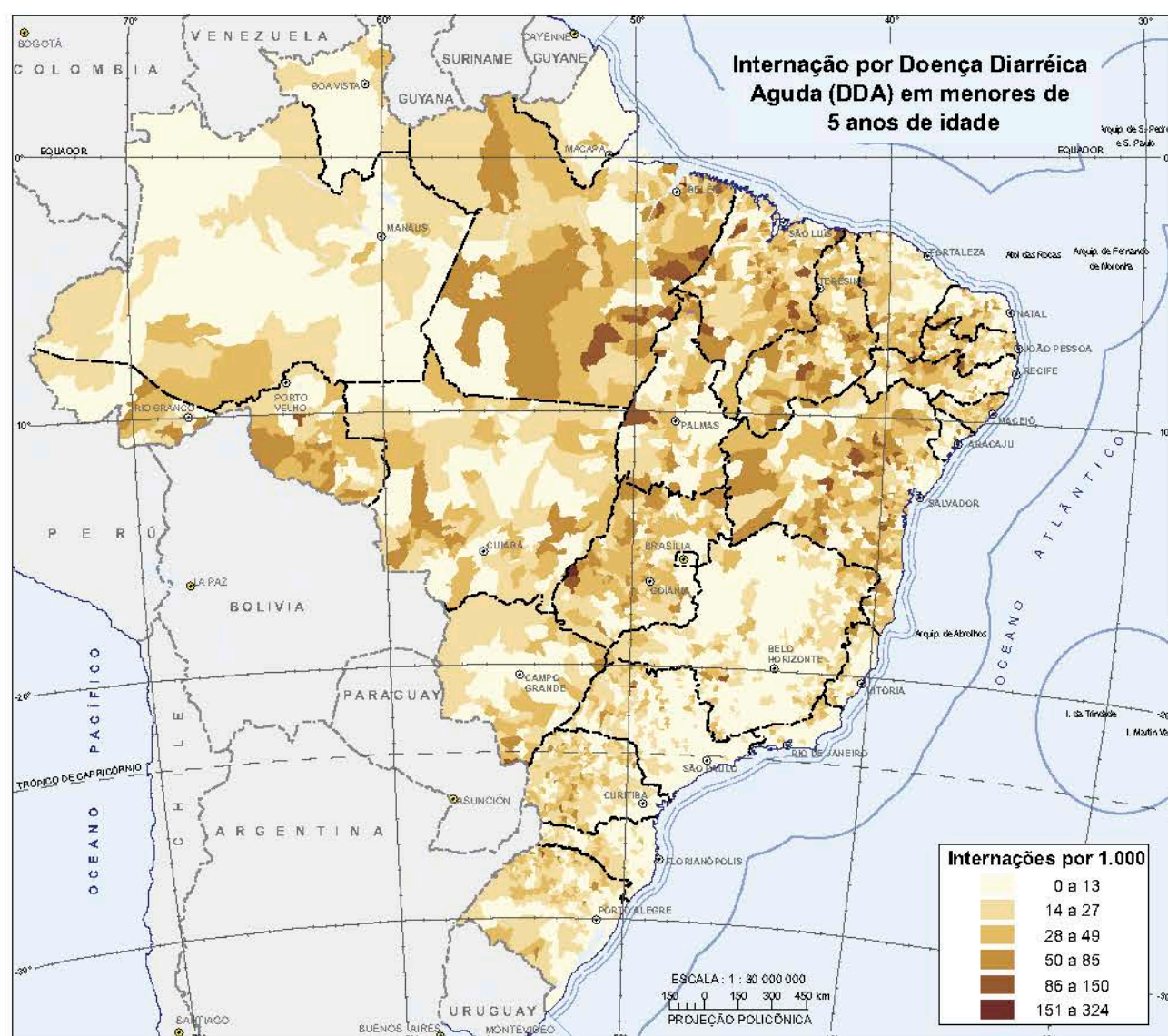
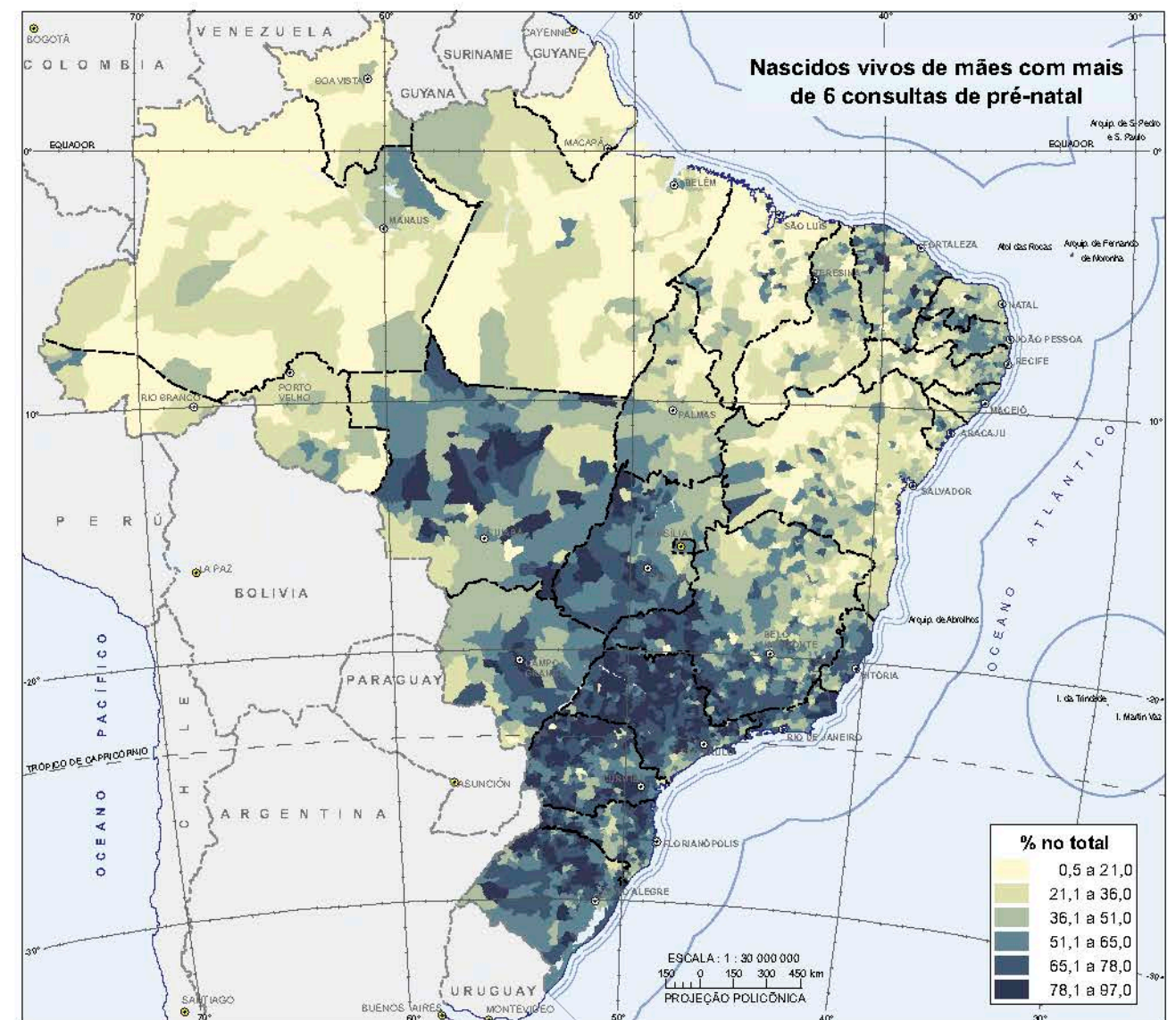
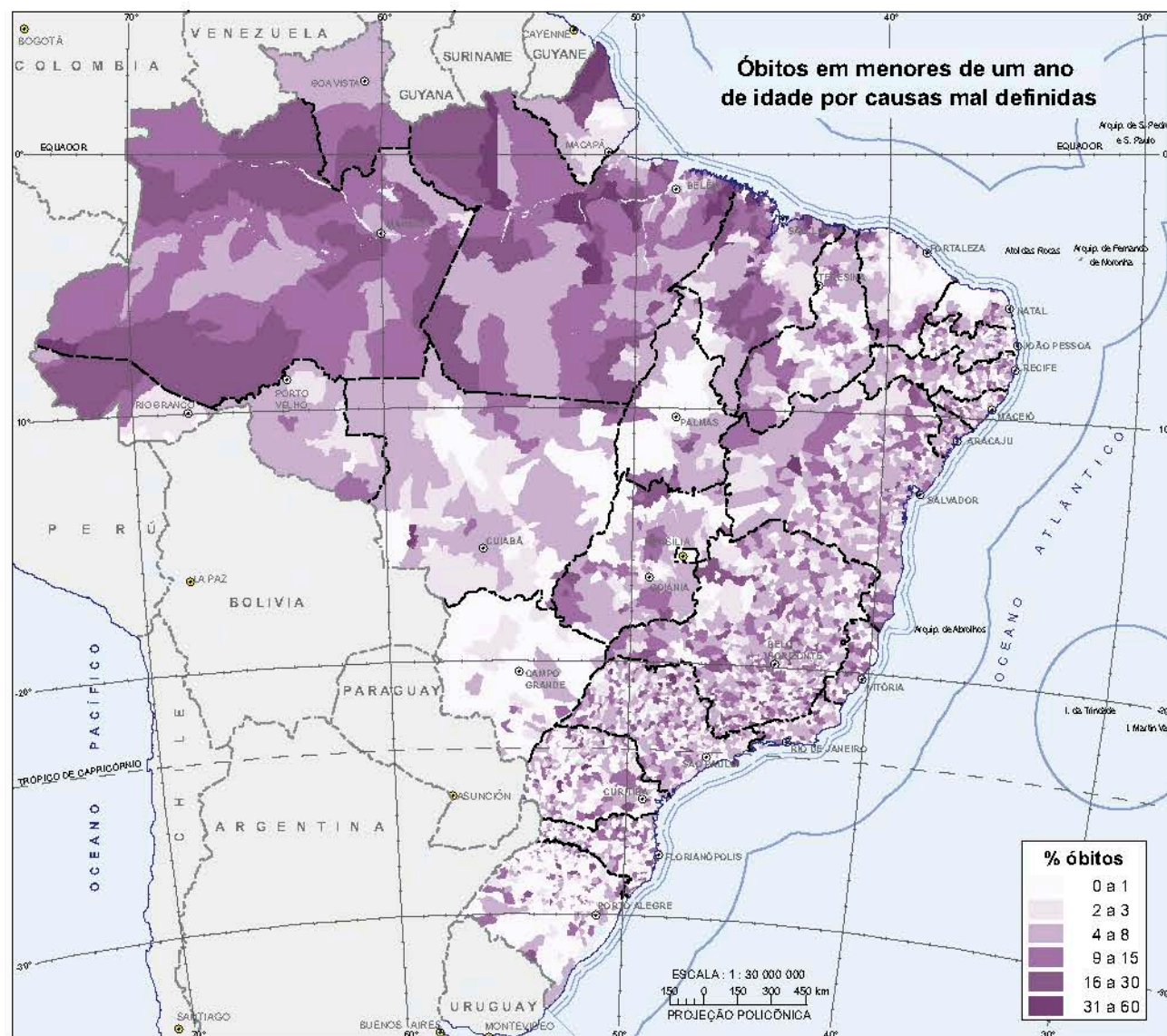
Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Divisão de Análise em Situação de Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Mortalidade por acidentes de transporte



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Divisão de Análise em Situação de Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

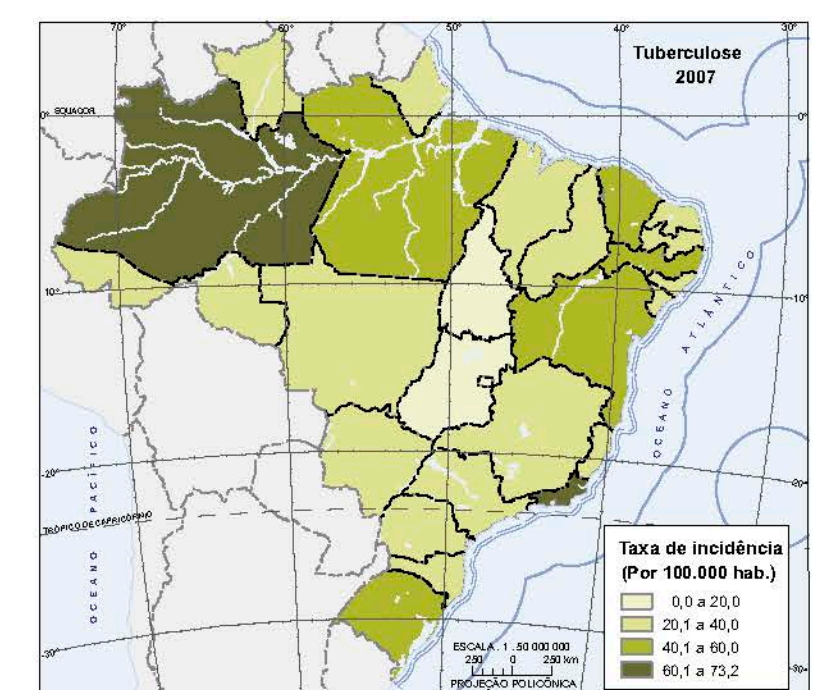
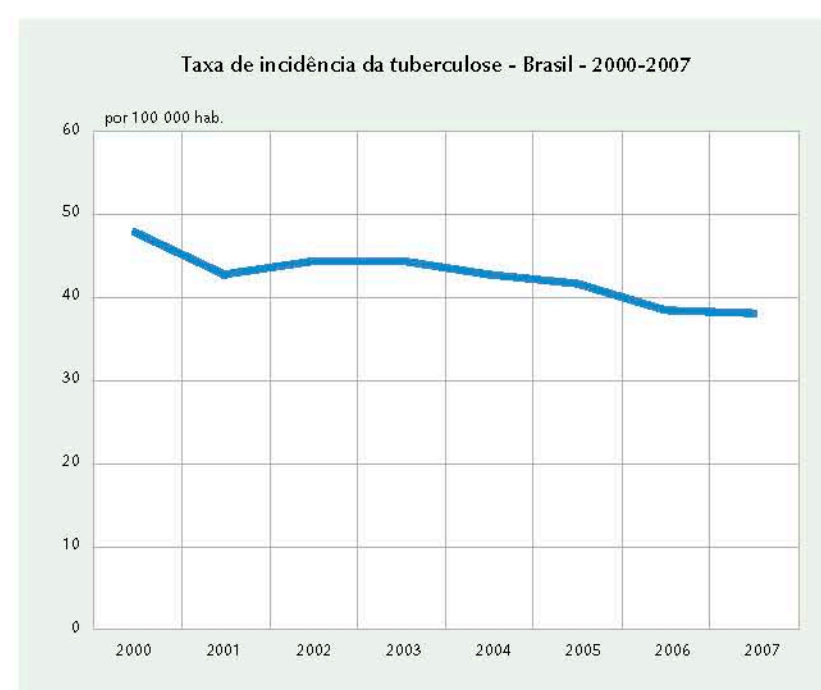
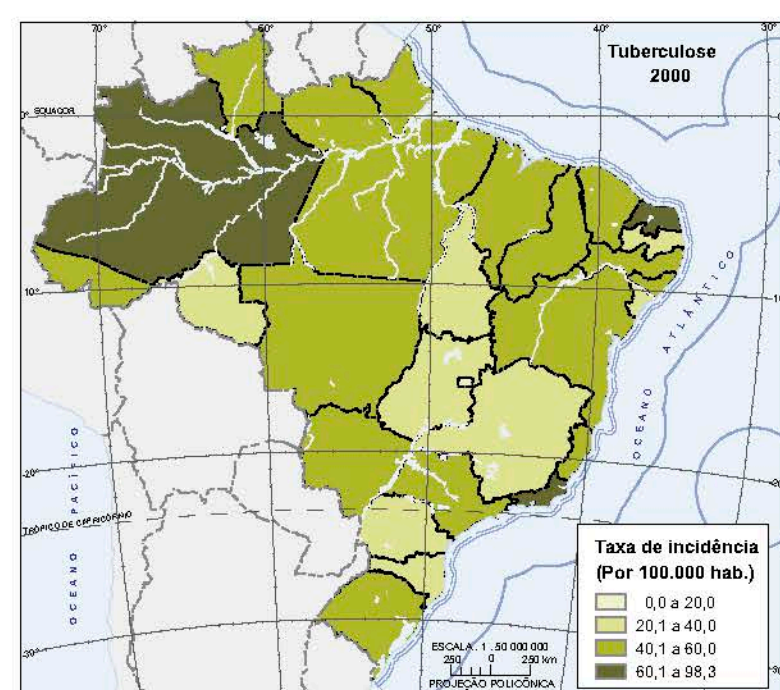
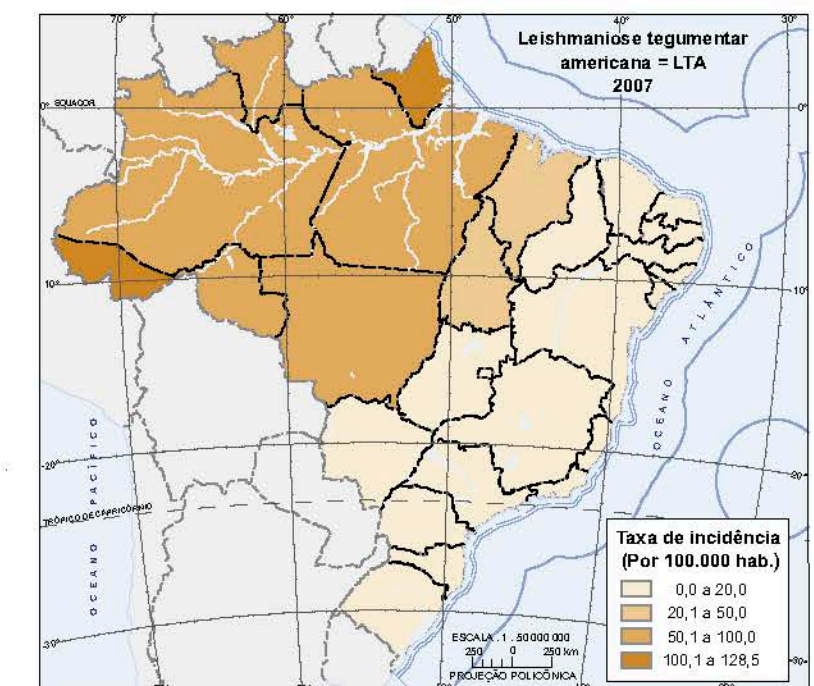
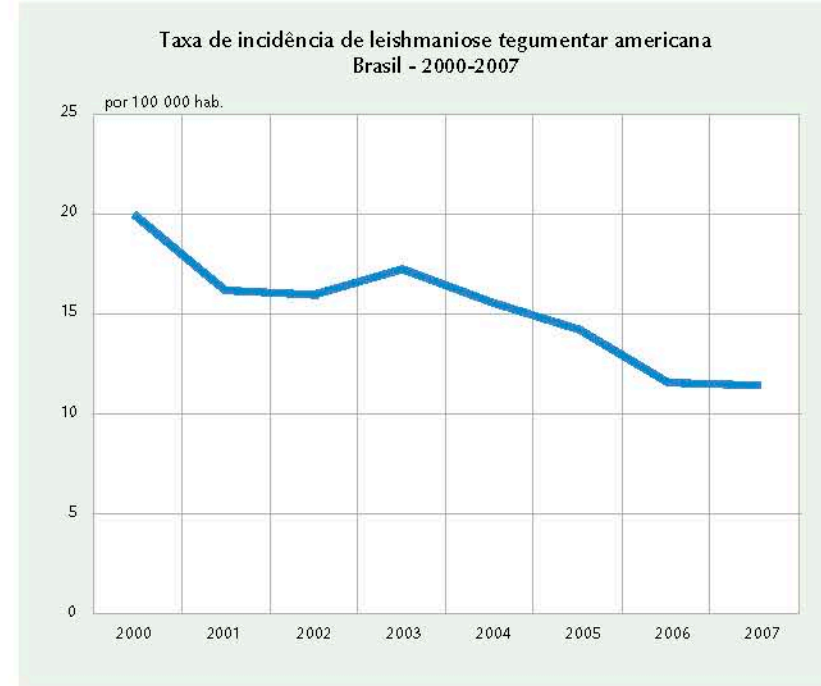
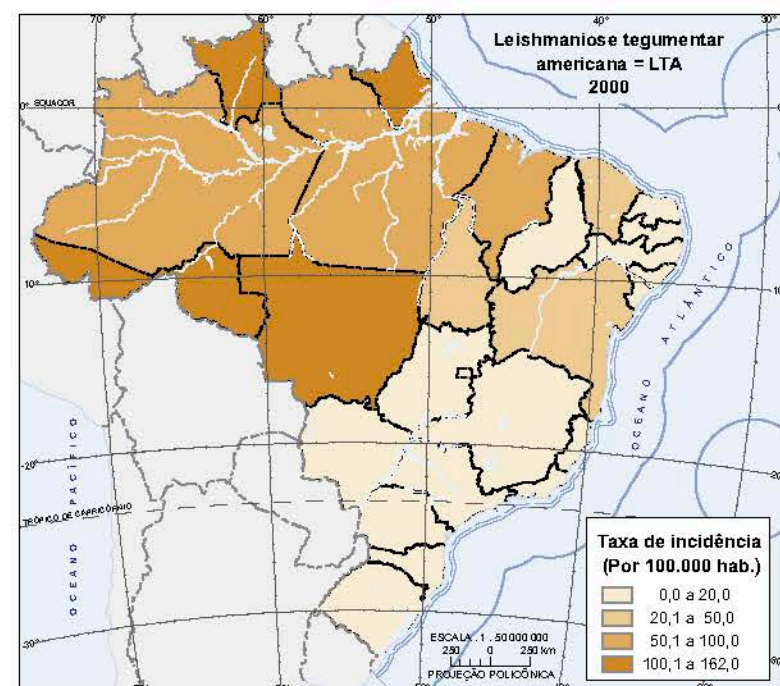
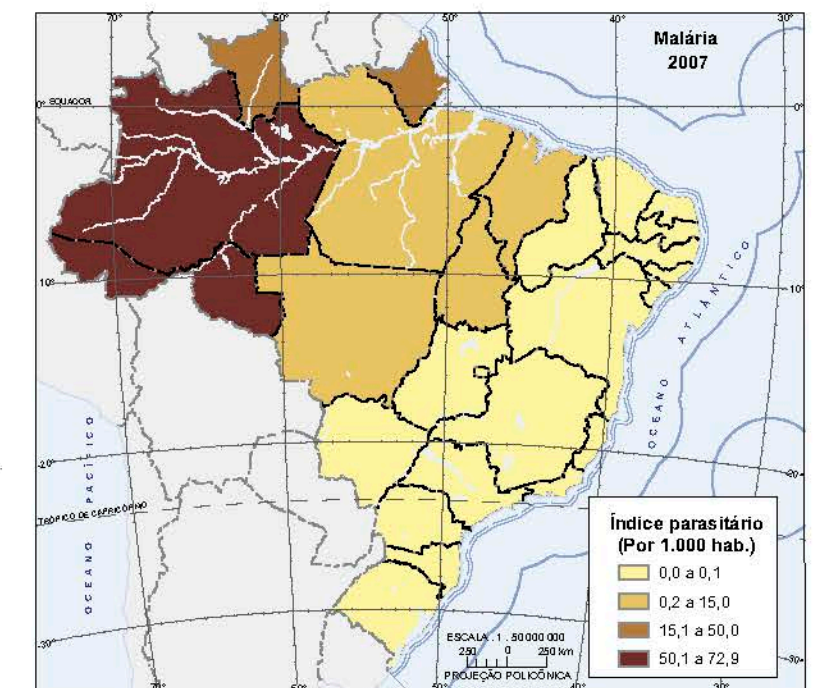
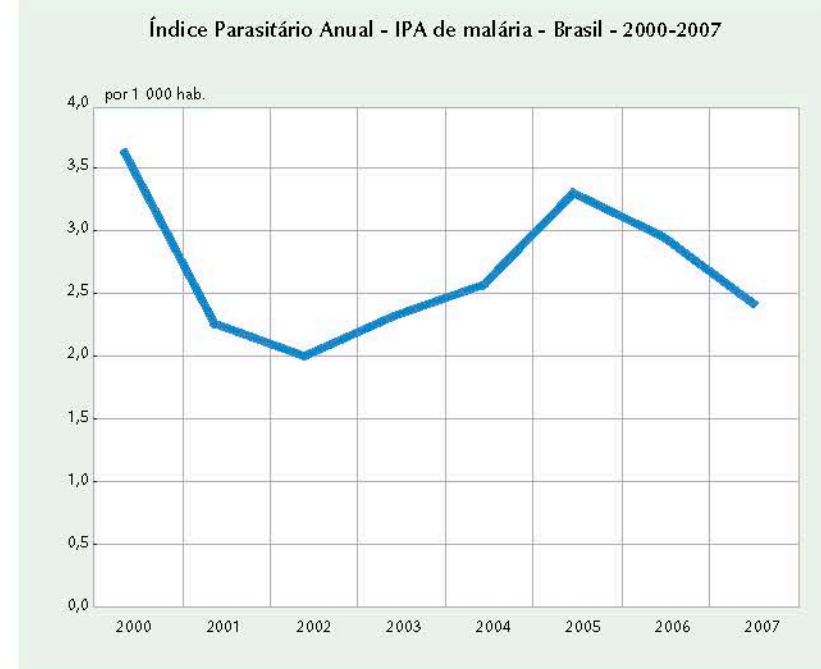
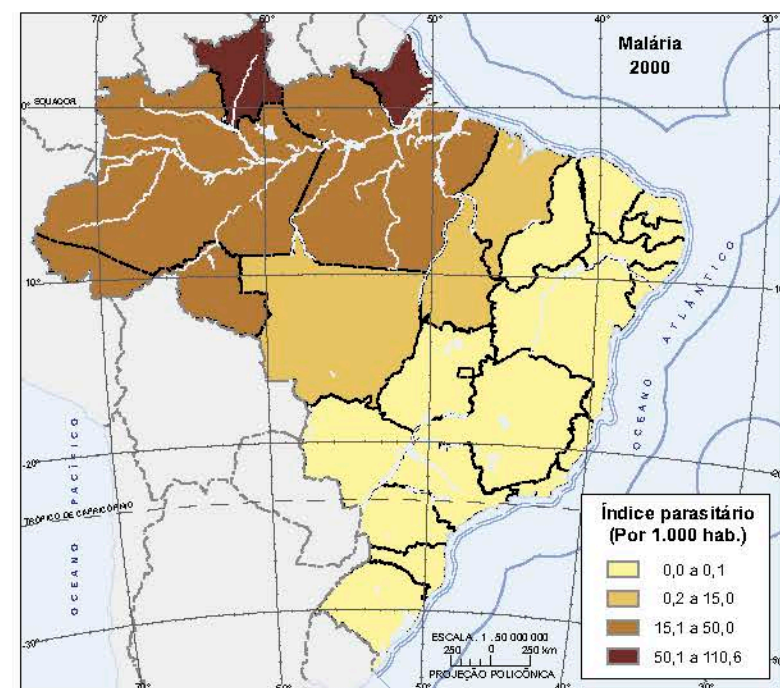
Saúde da criança e da mulher - 2006



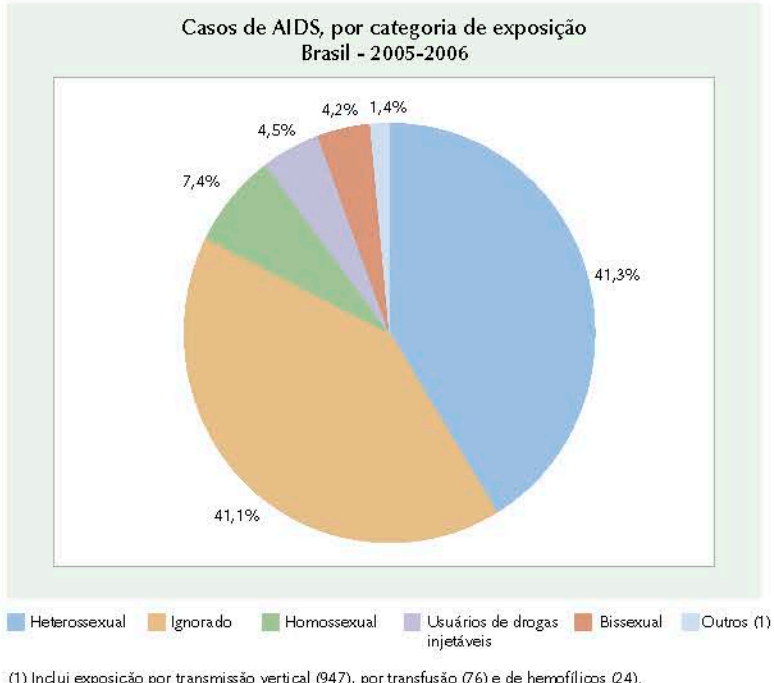
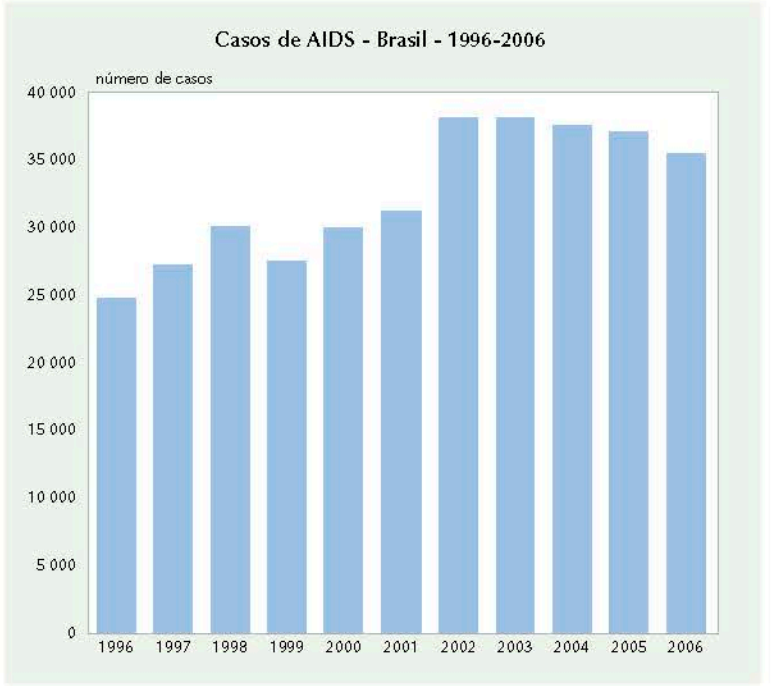
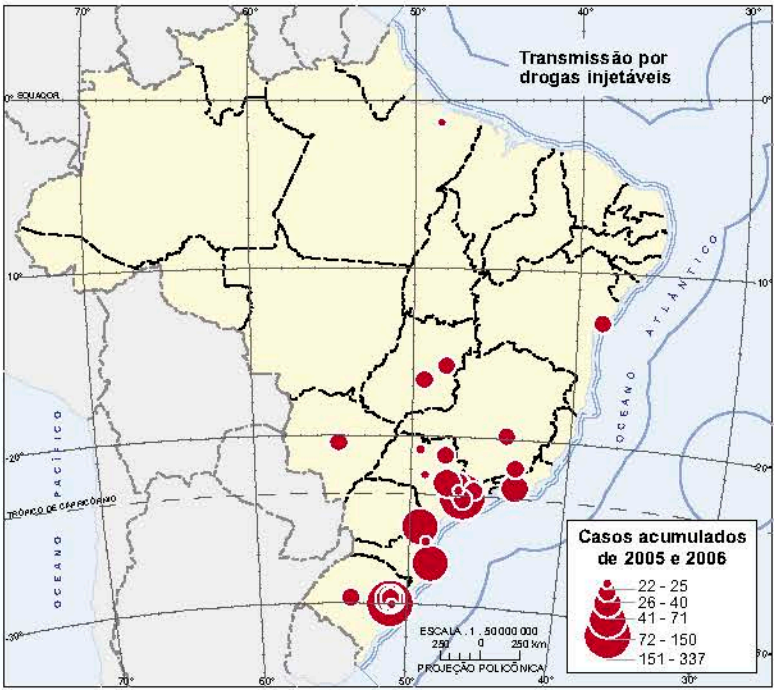
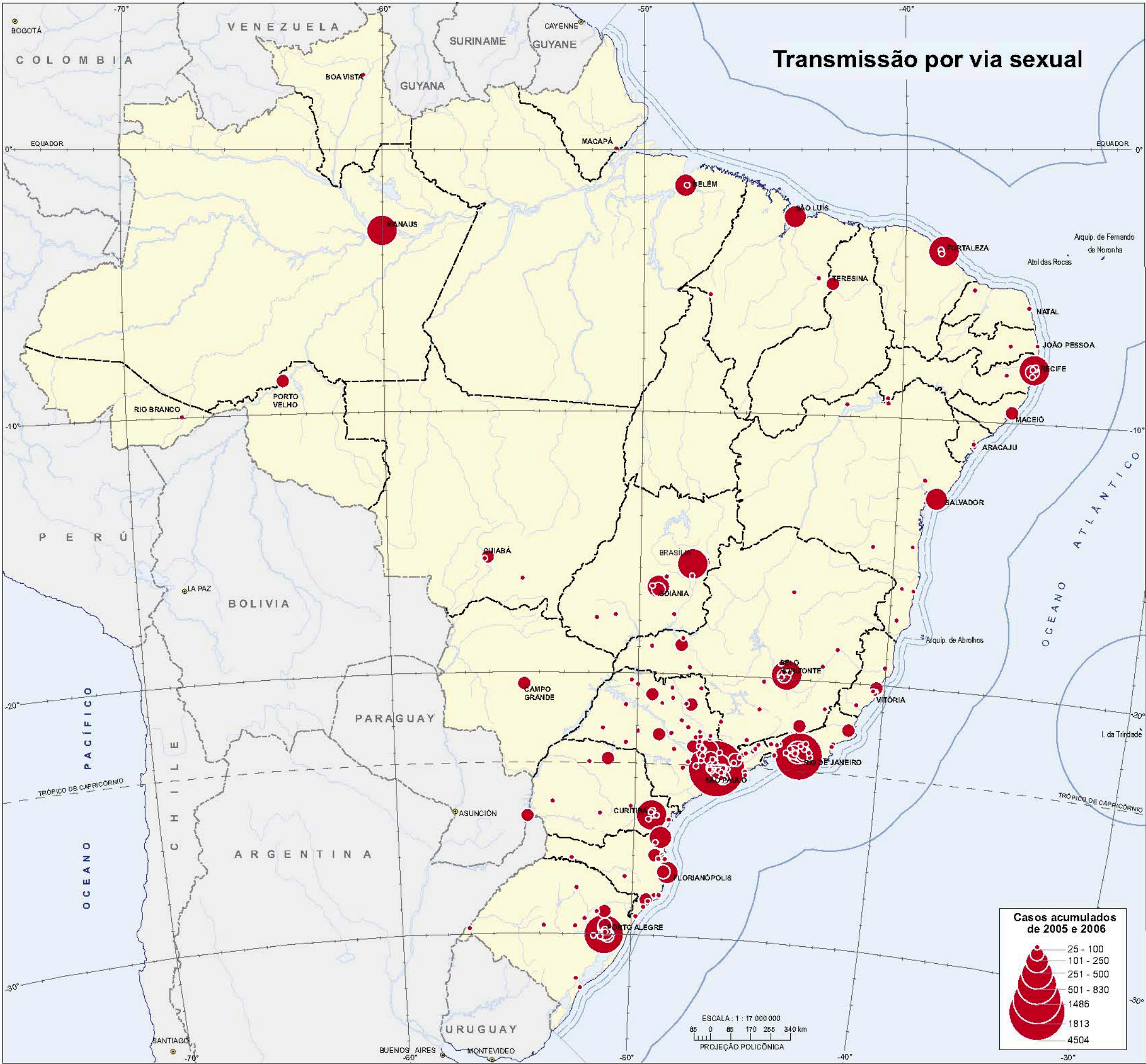
Fontes: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2006; Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS; e Sistema de Informação de Mortalidade - SIM; e Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2006, segundo os municípios.

Nota: Para controlar a flutuação aleatória causada por pequenos números, as taxas foram estimadas pelo método Bayesiano empírico de suavização local, aplicando-se uma média ponderada entre o valor medido e a taxa média da vizinhança, em que o peso da média é inversamente proporcional à população do município.

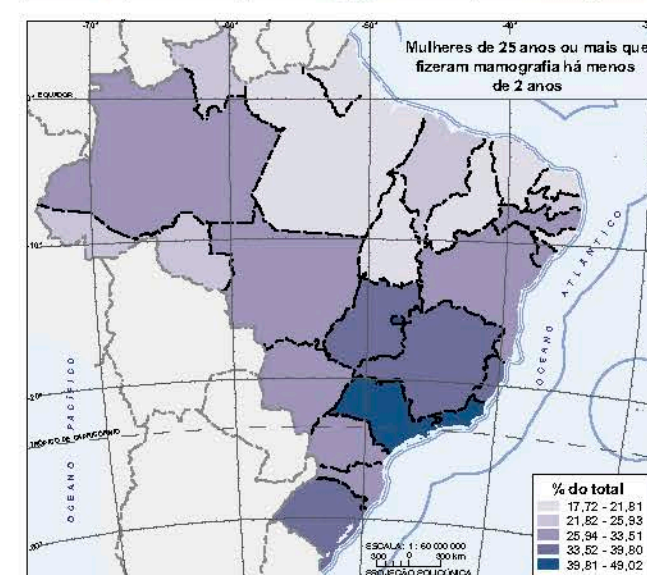
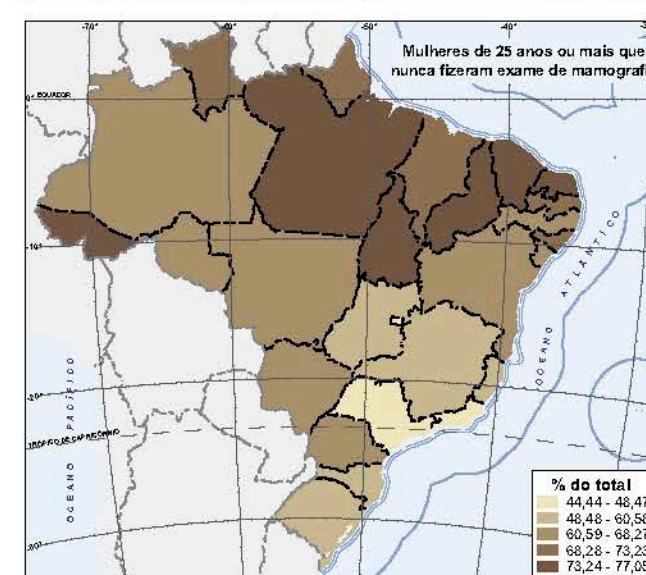
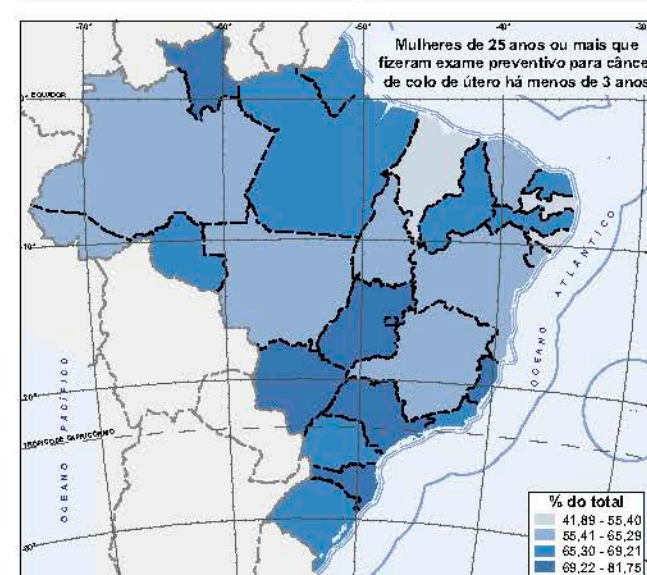
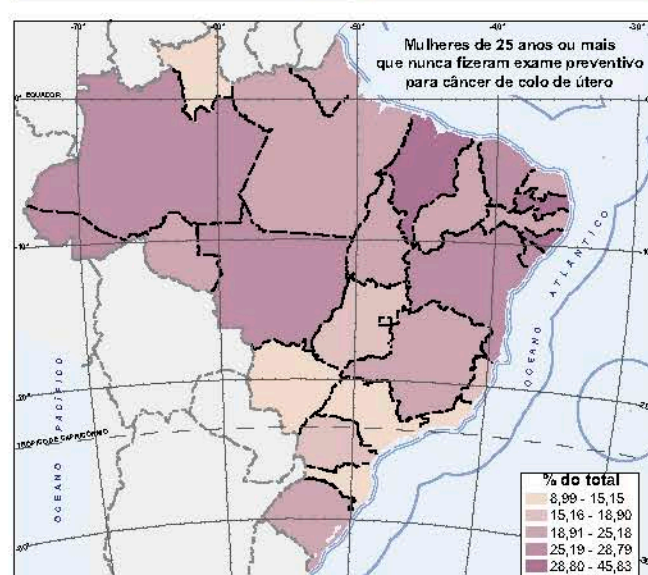
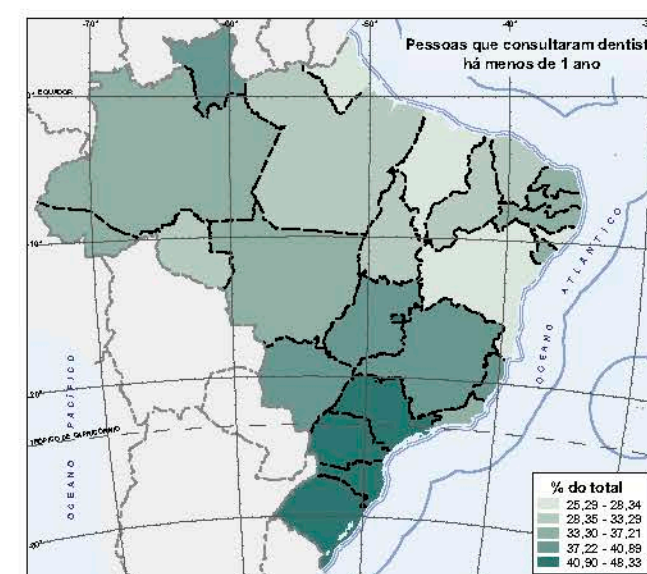
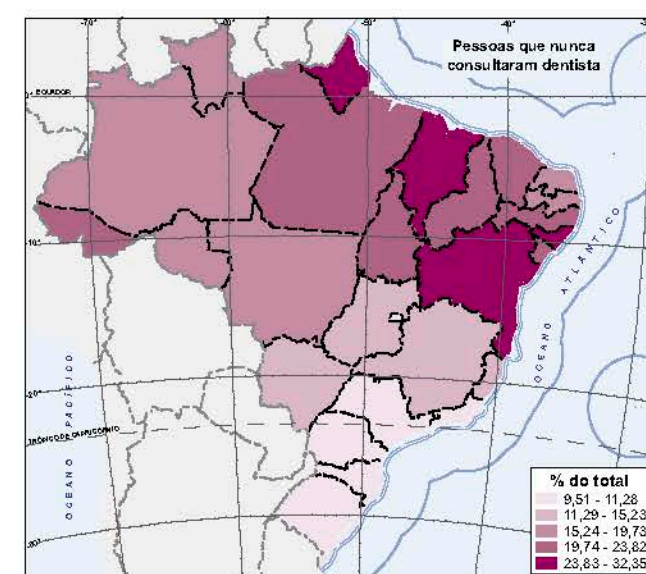
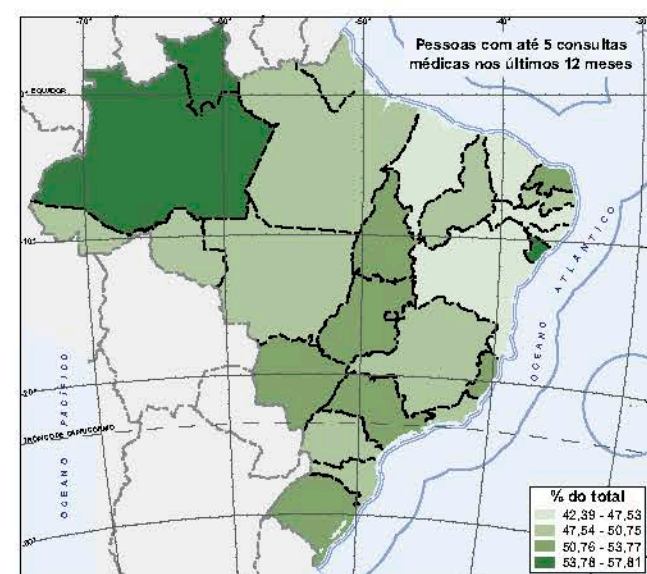
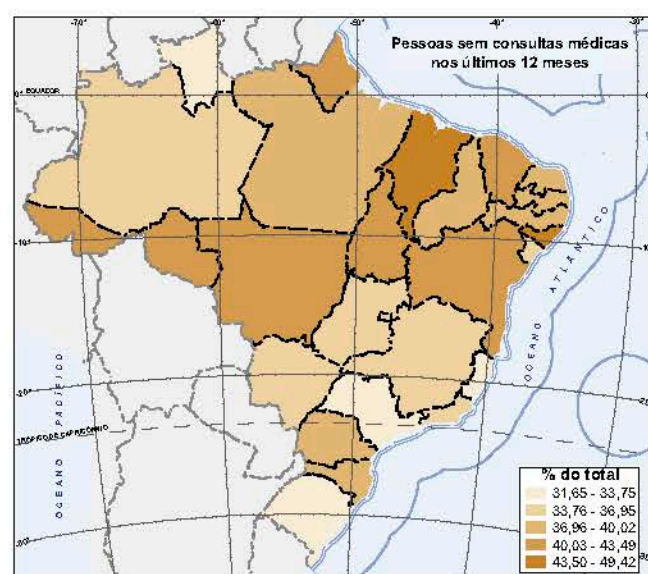
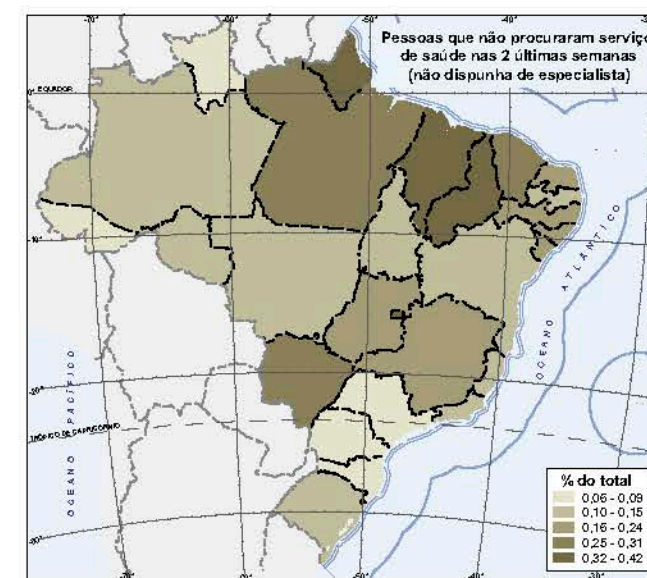
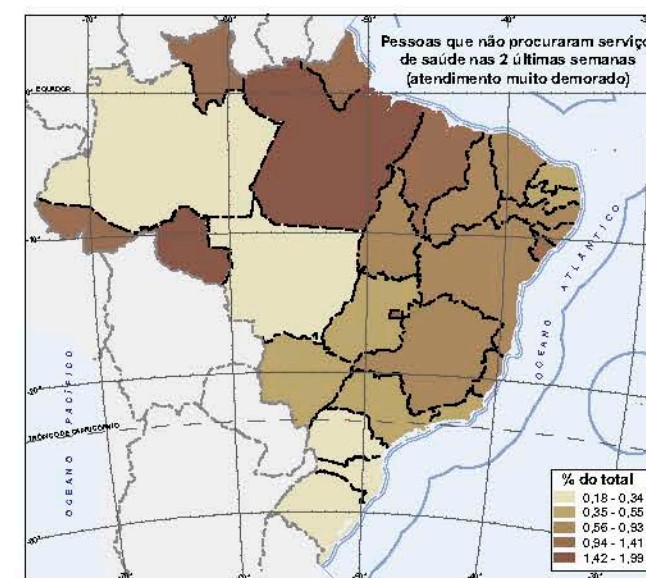
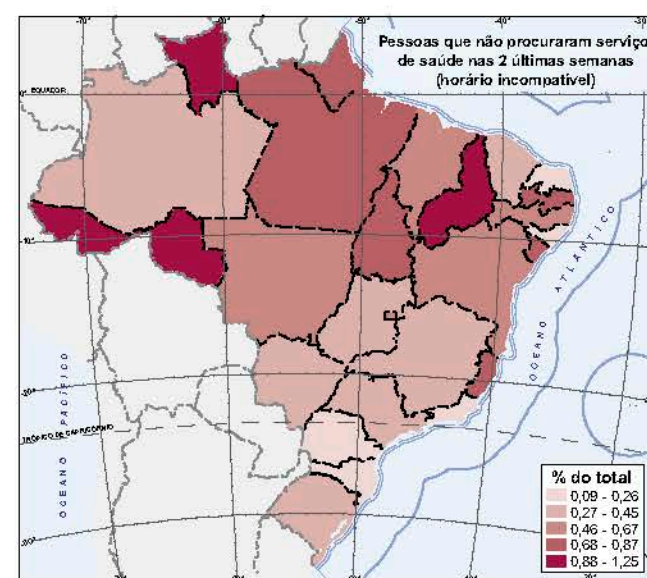
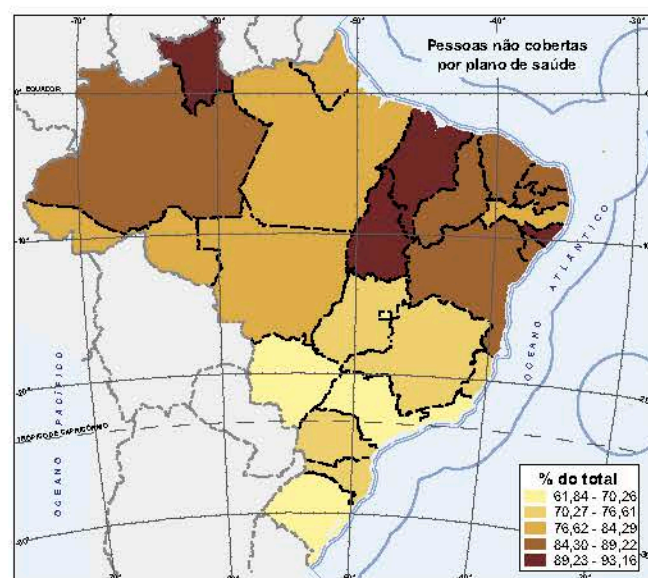
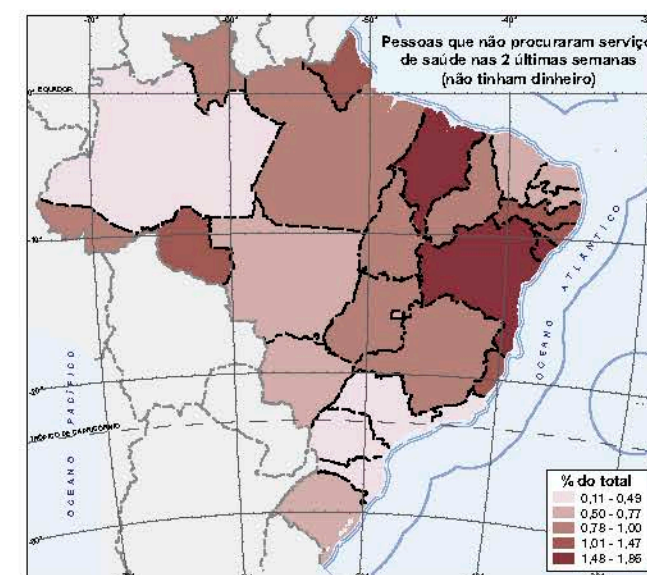
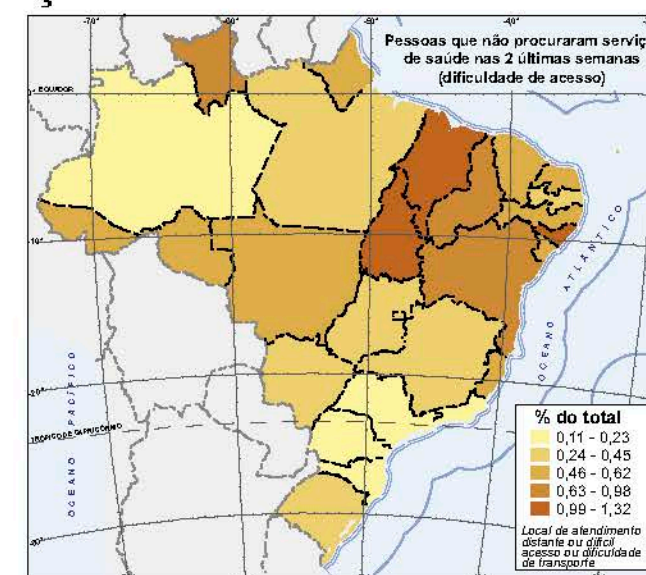
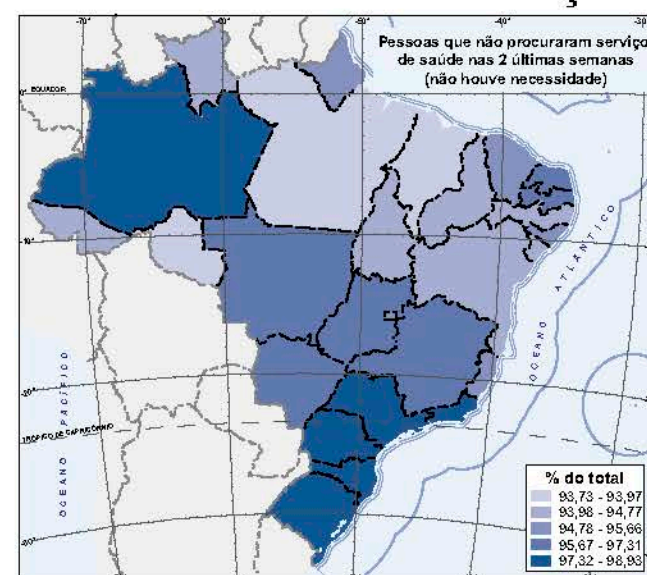
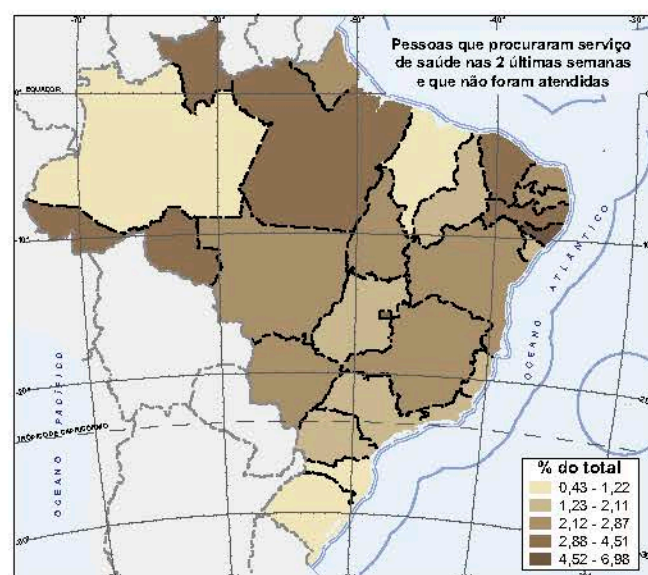
Doenças endêmicas



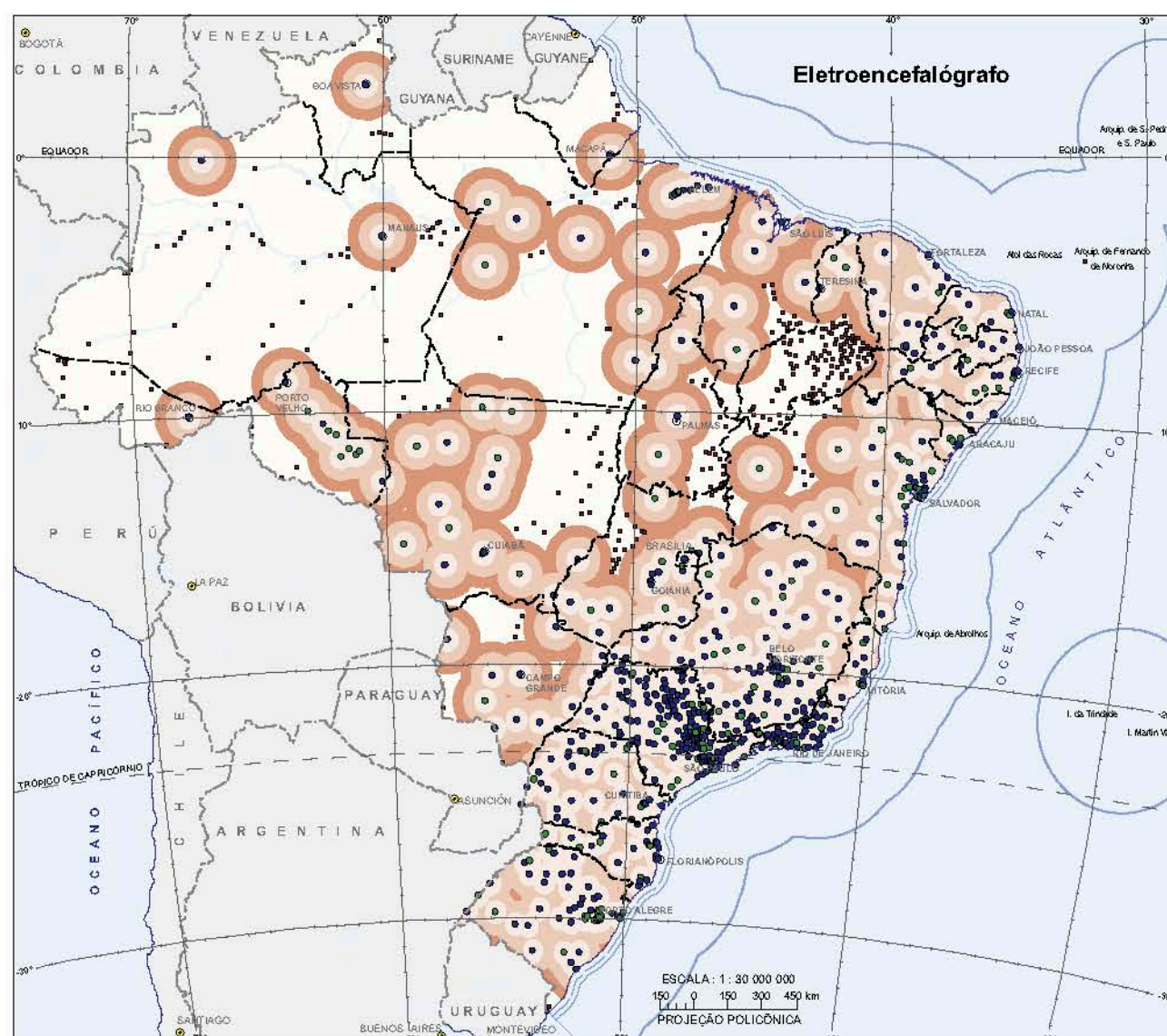
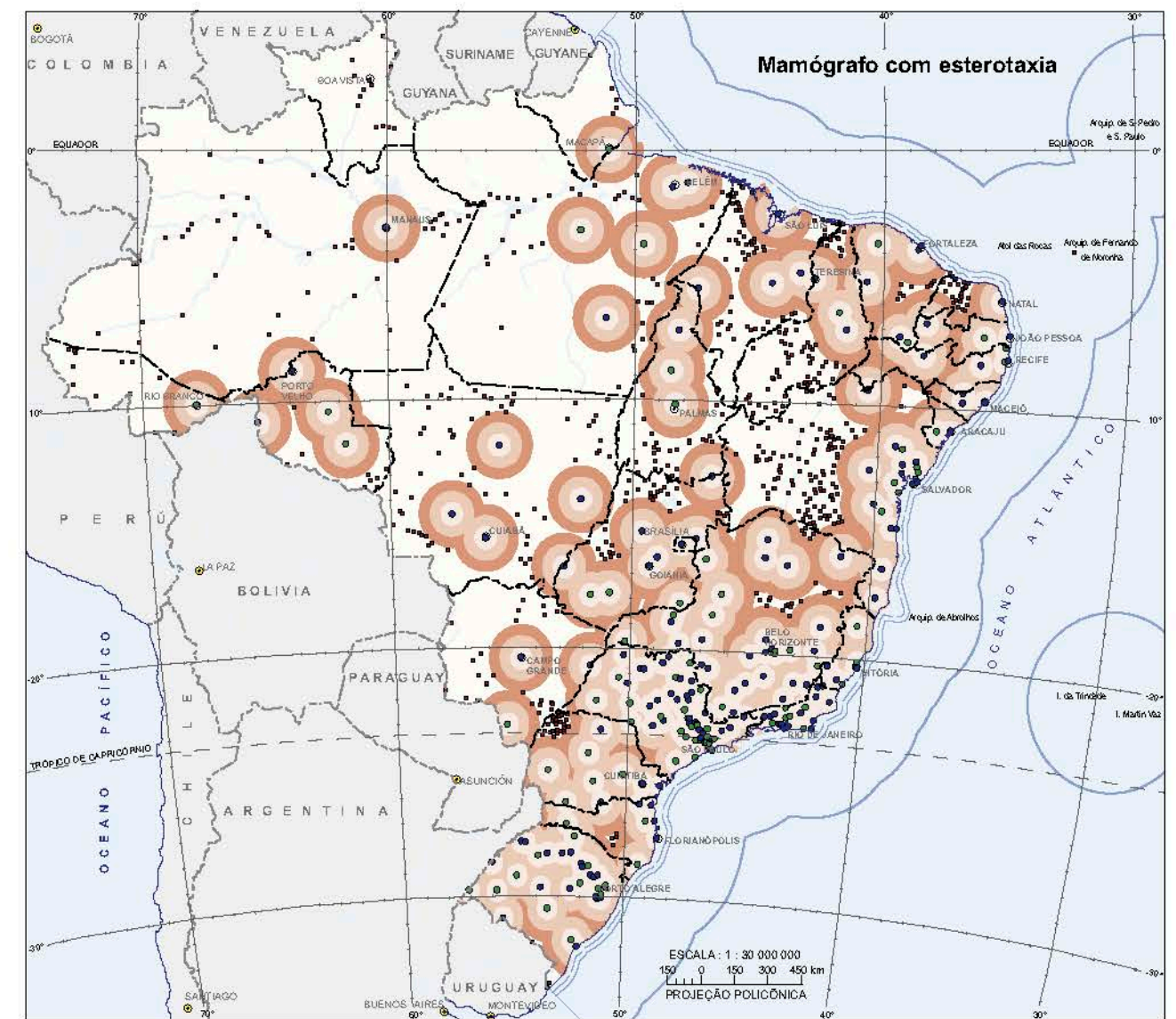
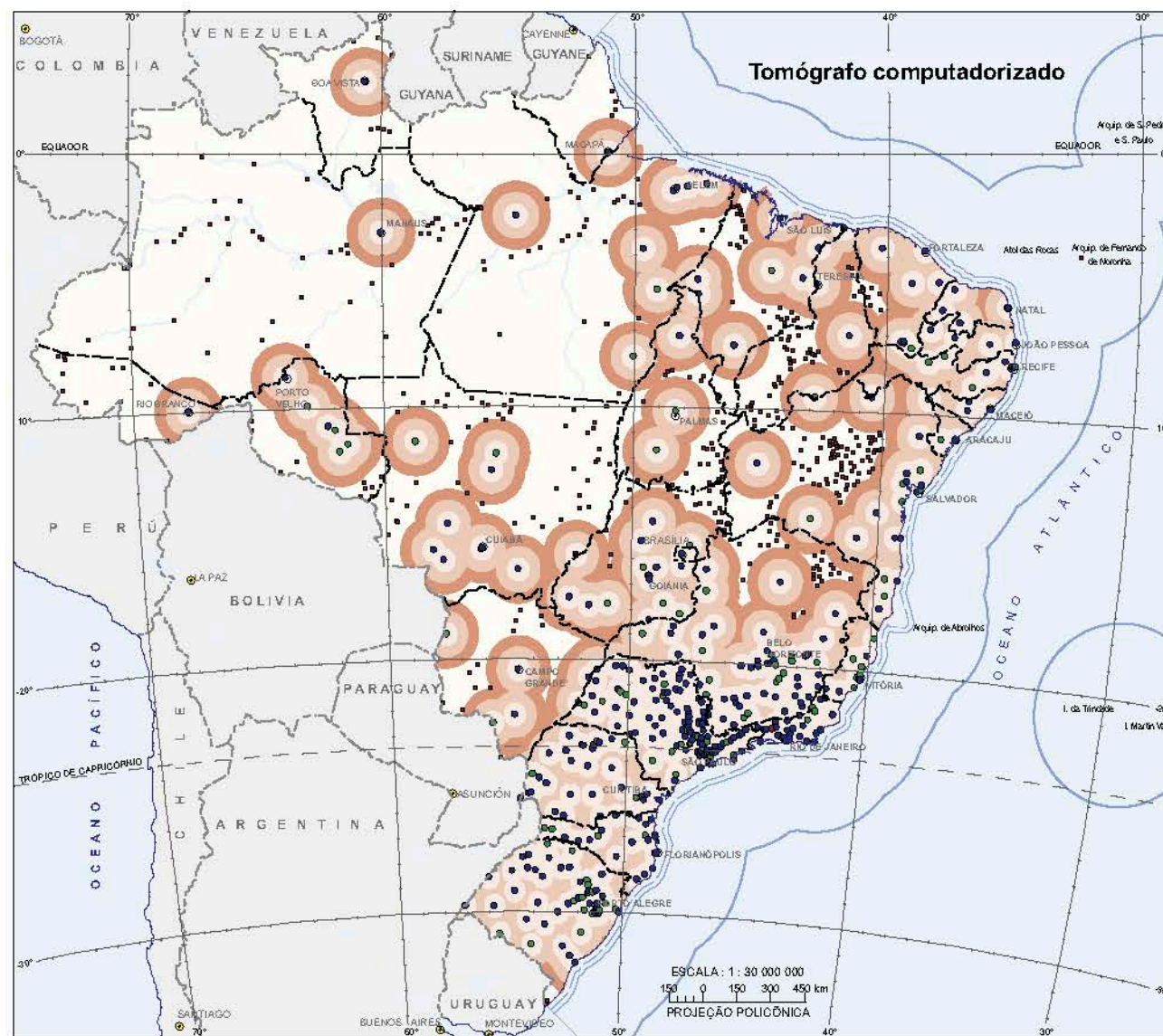
Aids



Acesso e utilização de serviços de saúde - 2003



Distribuição de equipamentos médicos - 2005

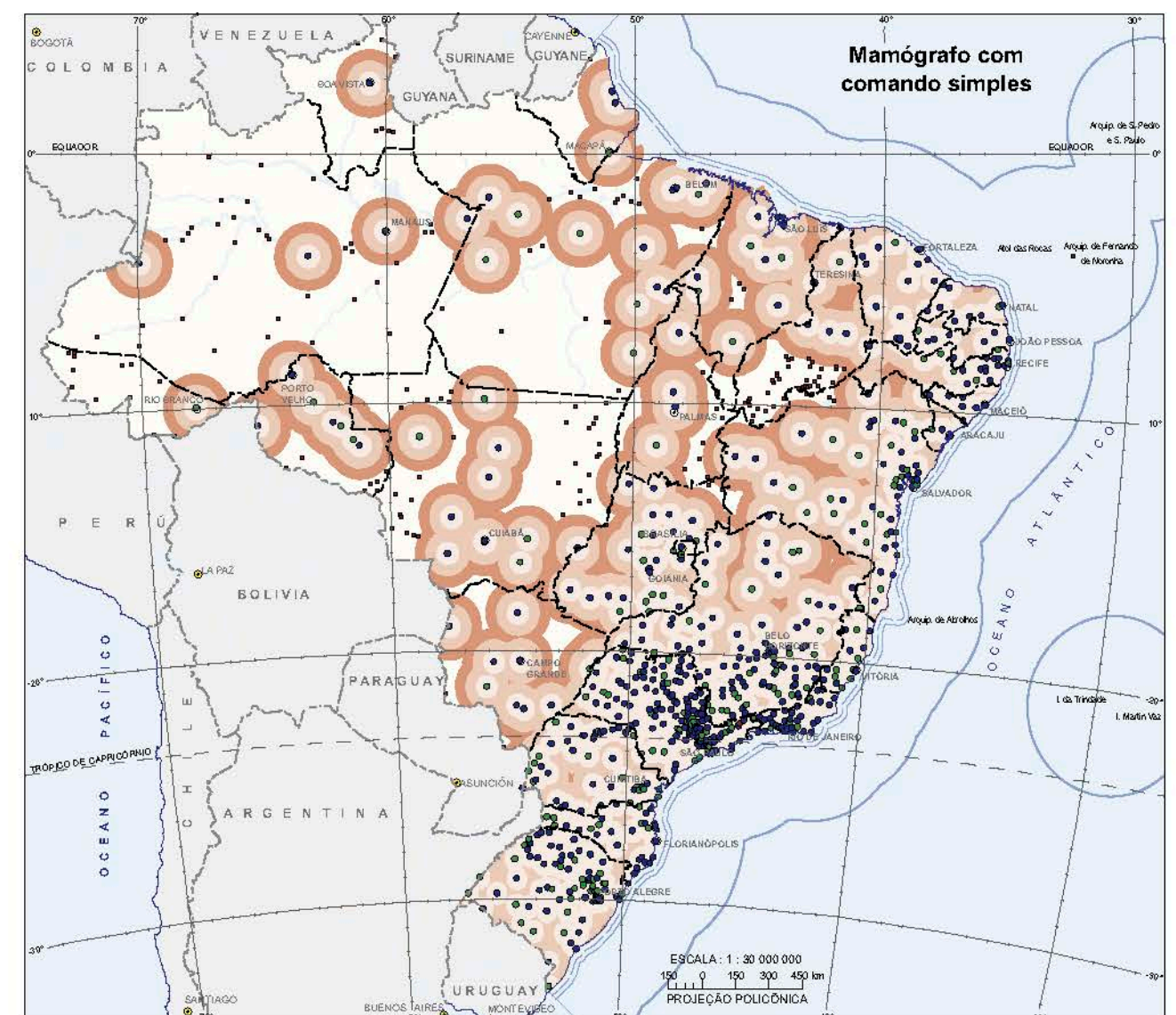


Distância (km) para cidades com equipamento

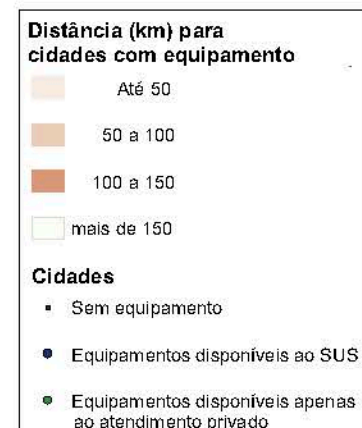
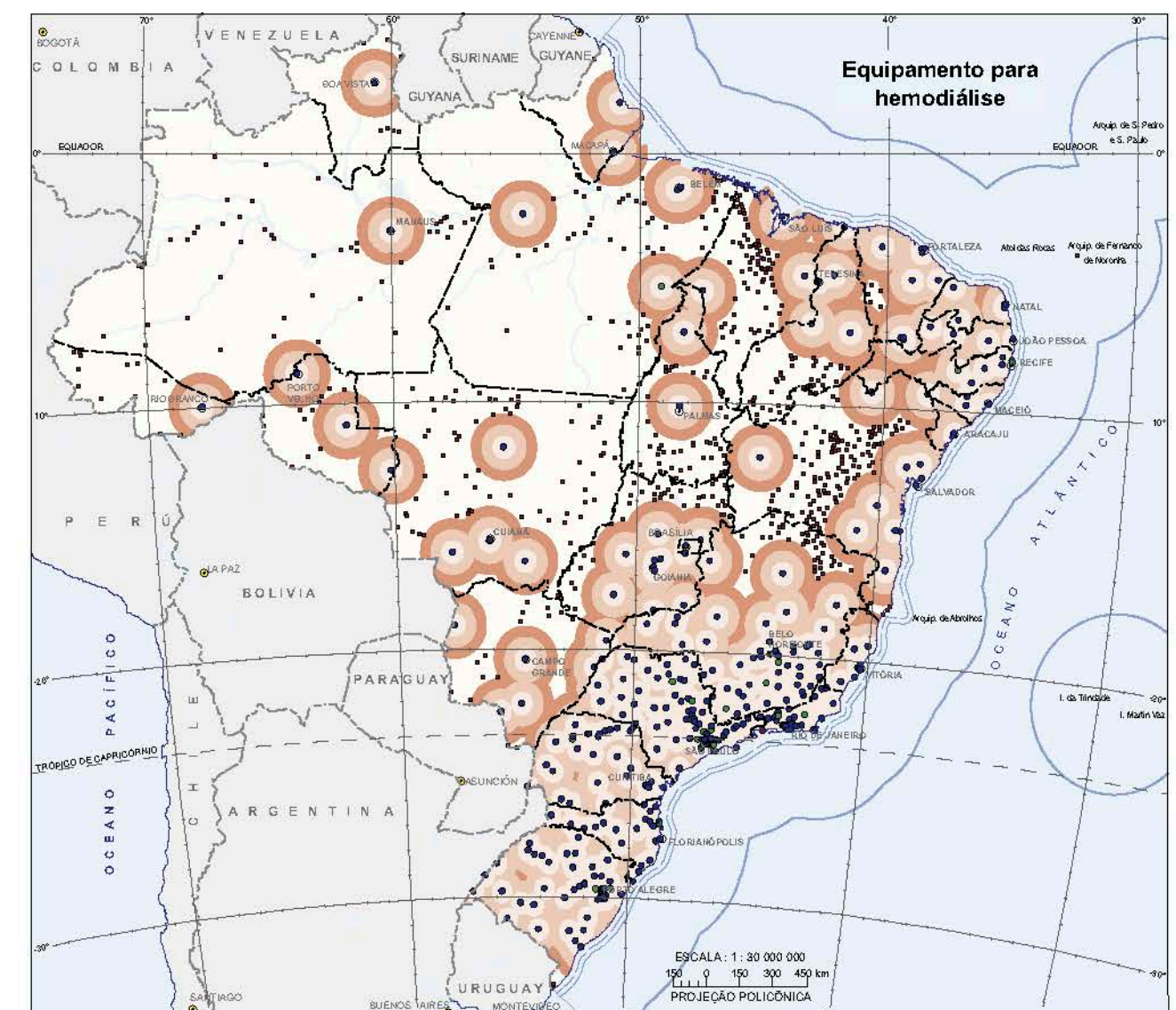
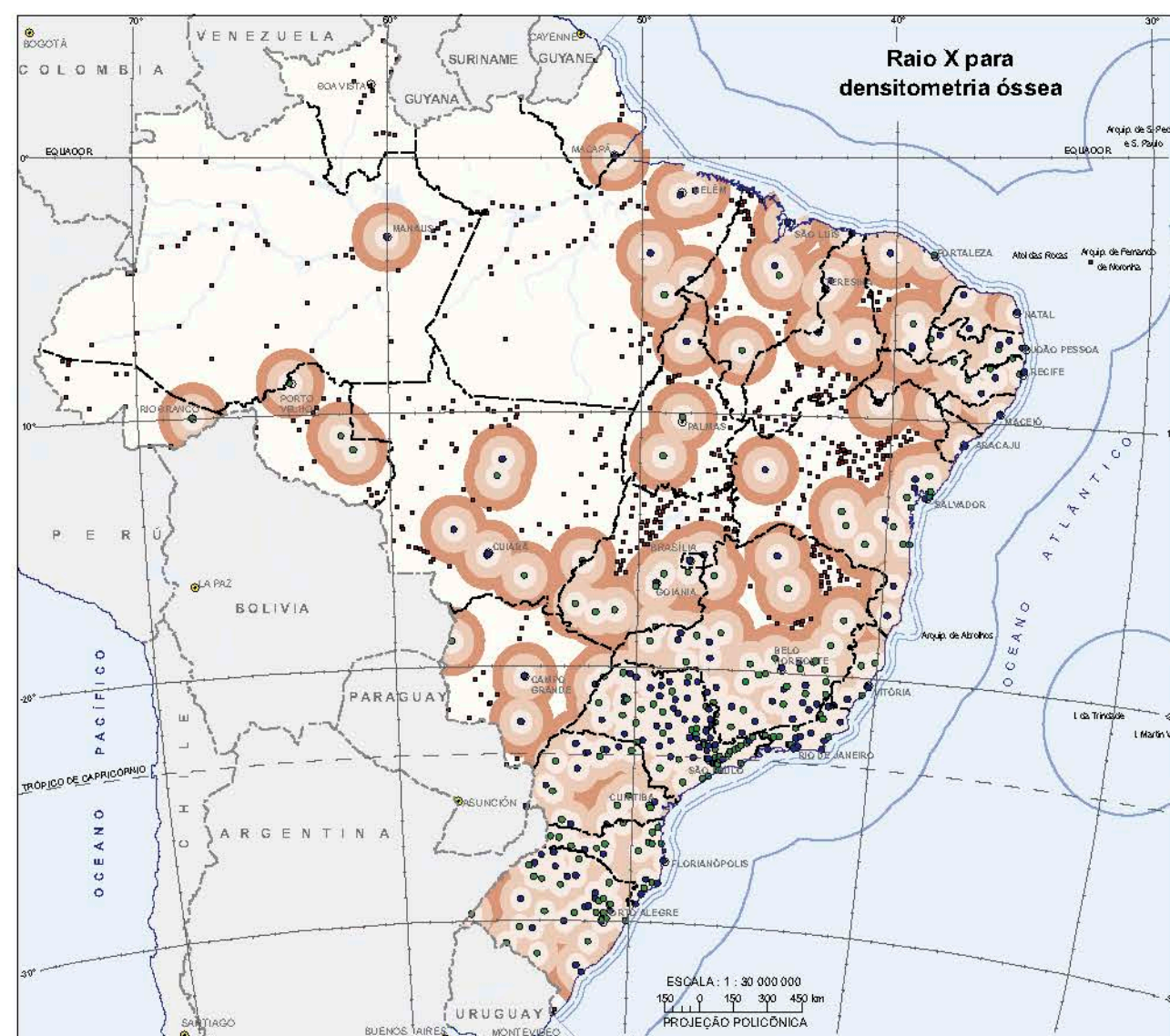
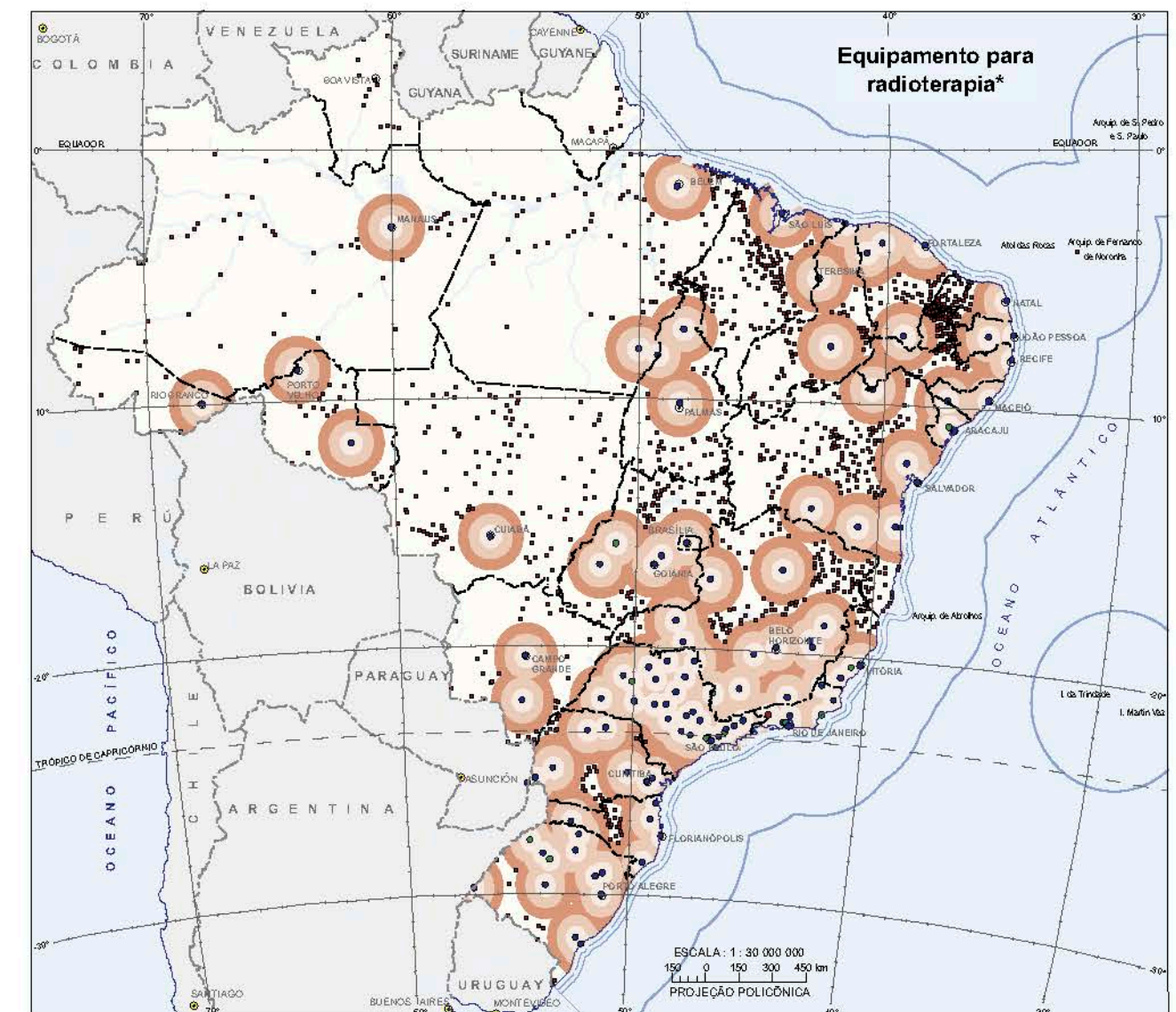
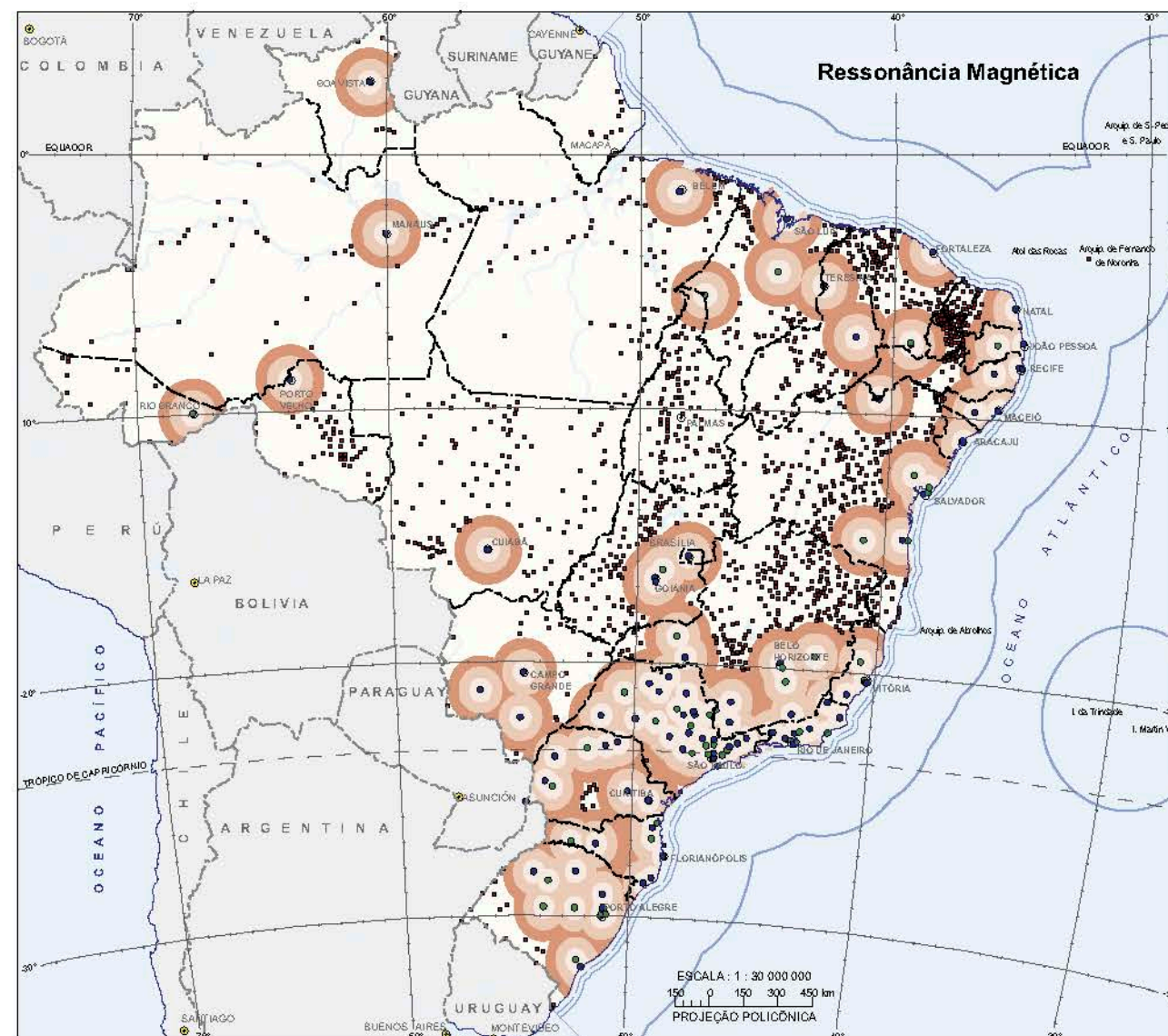
- Até 50
- 50 a 100
- 100 a 150
- mais de 150

Cidades

- Sem equipamento
- Equipamentos disponíveis ao SUS
- Equipamentos disponíveis apenas ao atendimento privado



Distribuição de equipamentos médicos - 2005



Fonte: IBGE, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária 2005.

Nota: Equipamento para radioterapia - *Acelerador linear ou bomba de cobalto

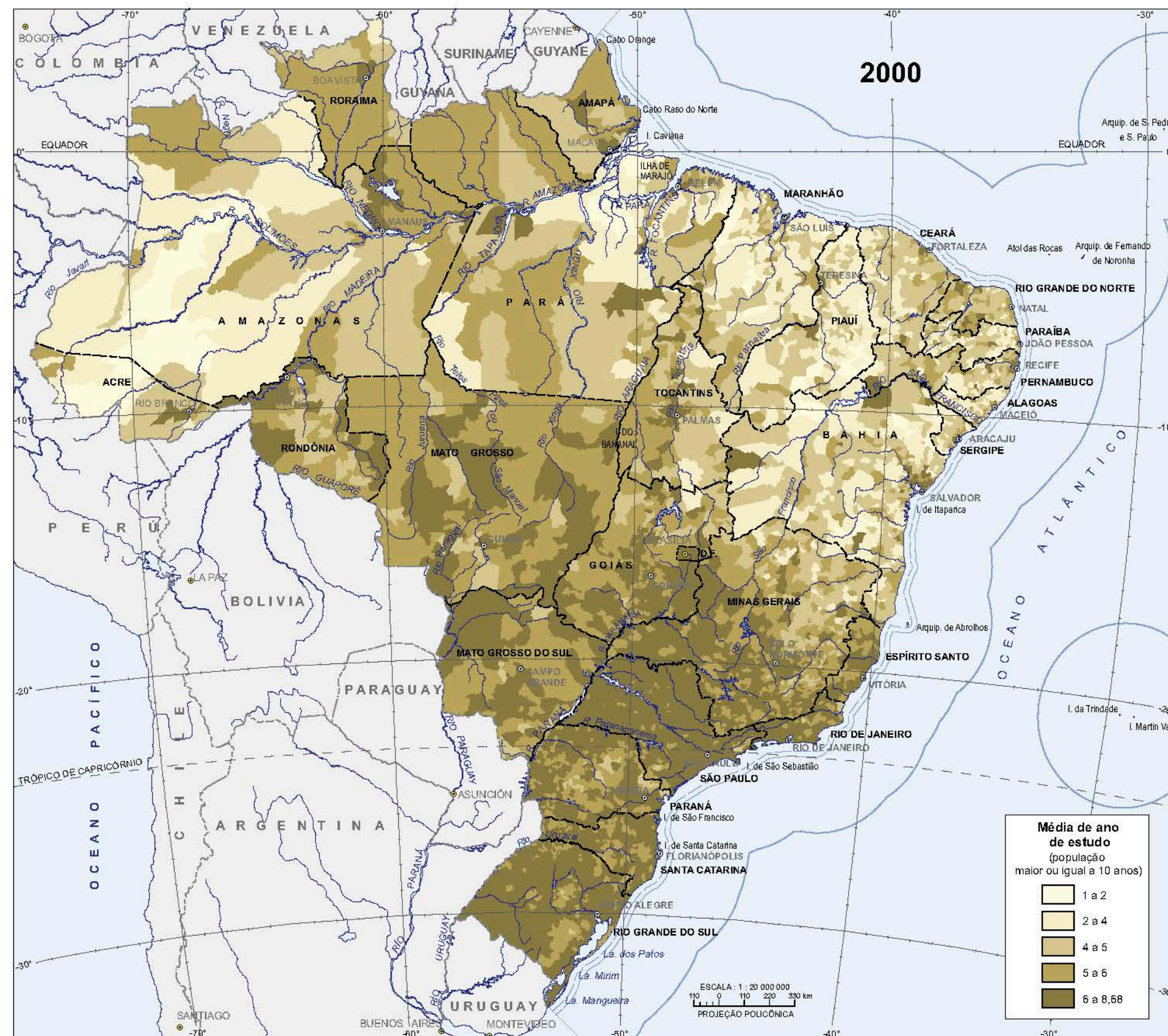
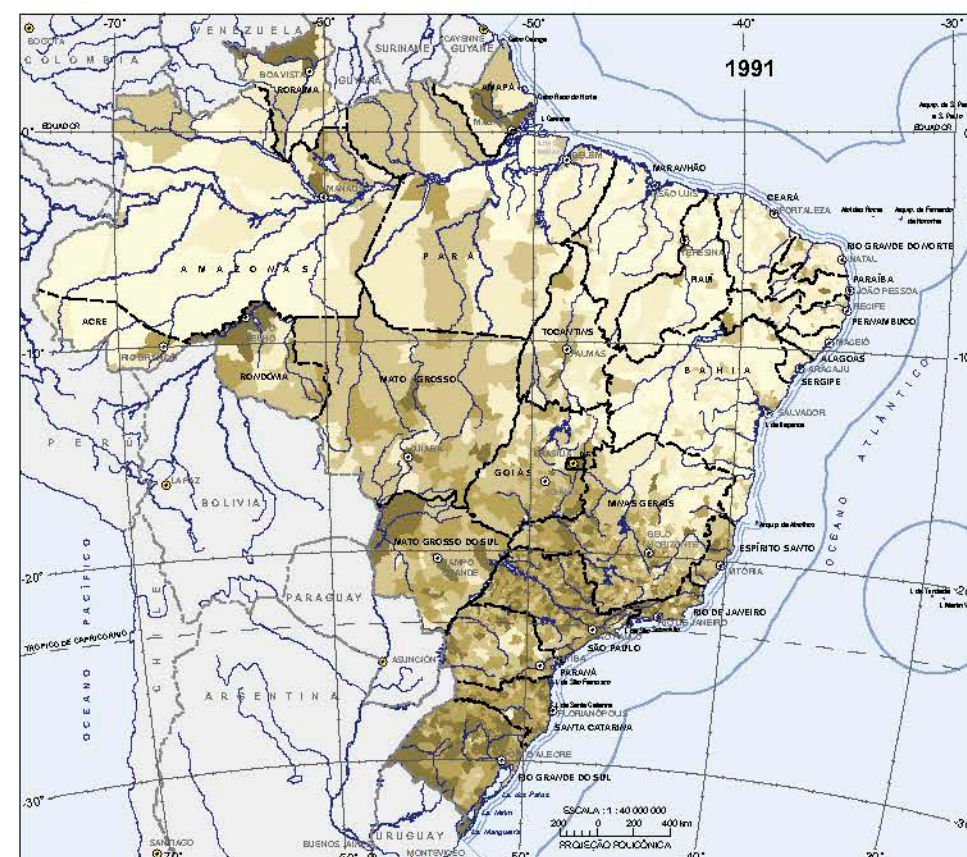
Perfil educacional



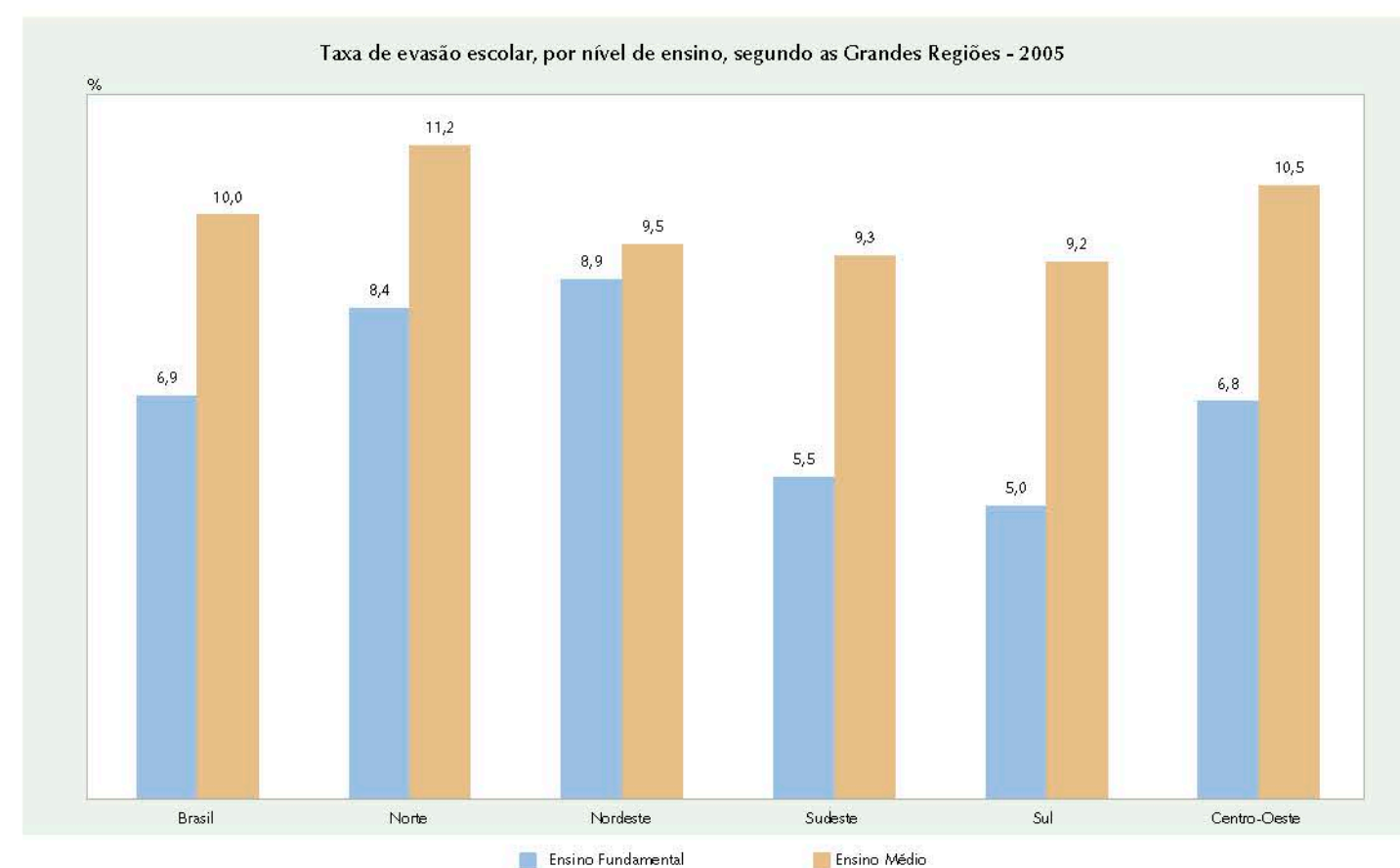
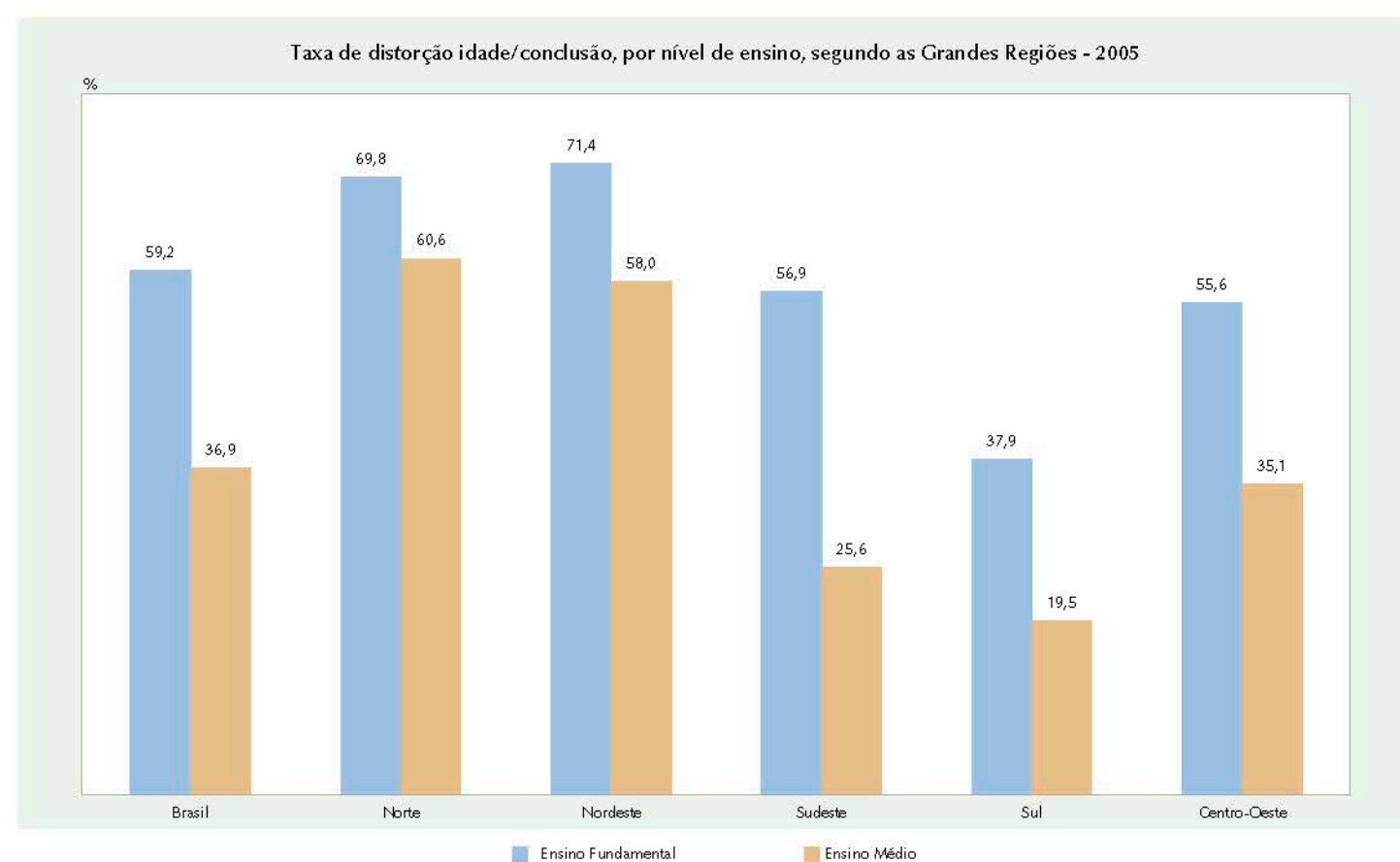
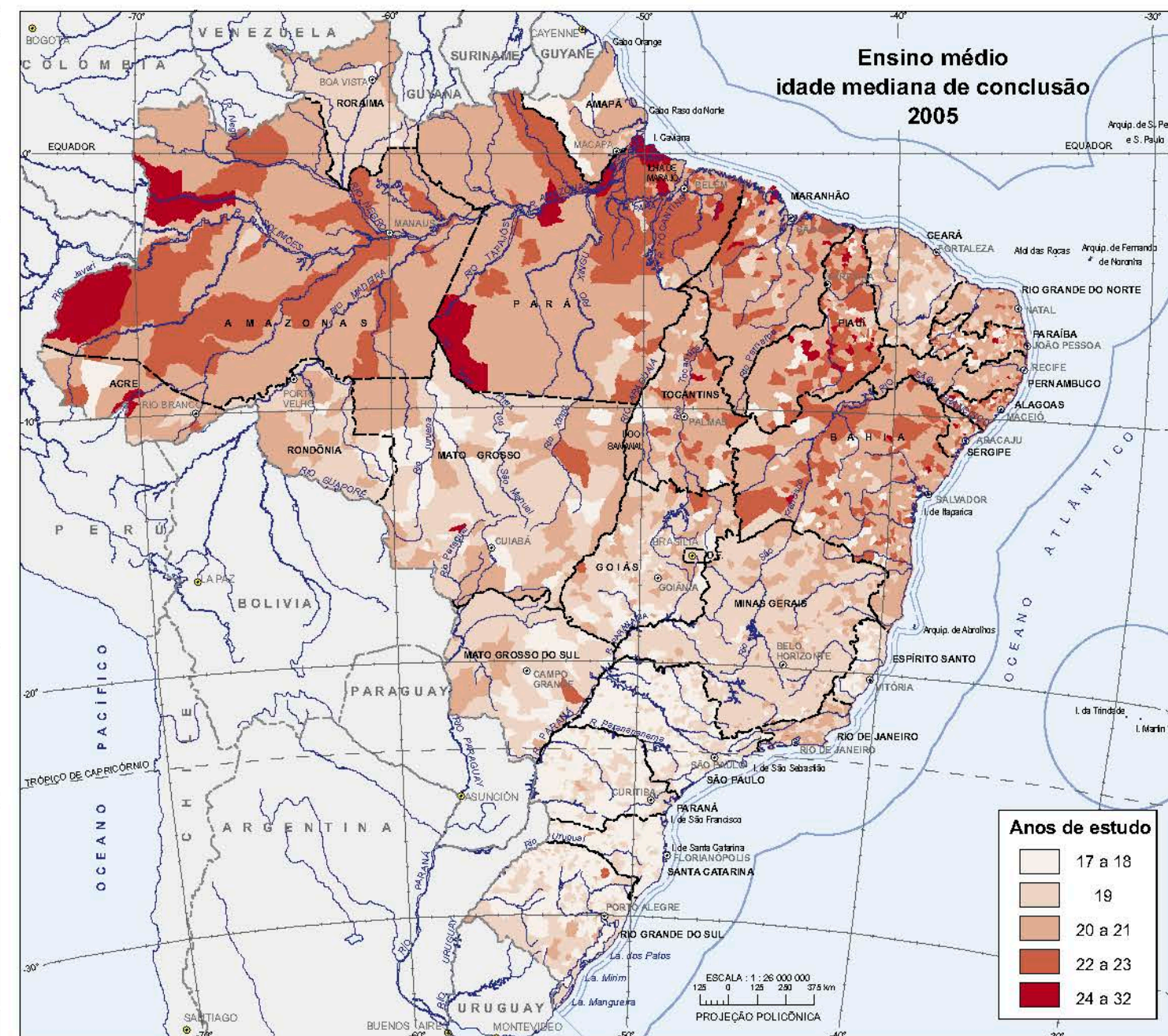
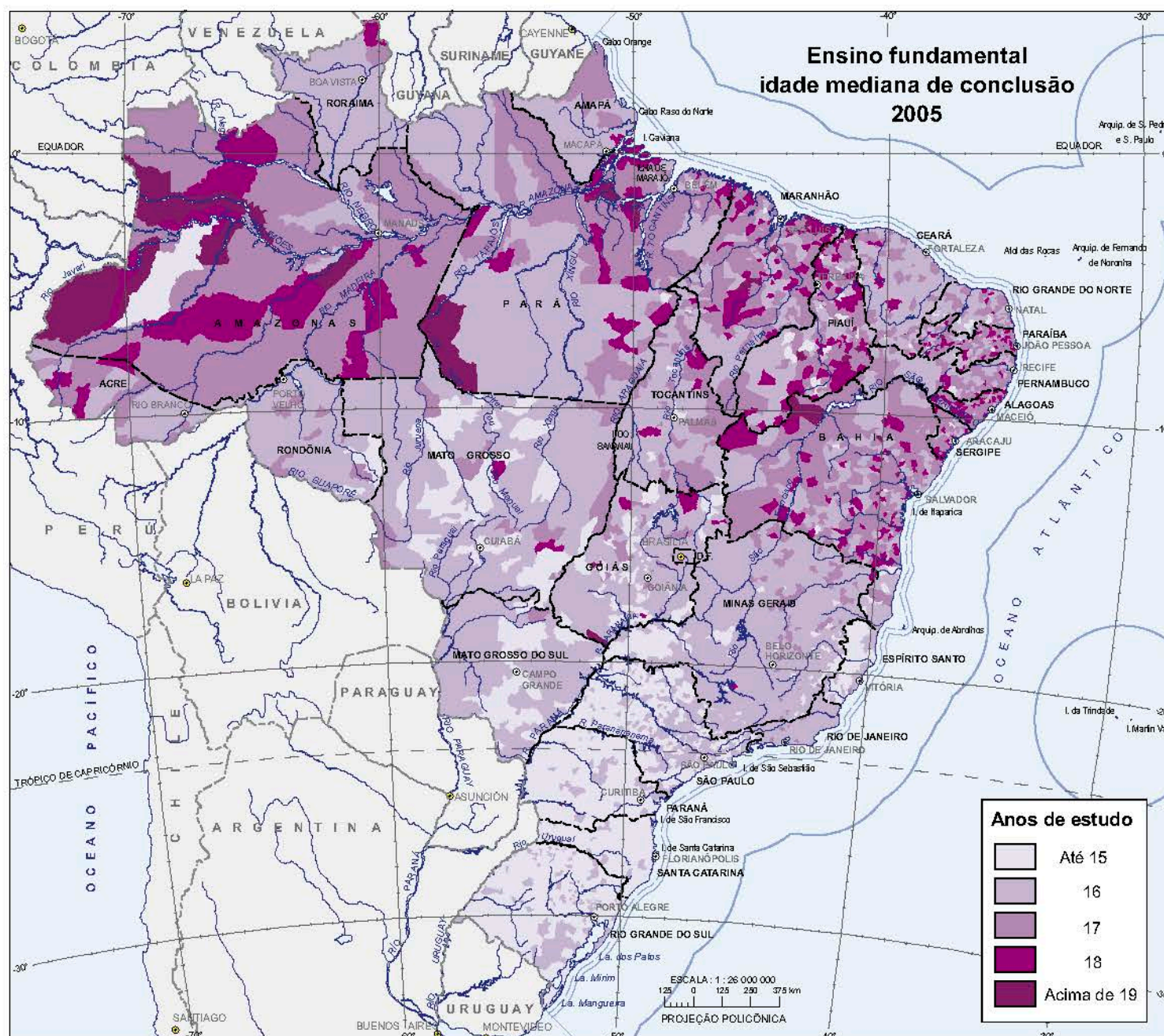
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: São consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e as que apenas assinam o próprio nome também são consideradas analfabetas. A Taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Consideramos, aqui, a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória.

Média de anos de estudo



Idade de conclusão dos ensinos fundamental e médio

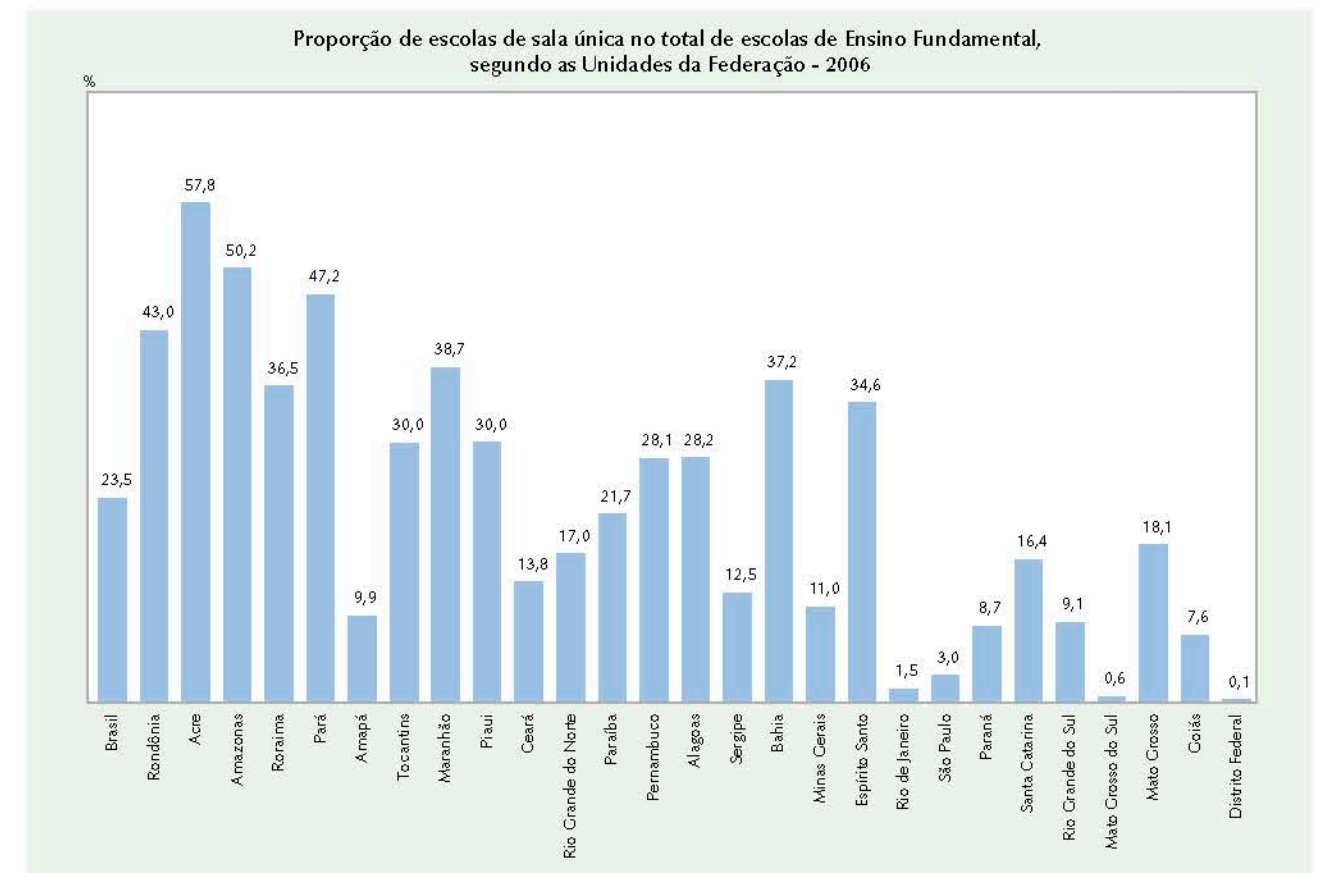
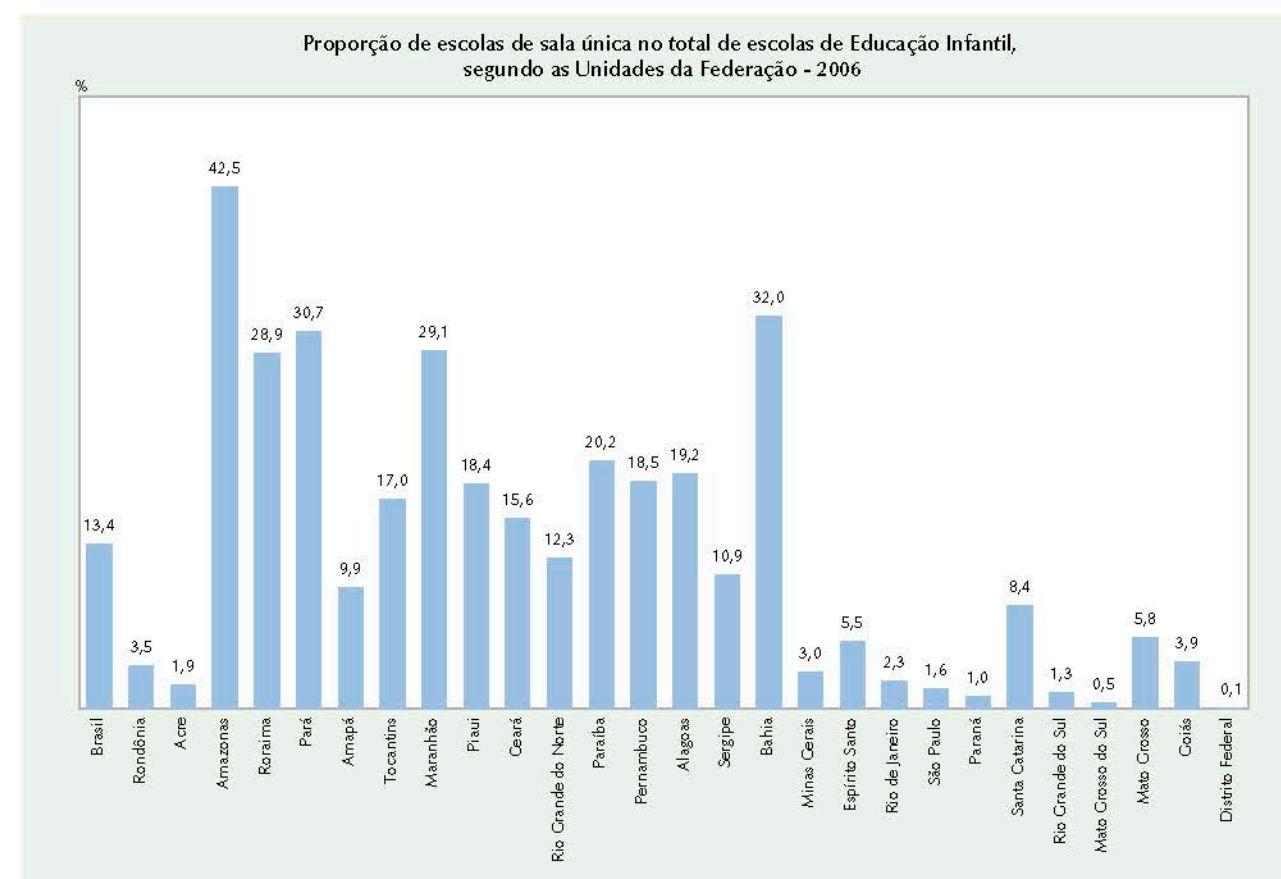
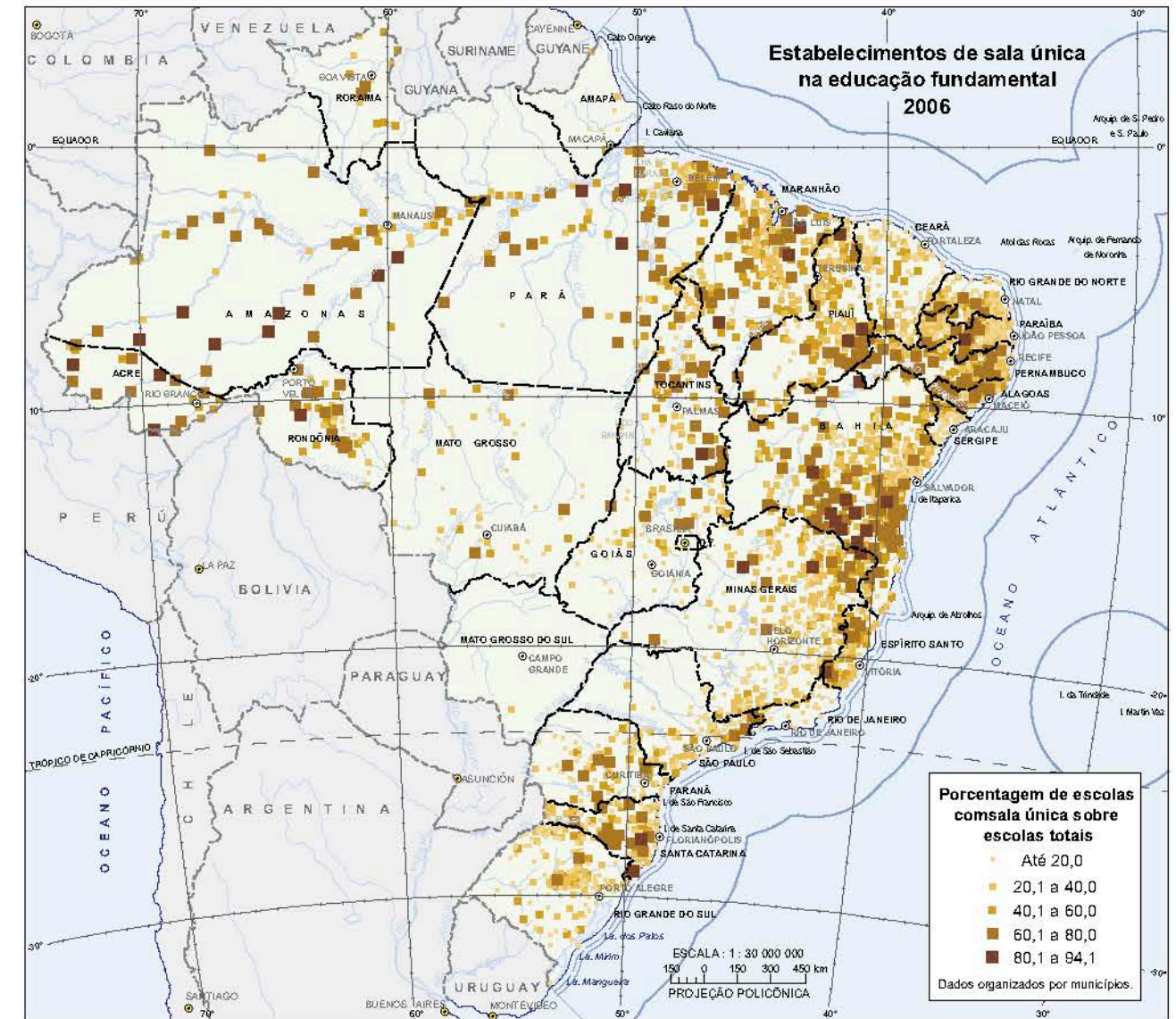
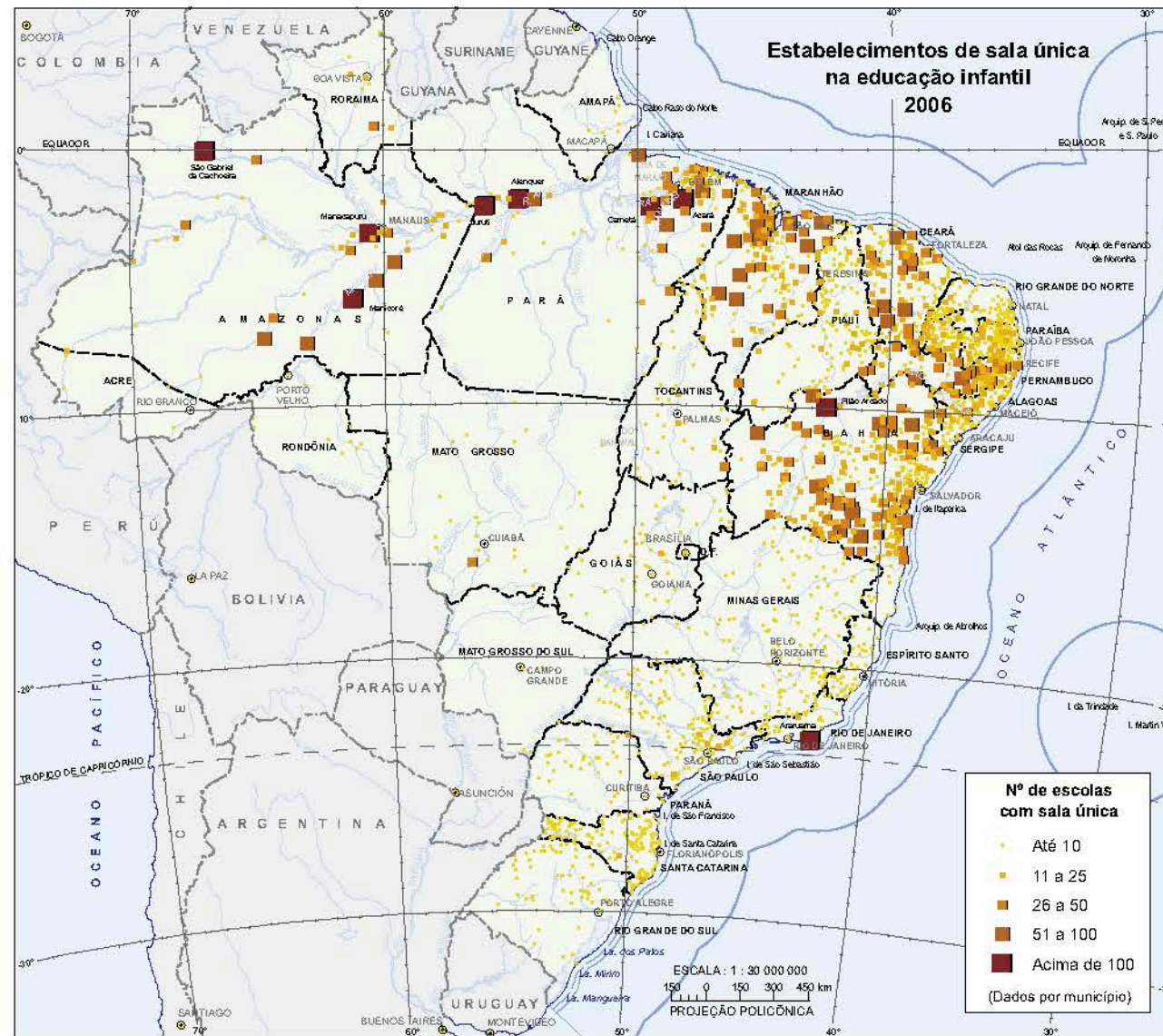


Fonte: Sistema de Estatísticas Educacionais - Edutabasil. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, [2006]. Disponível em: <<http://www.edutabasil.inep.gov.br>>. Acesso em: out. 2010

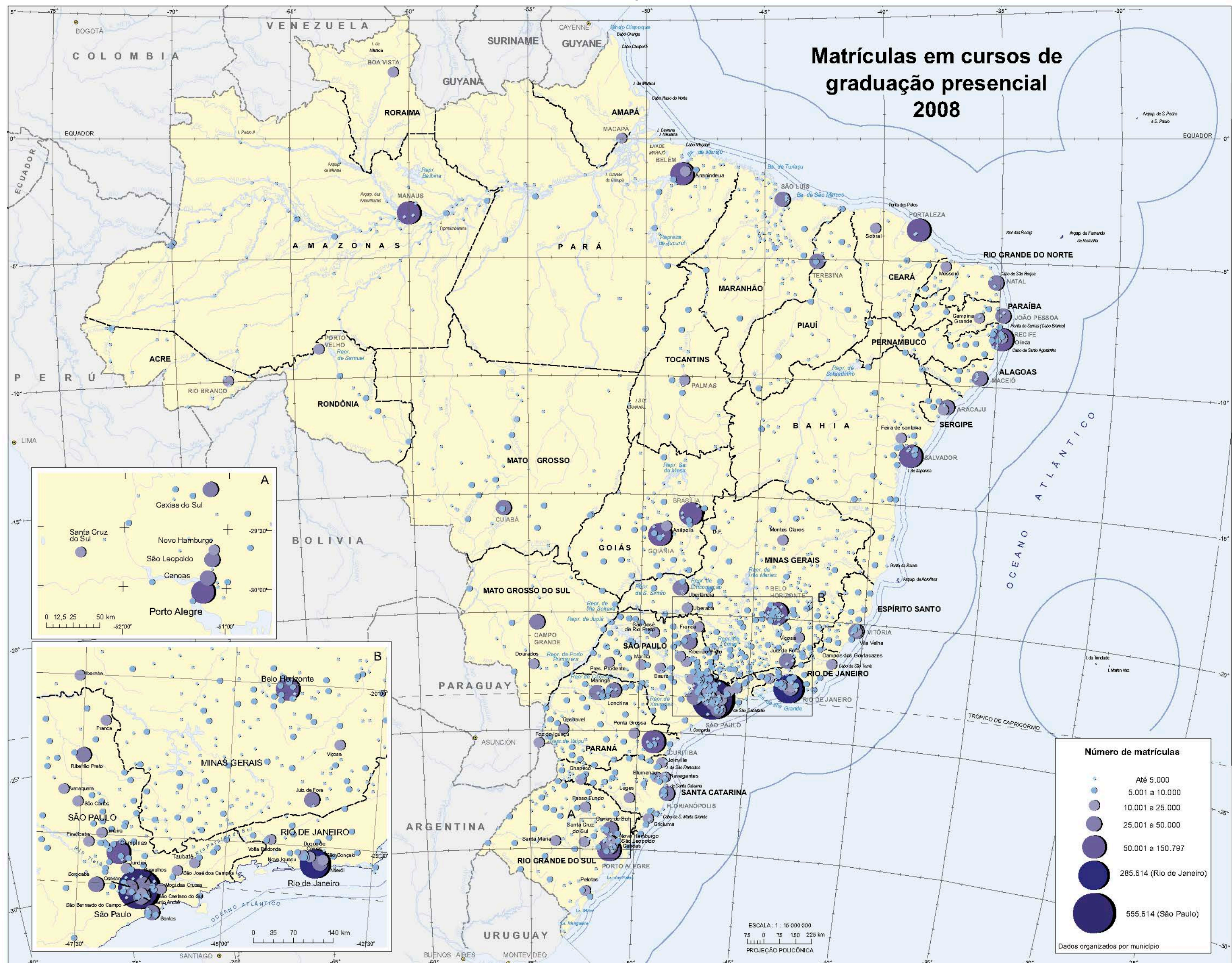
Nota: Taxa de distorção idade-conclusão: indicador que avalia o percentual de alunos que concluem o nível de ensino com idade superior à recomendada.

Taxa de evasão: é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que não se matricula no ano t+1.

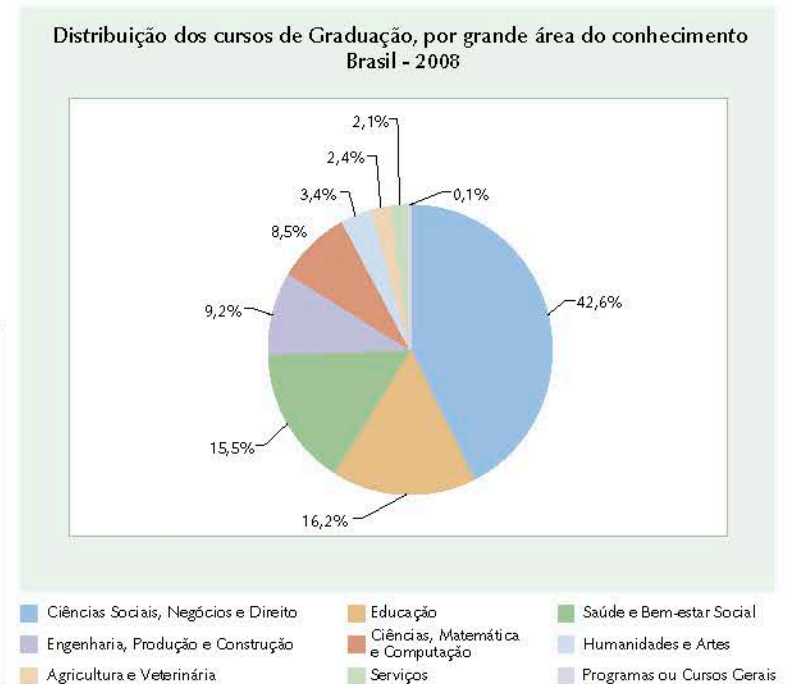
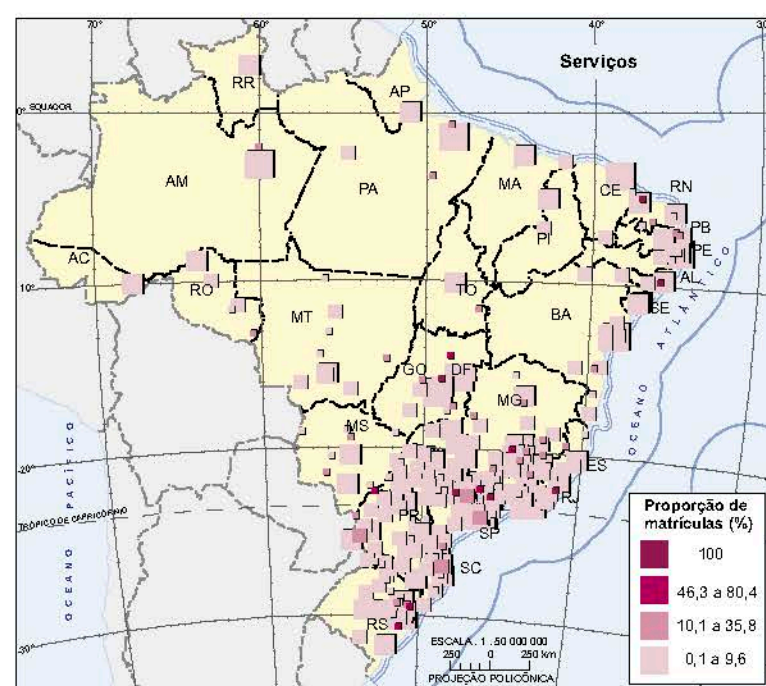
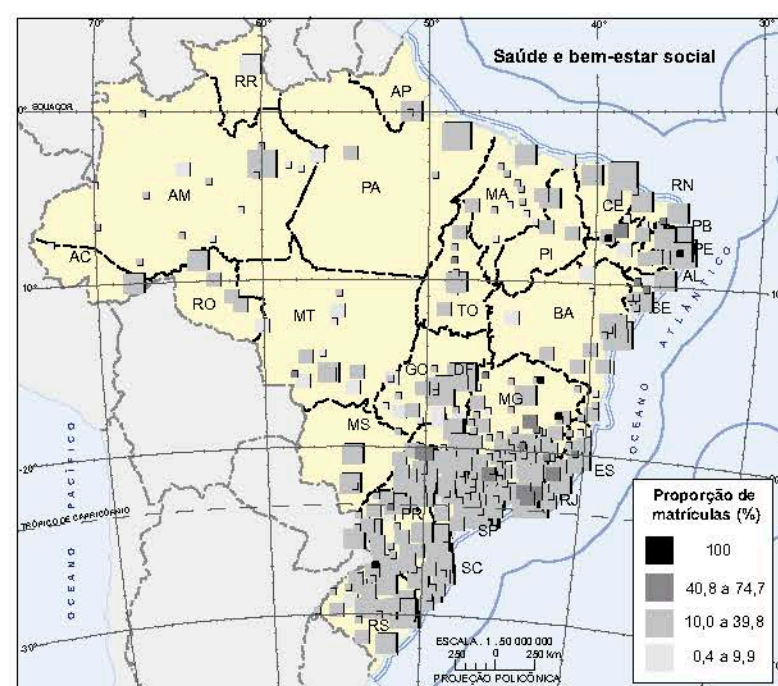
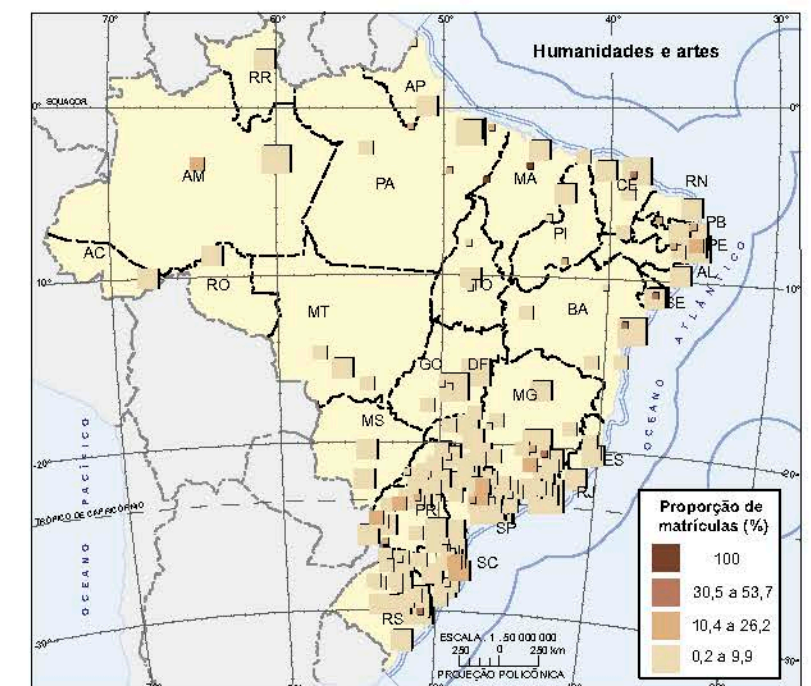
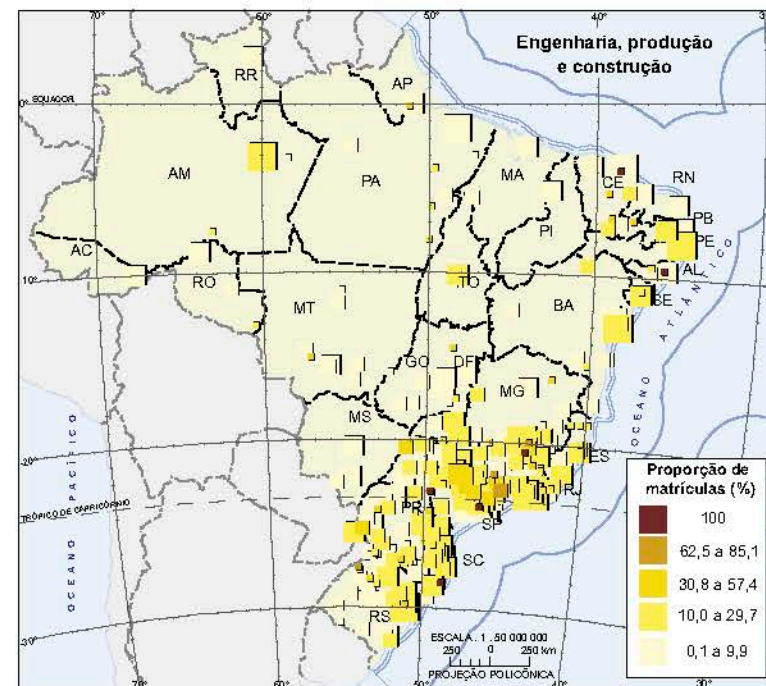
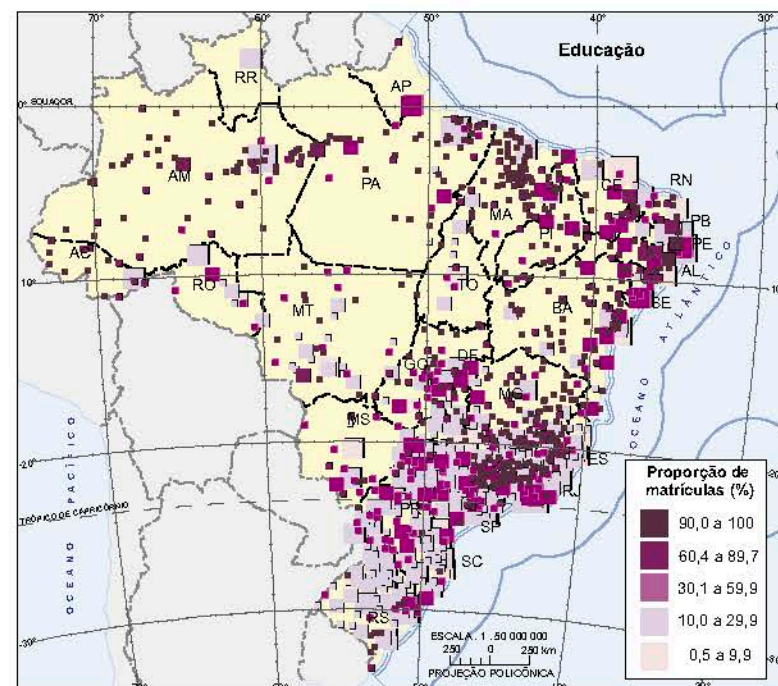
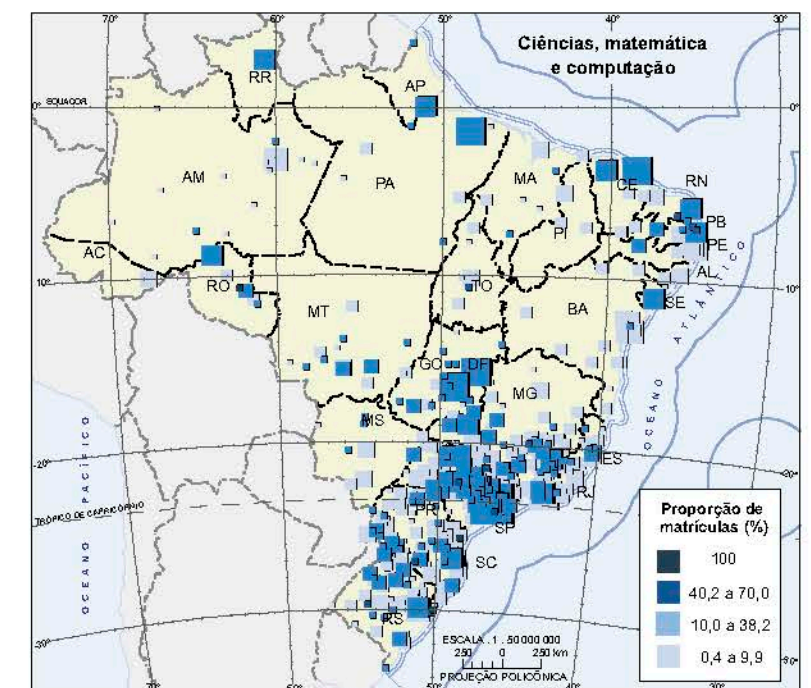
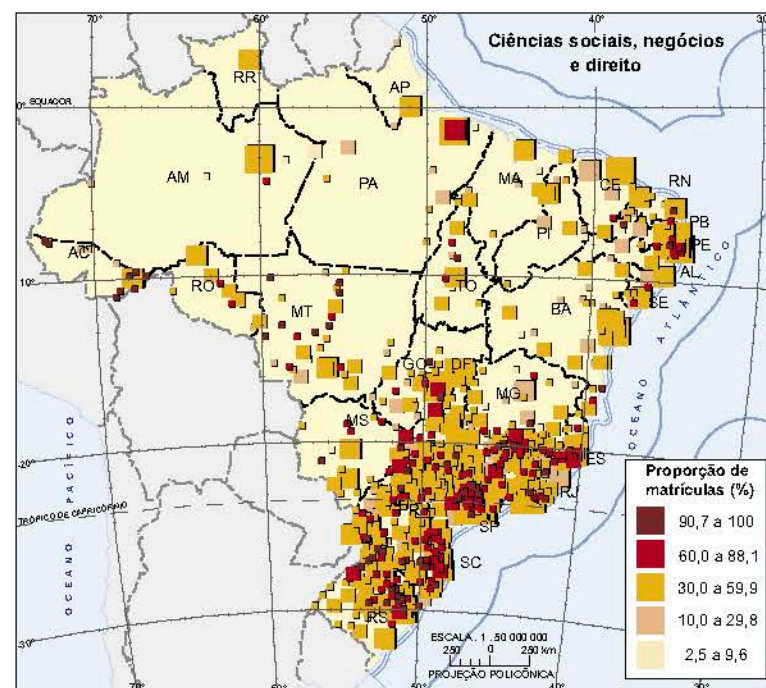
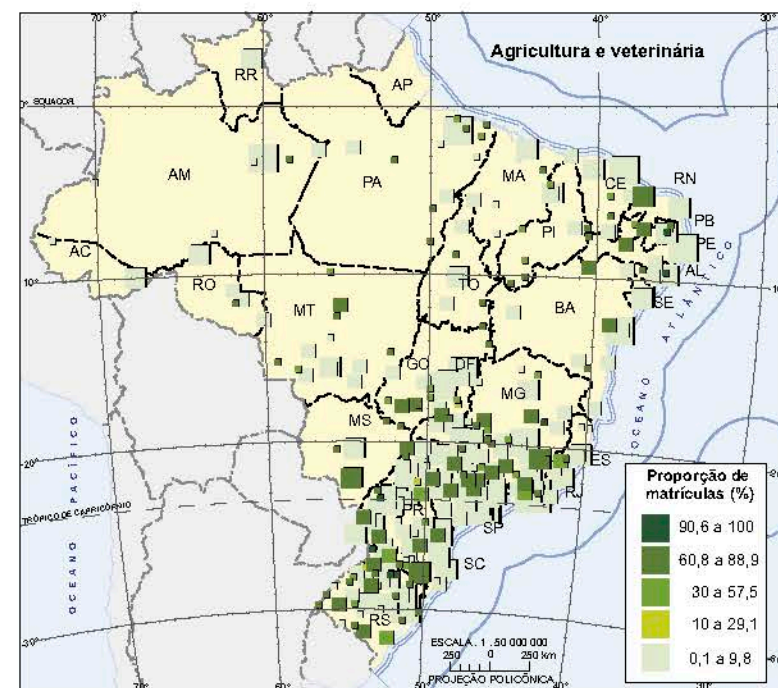
Infraestrutura da educação



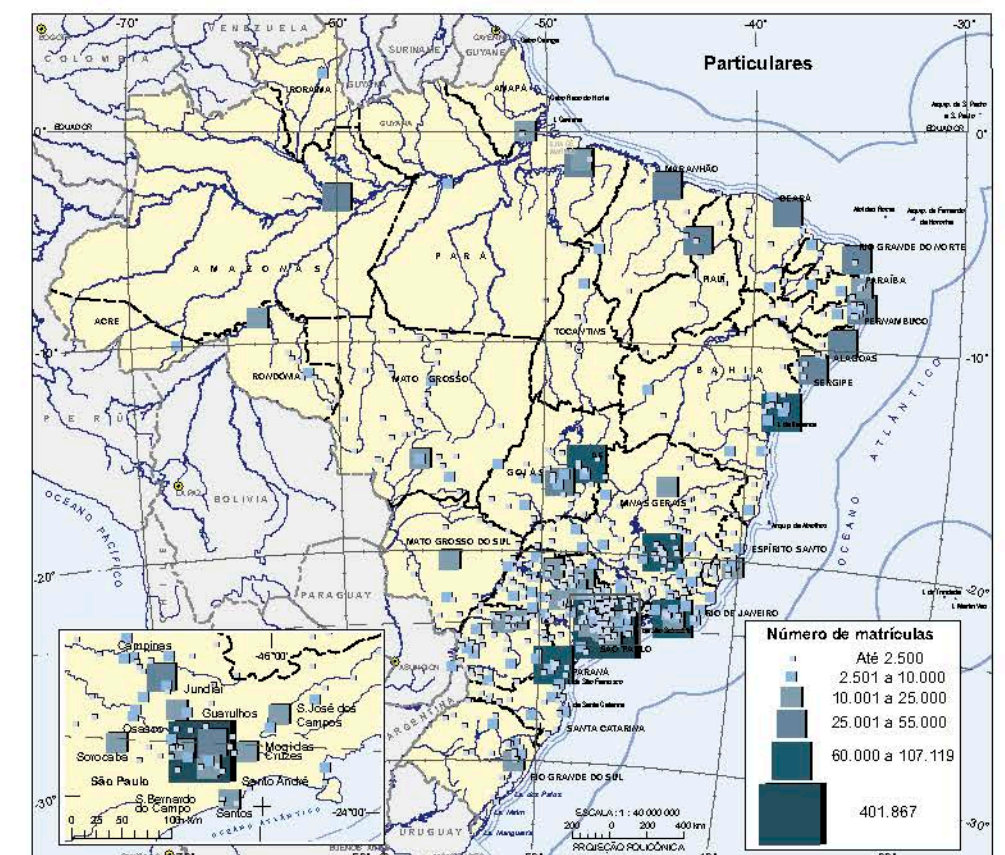
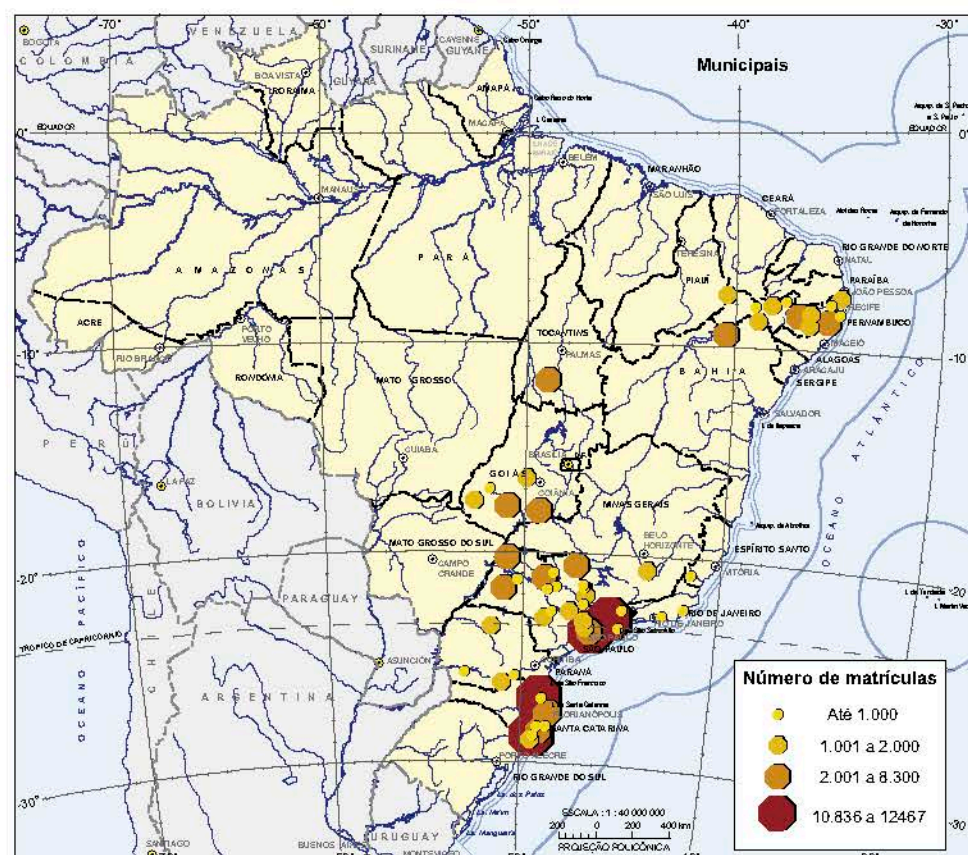
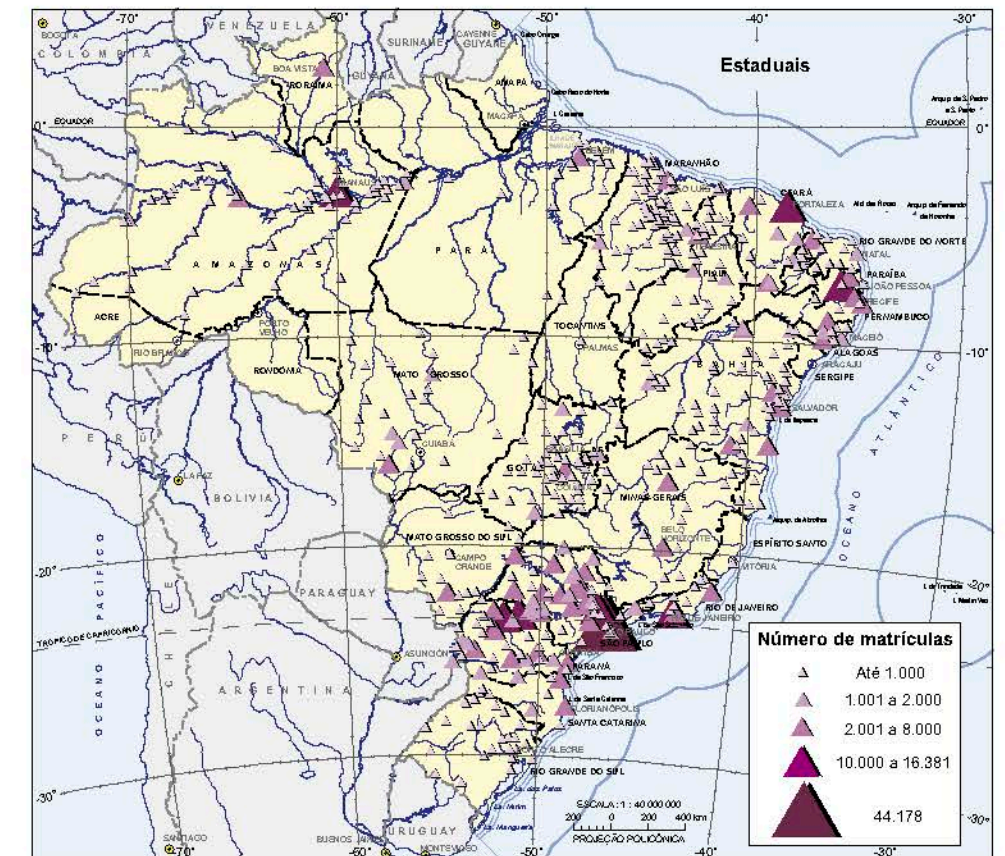
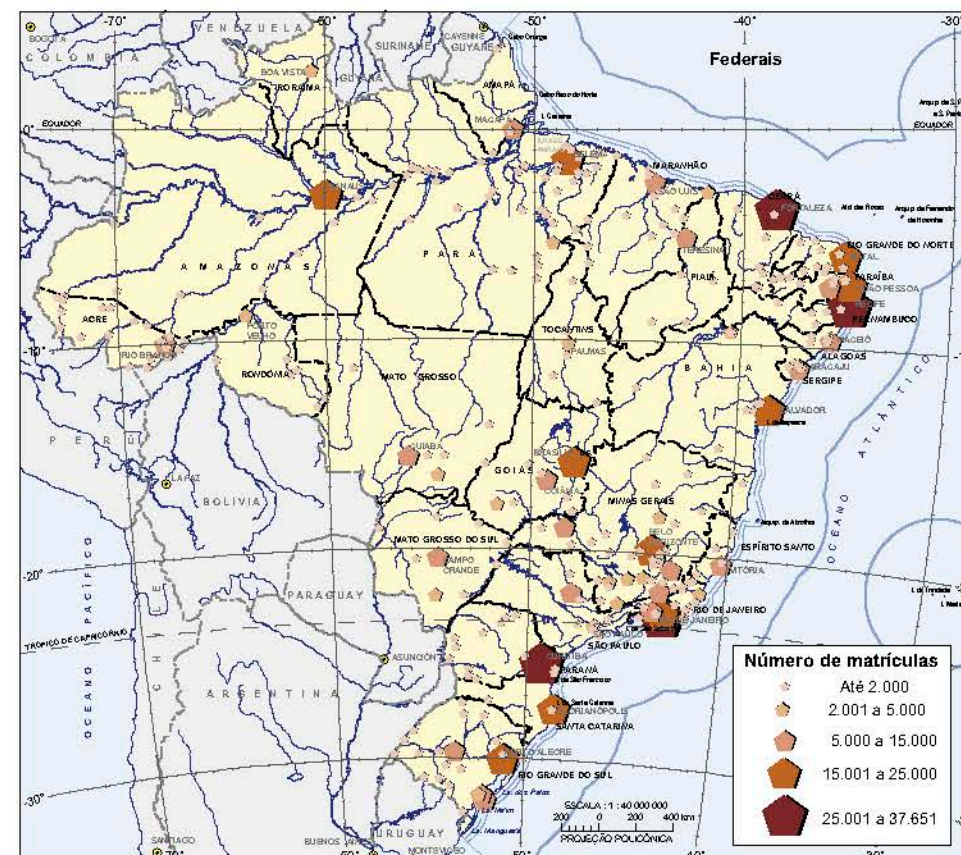
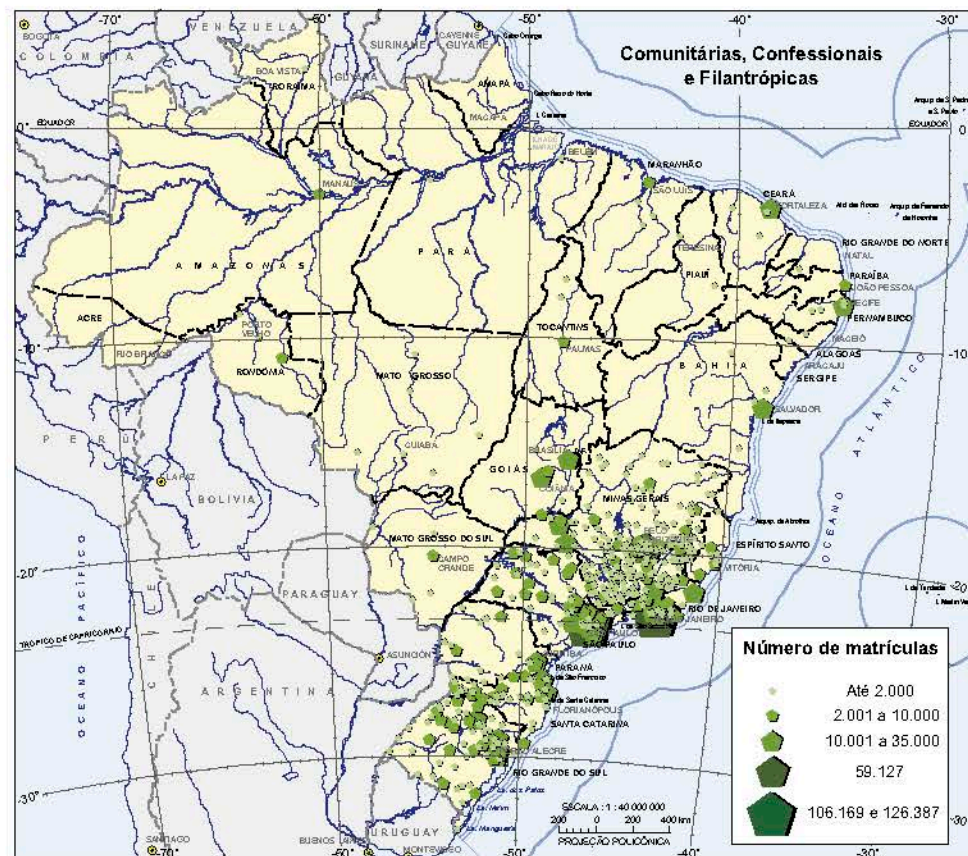
Ensino superior

Matrículas em cursos de
graduação presencial
2008

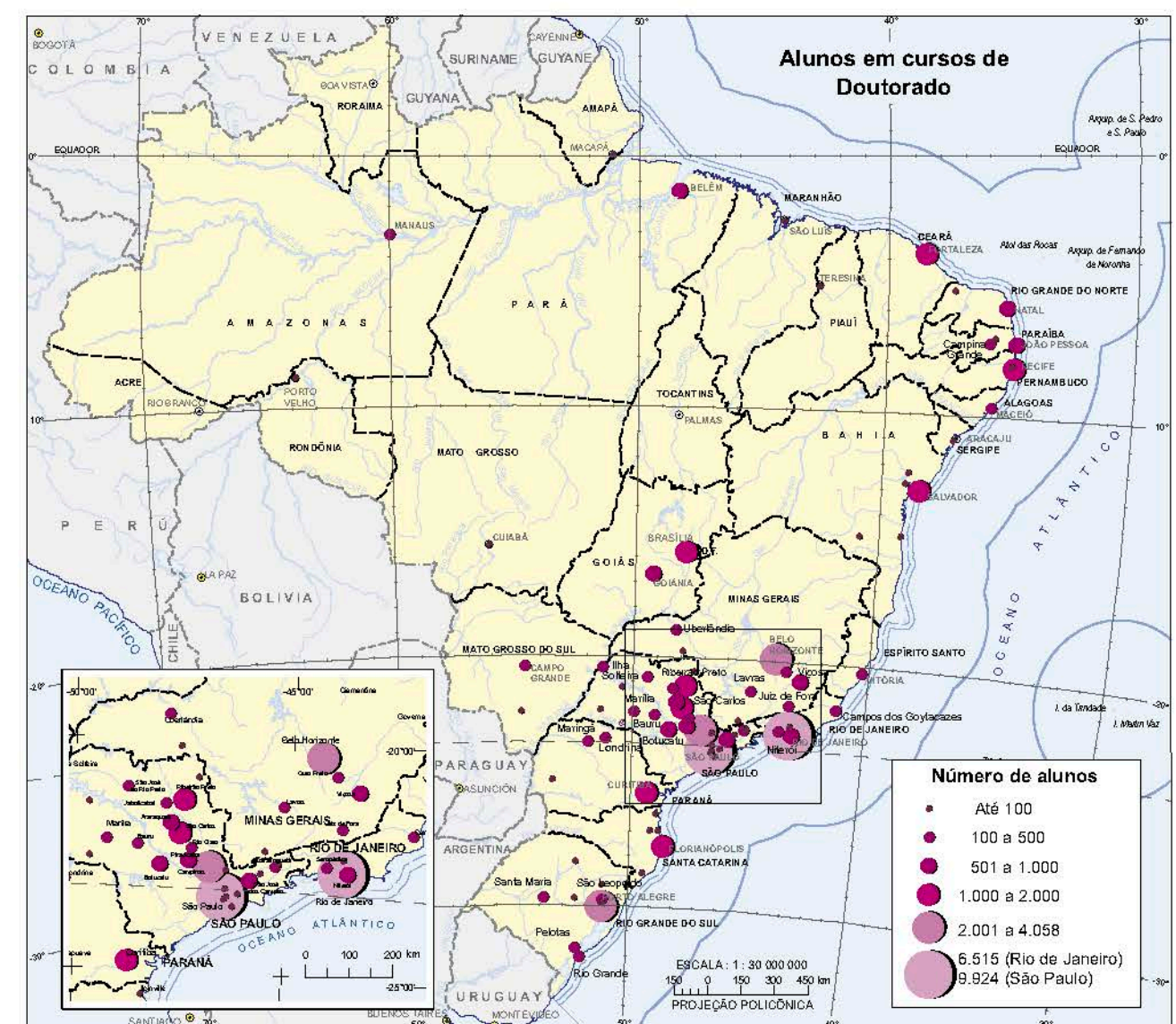
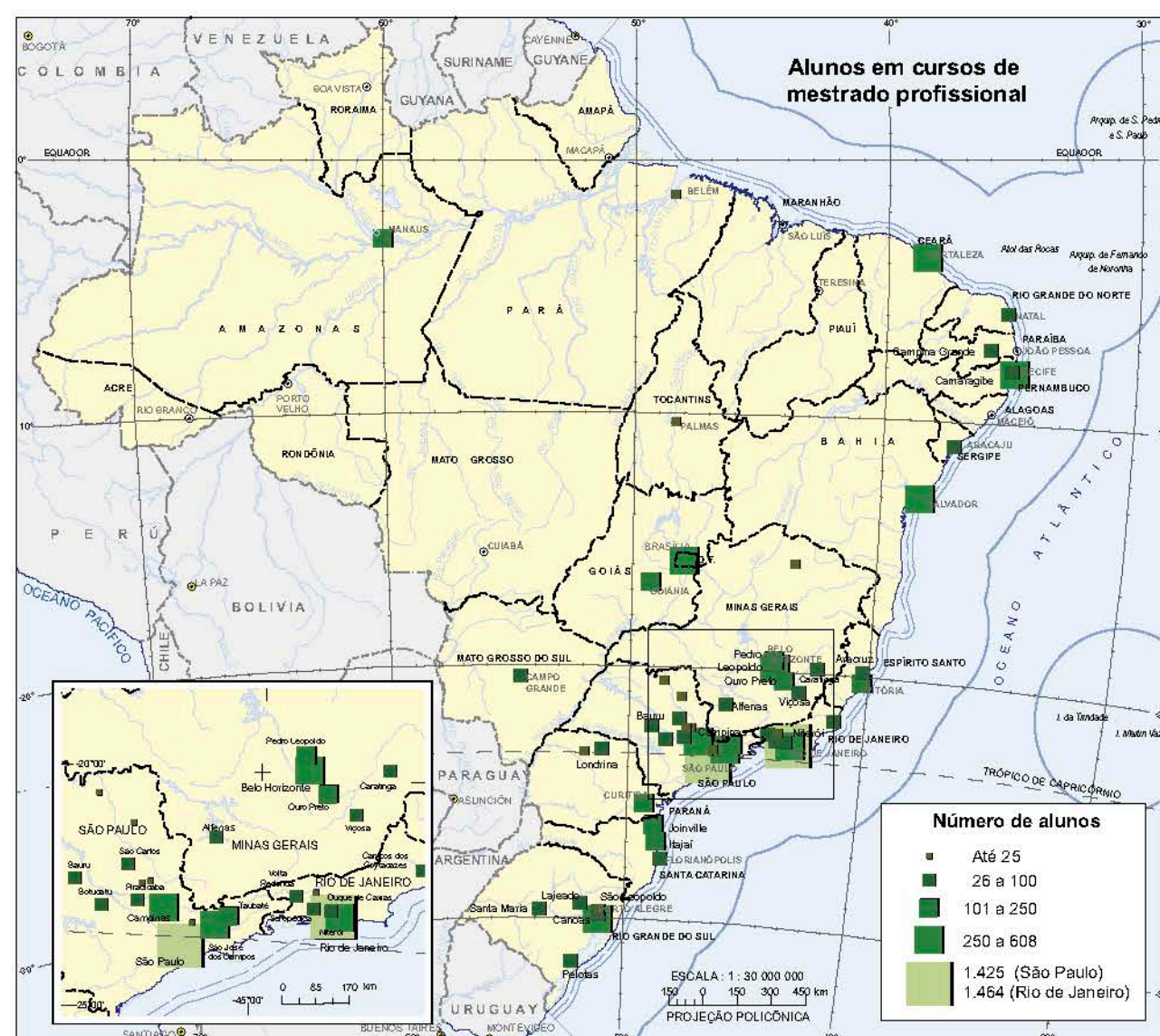
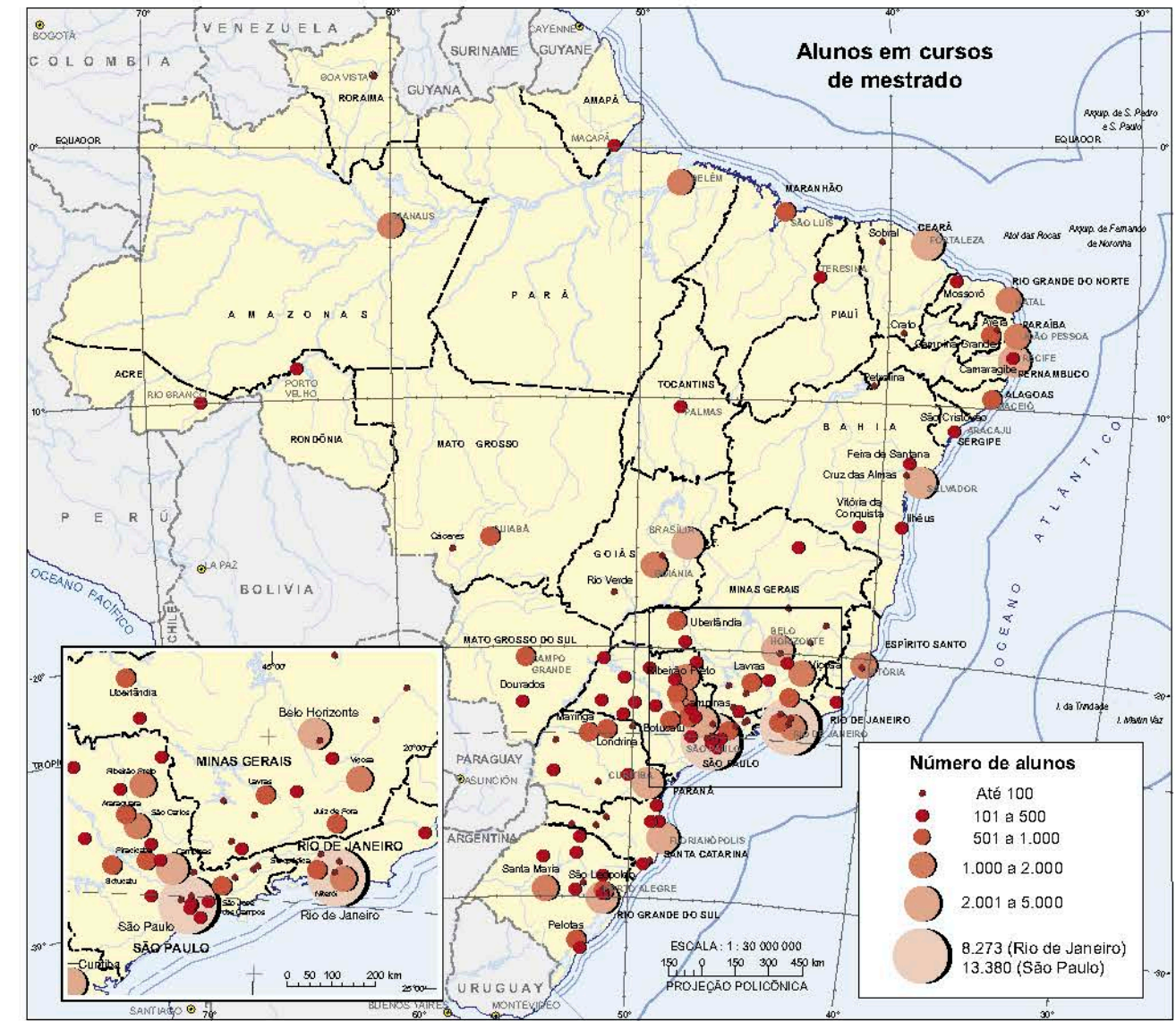
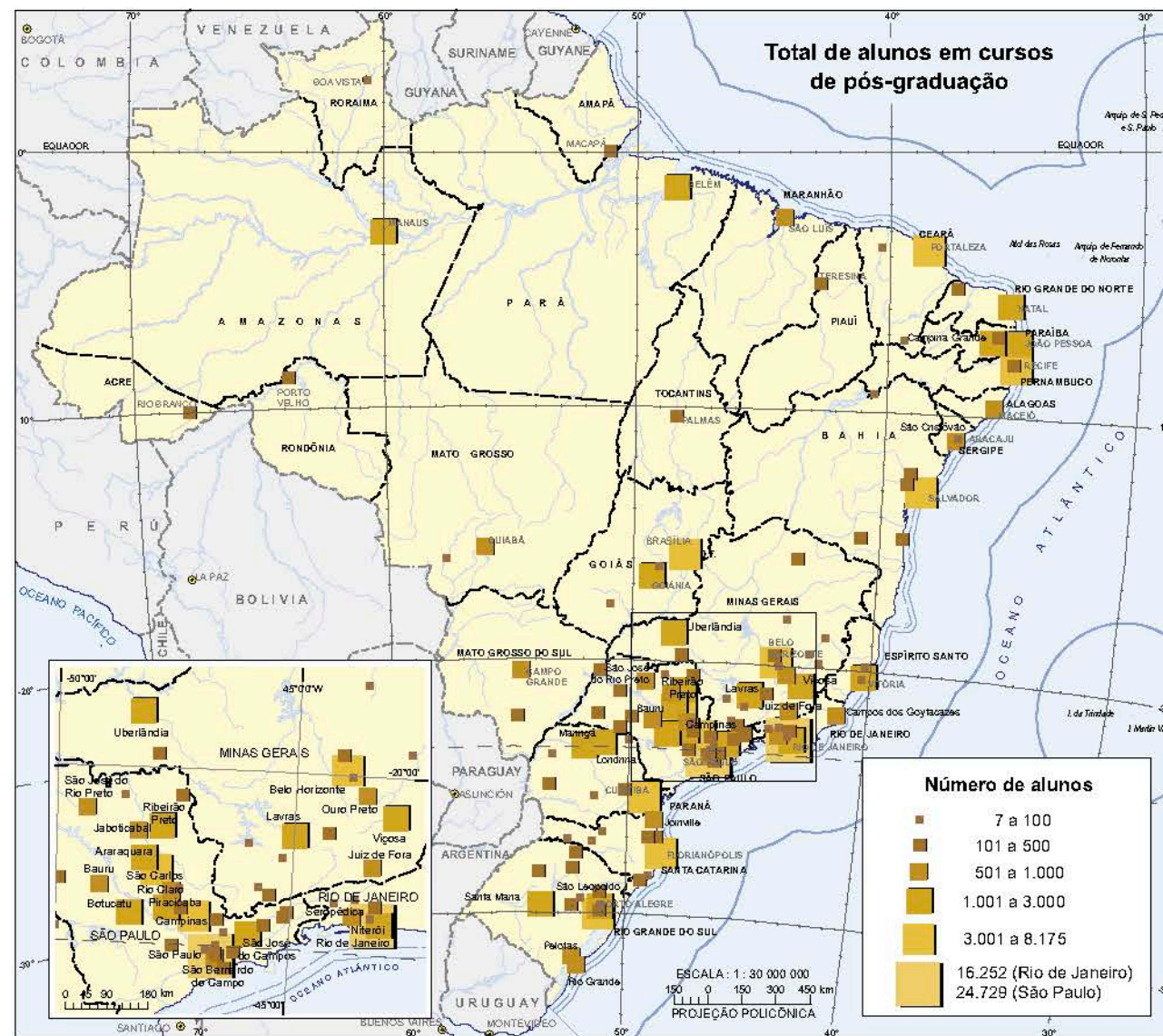
Graduação presencial por áreas do conhecimento - 2008



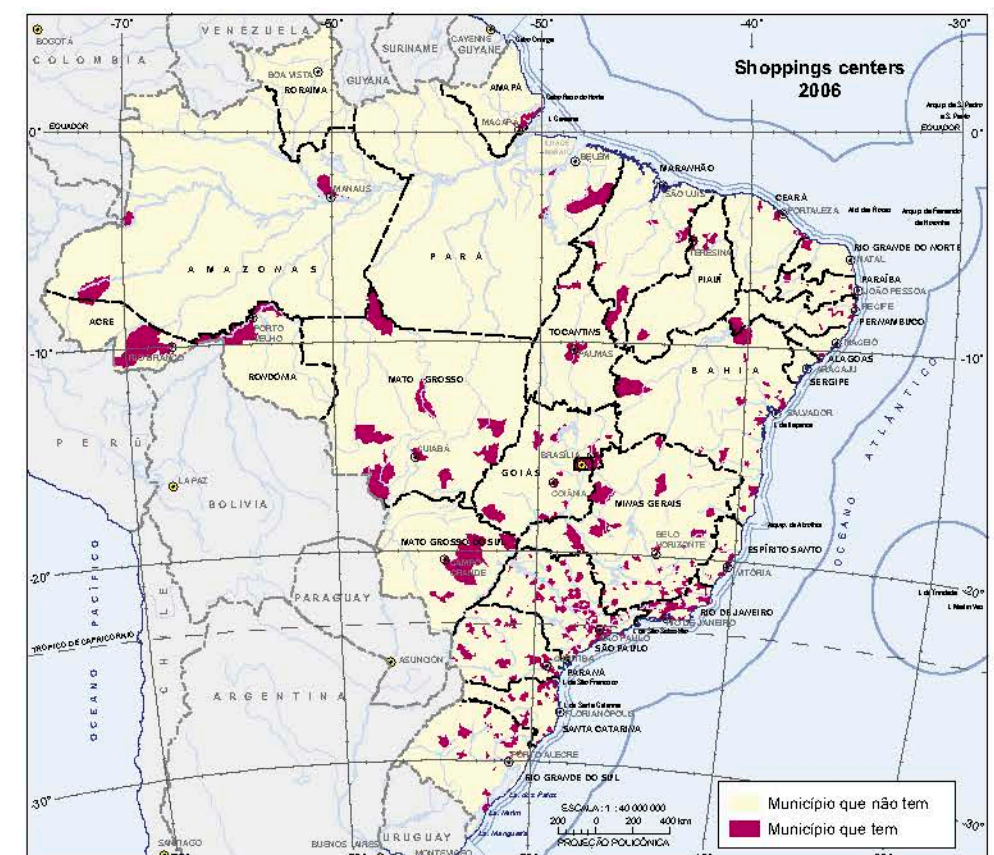
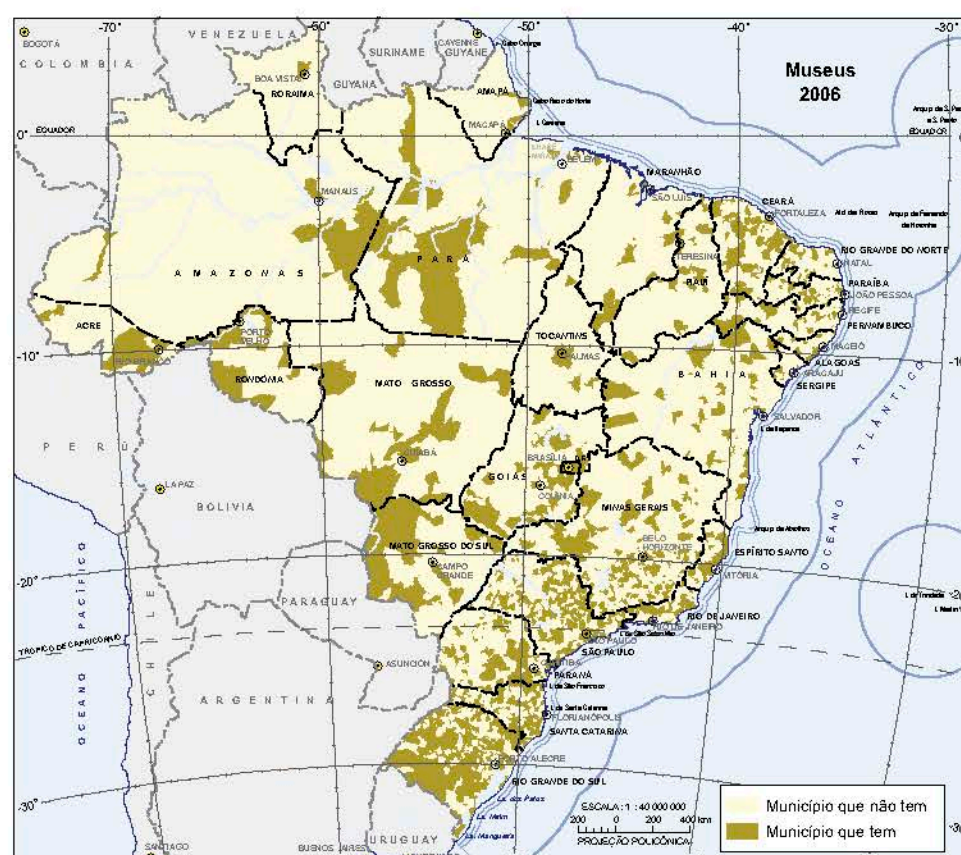
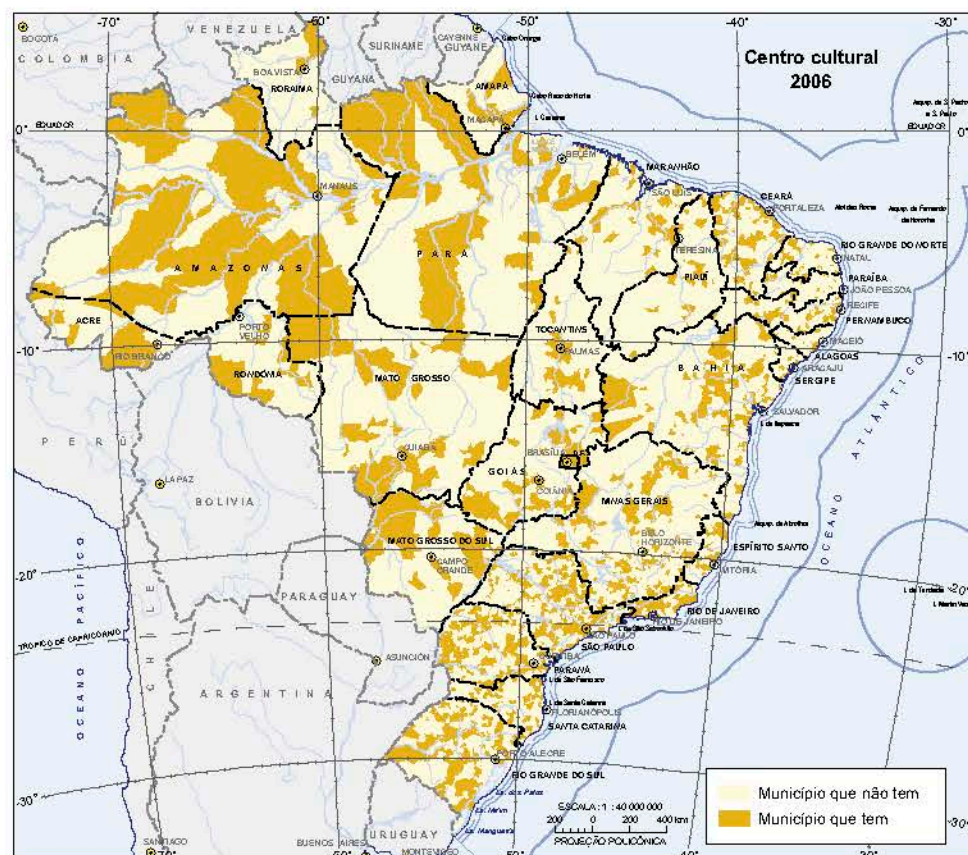
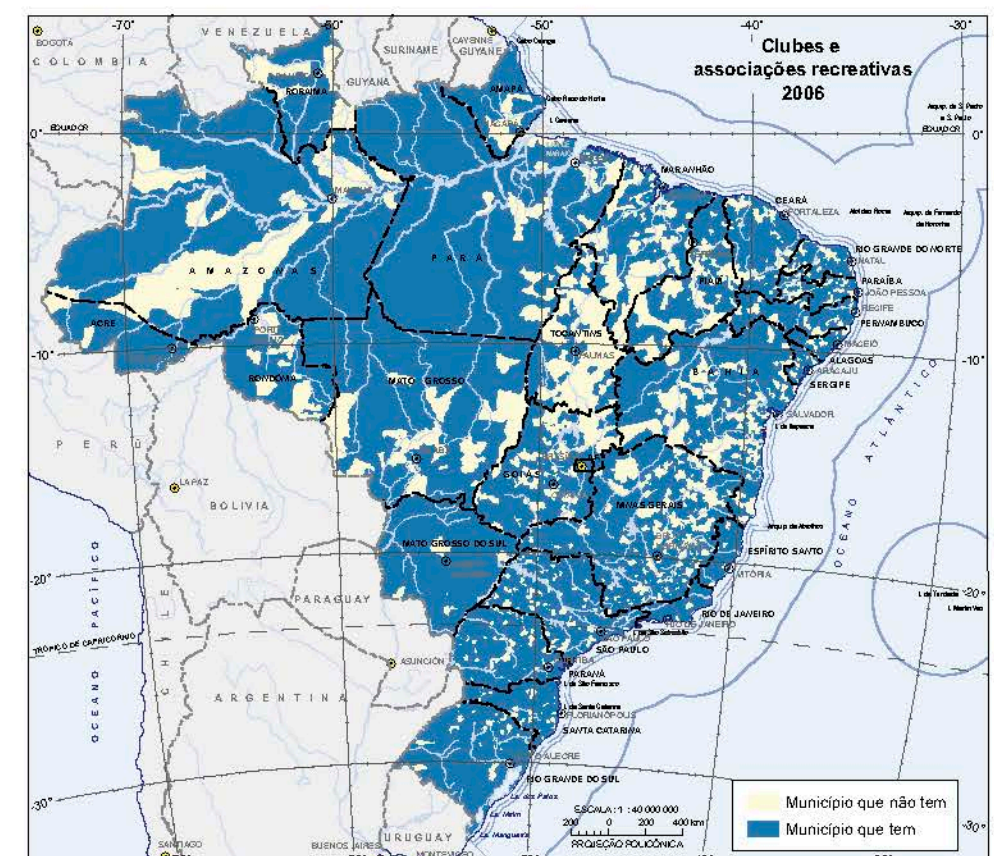
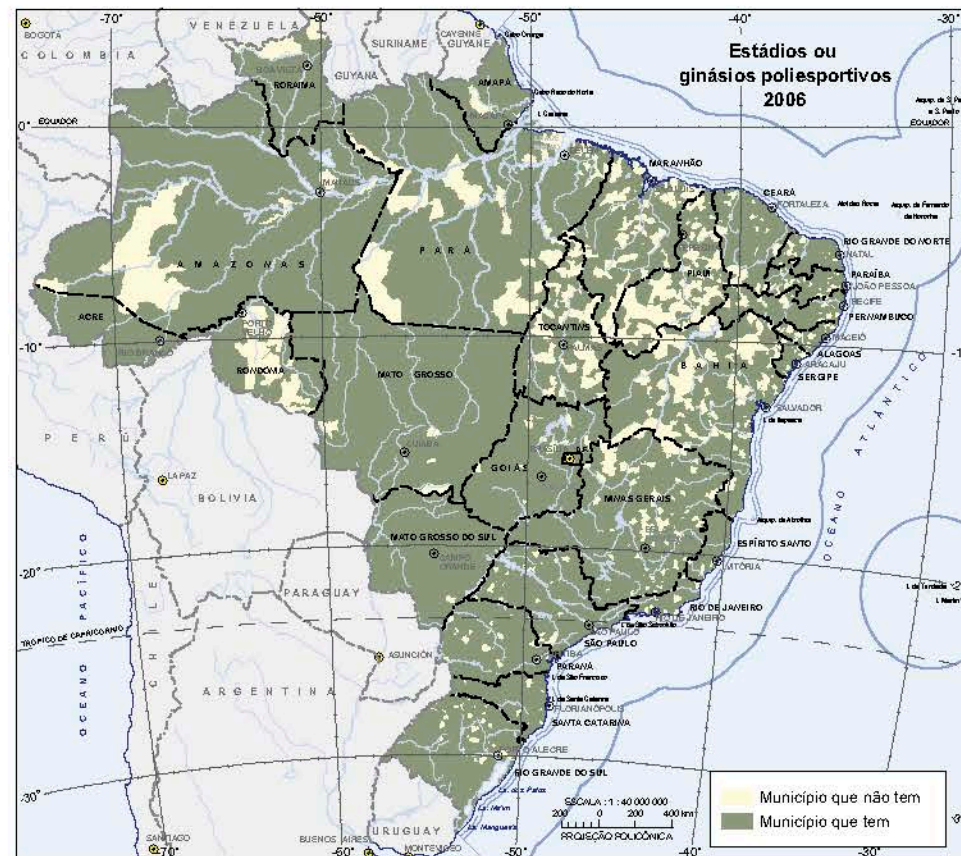
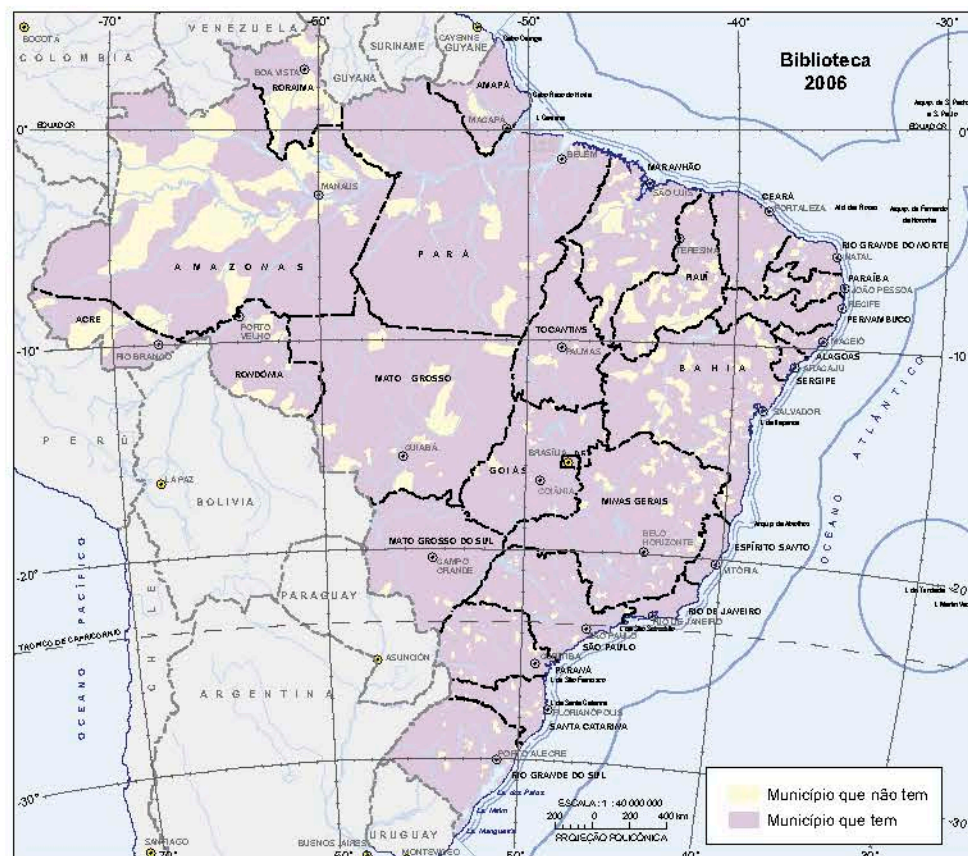
Matrículas na graduação presencial por categoria administrativa - 2008



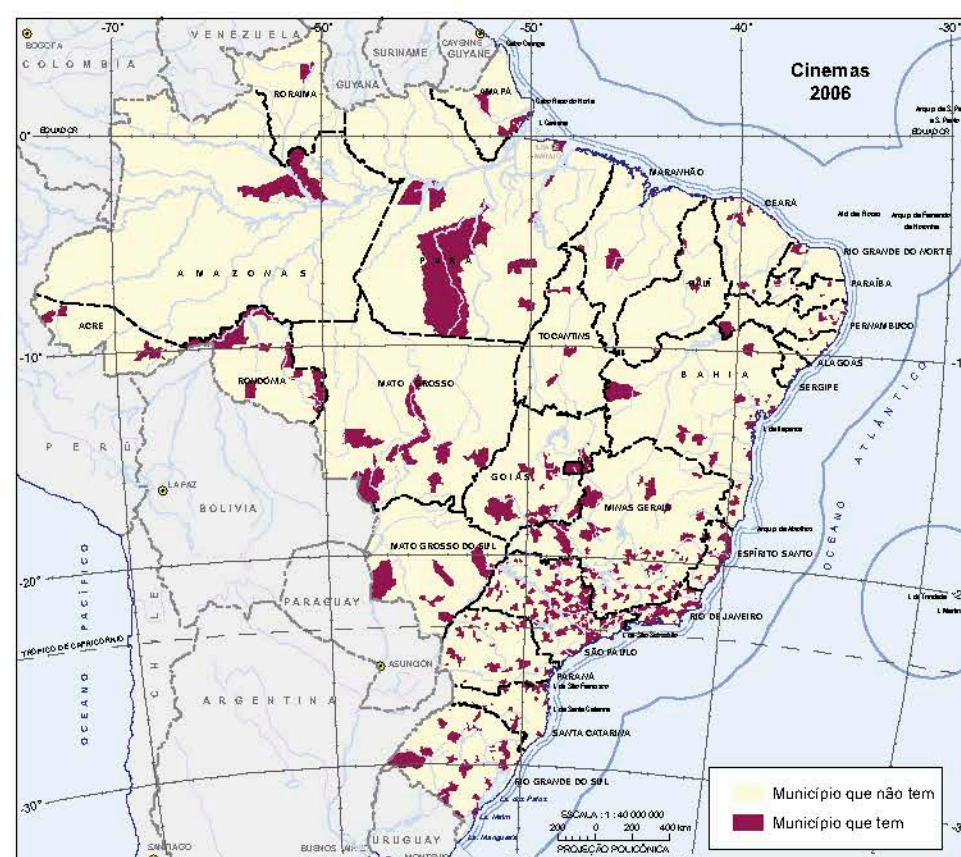
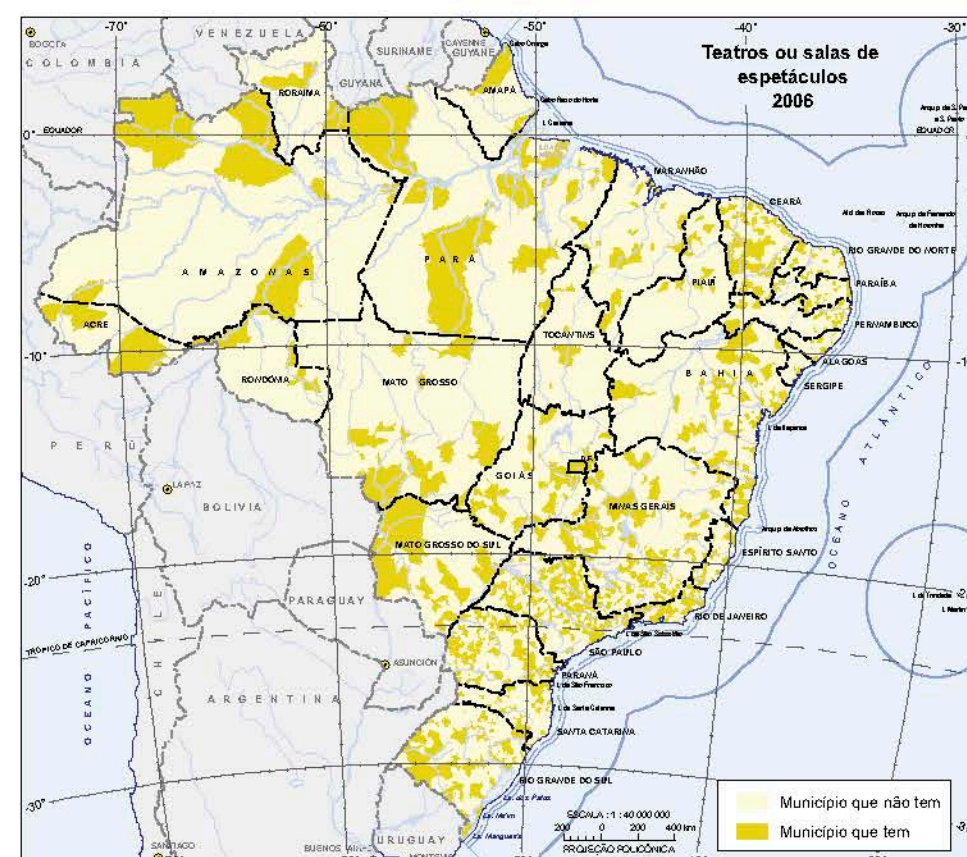
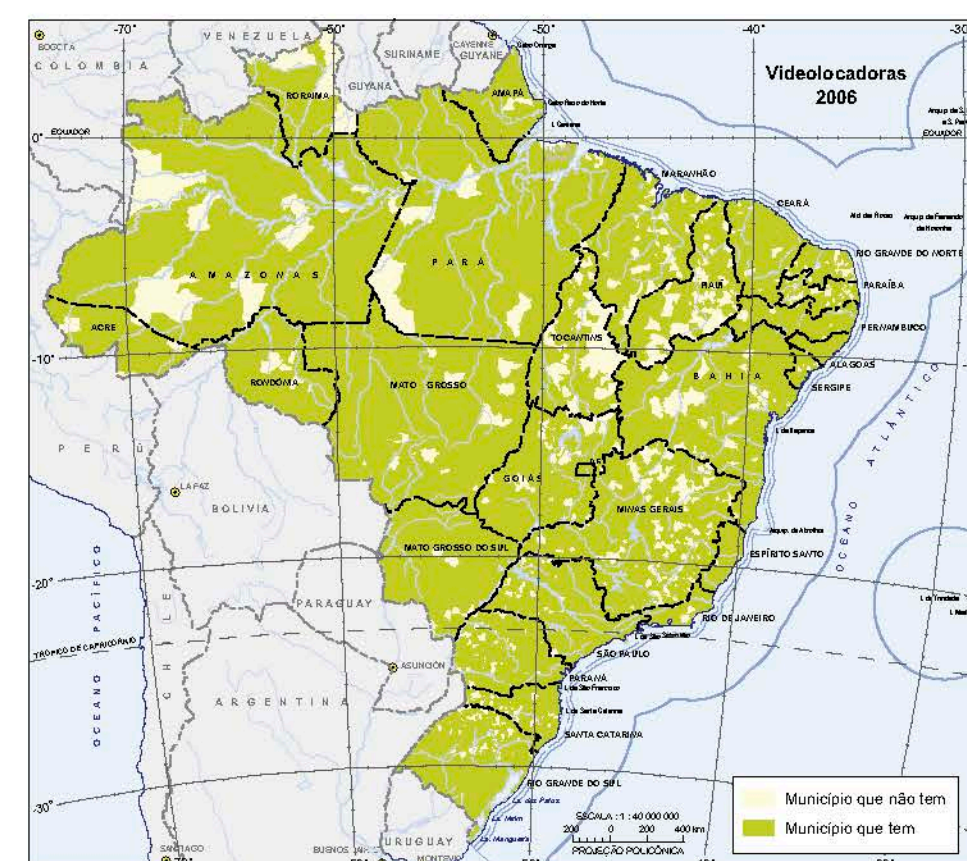
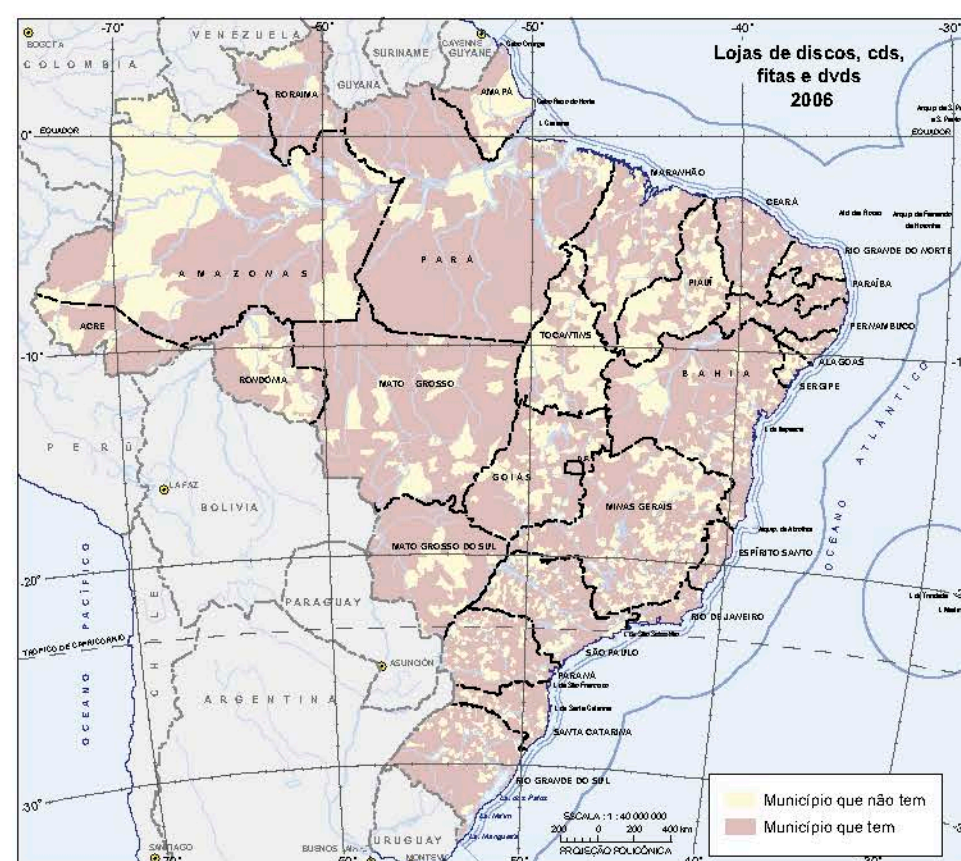
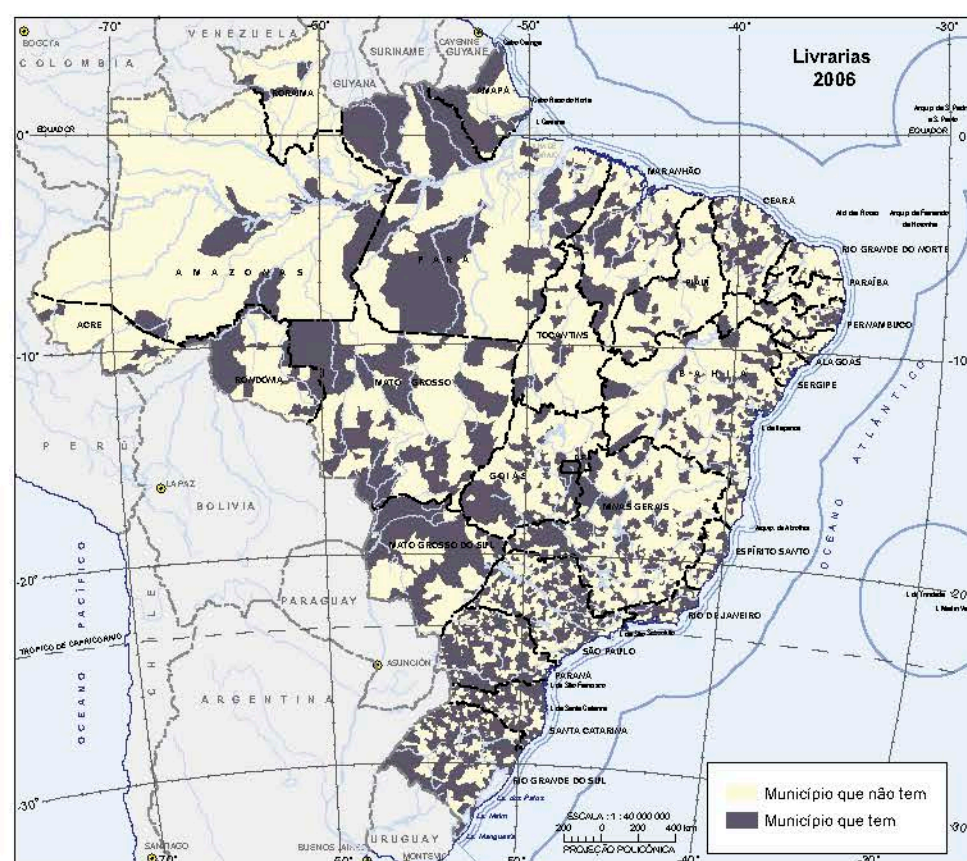
Distribuição de alunos em cursos de pós-graduação - 2008



Equipamentos culturais nos municípios



Equipamentos culturais nos municípios

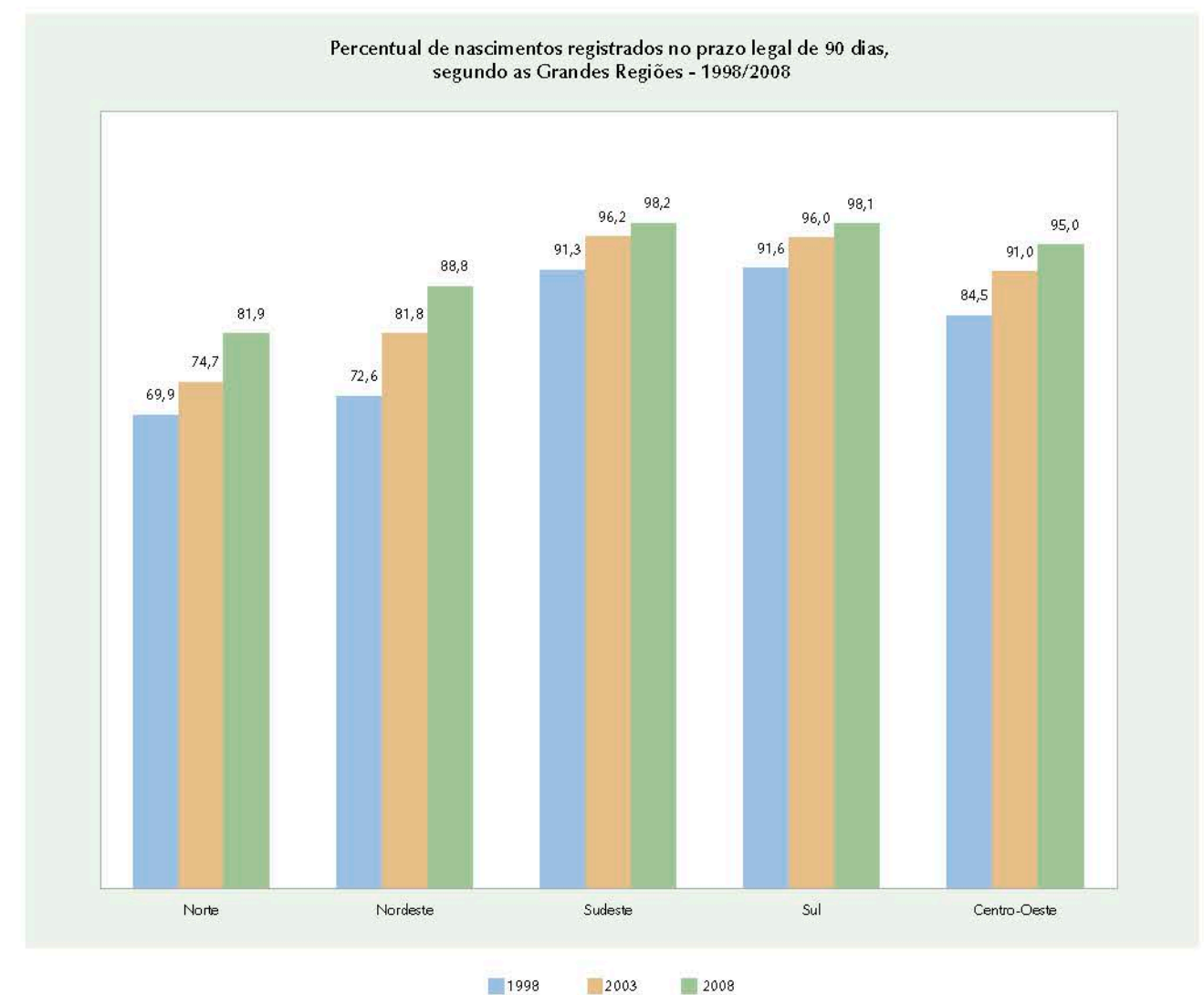
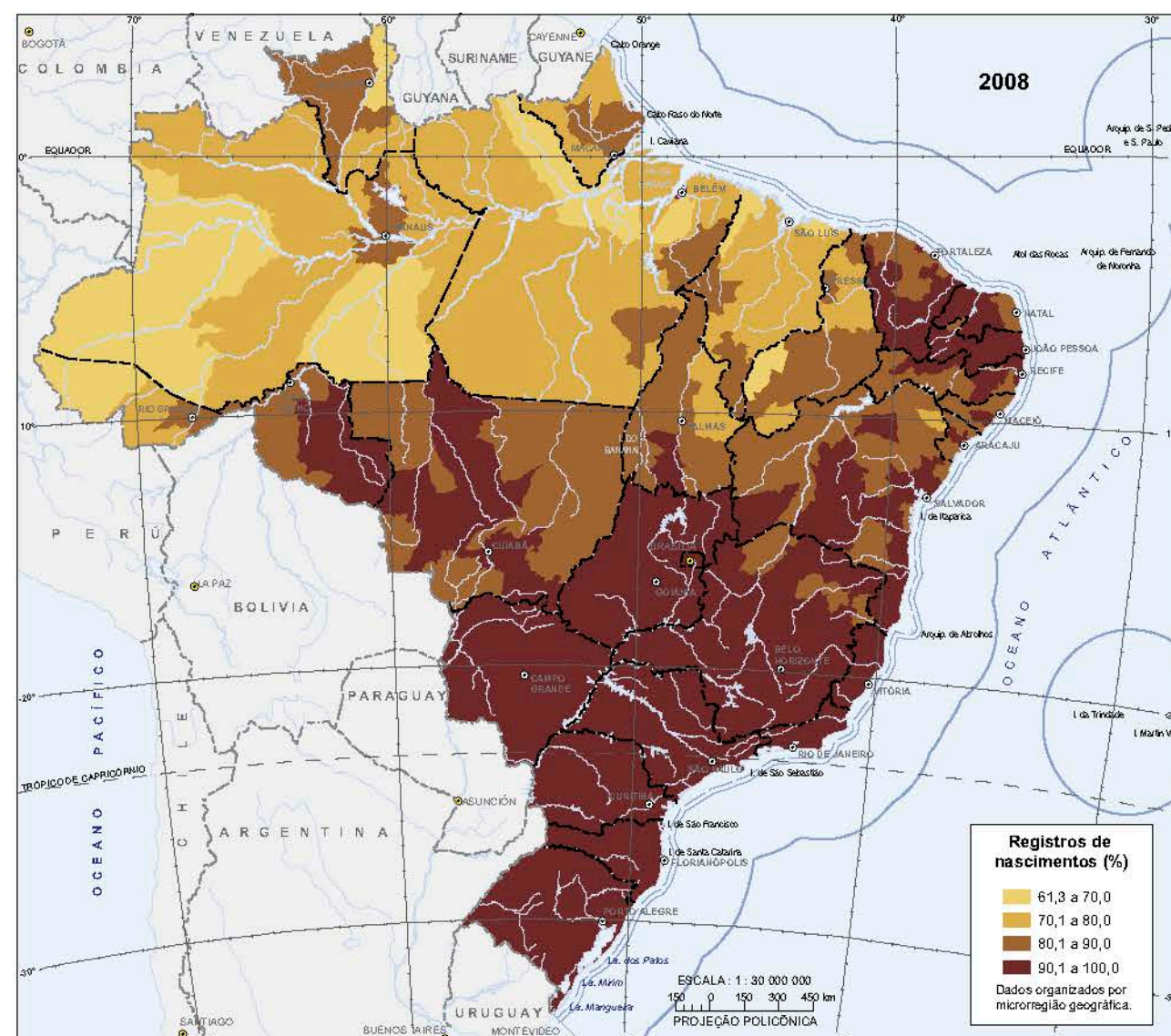
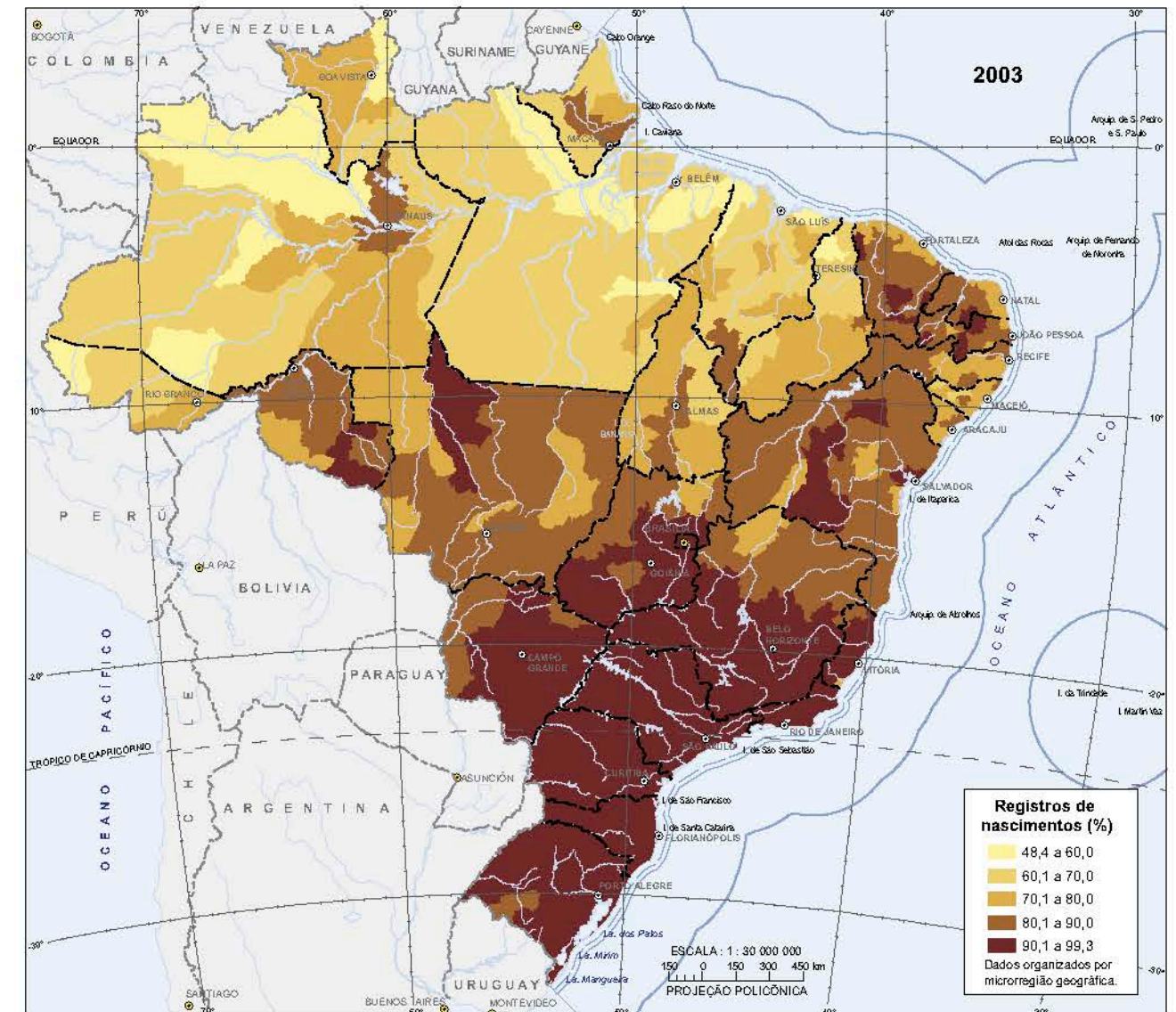
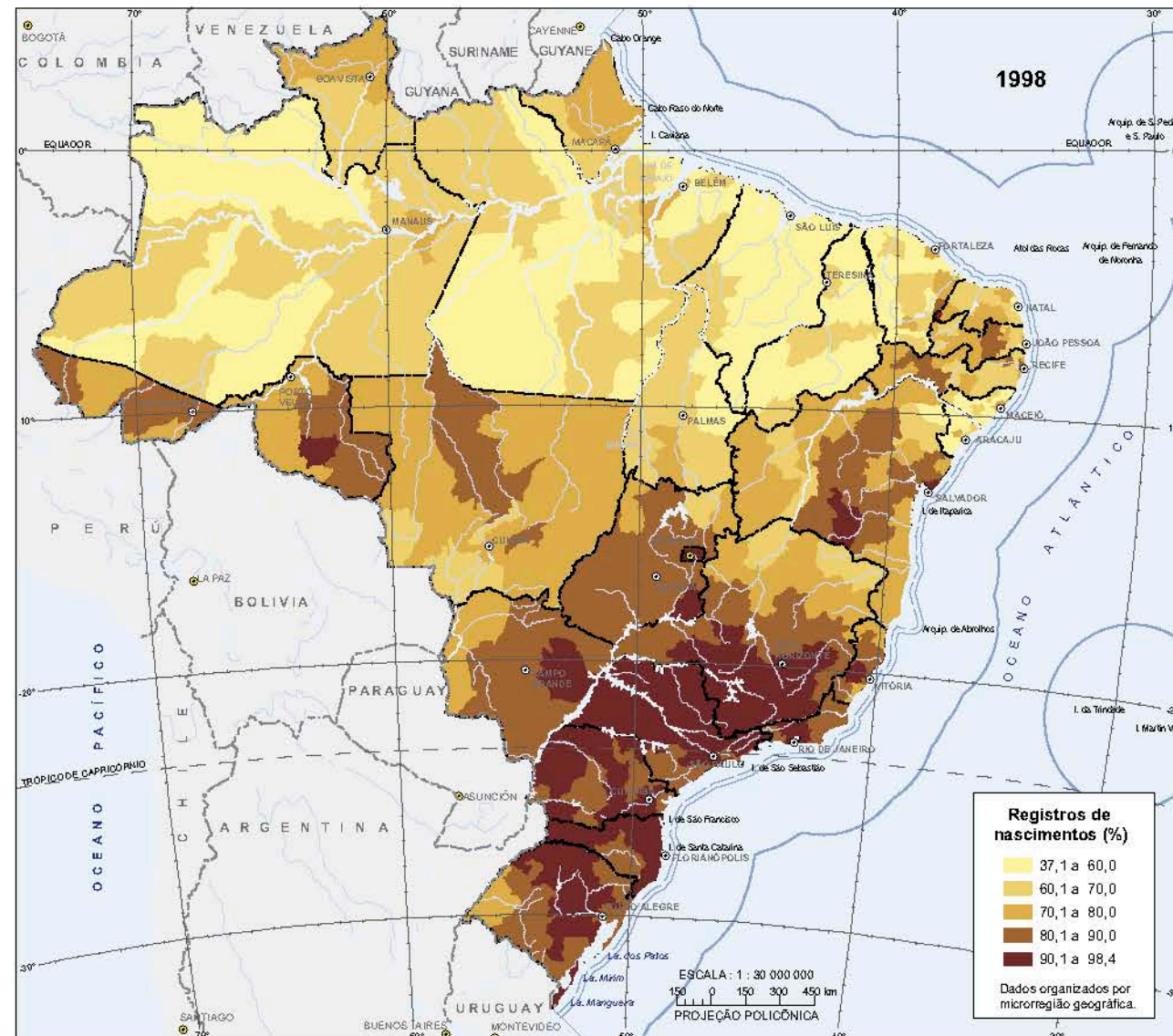


Museu Imperial de Petrópolis

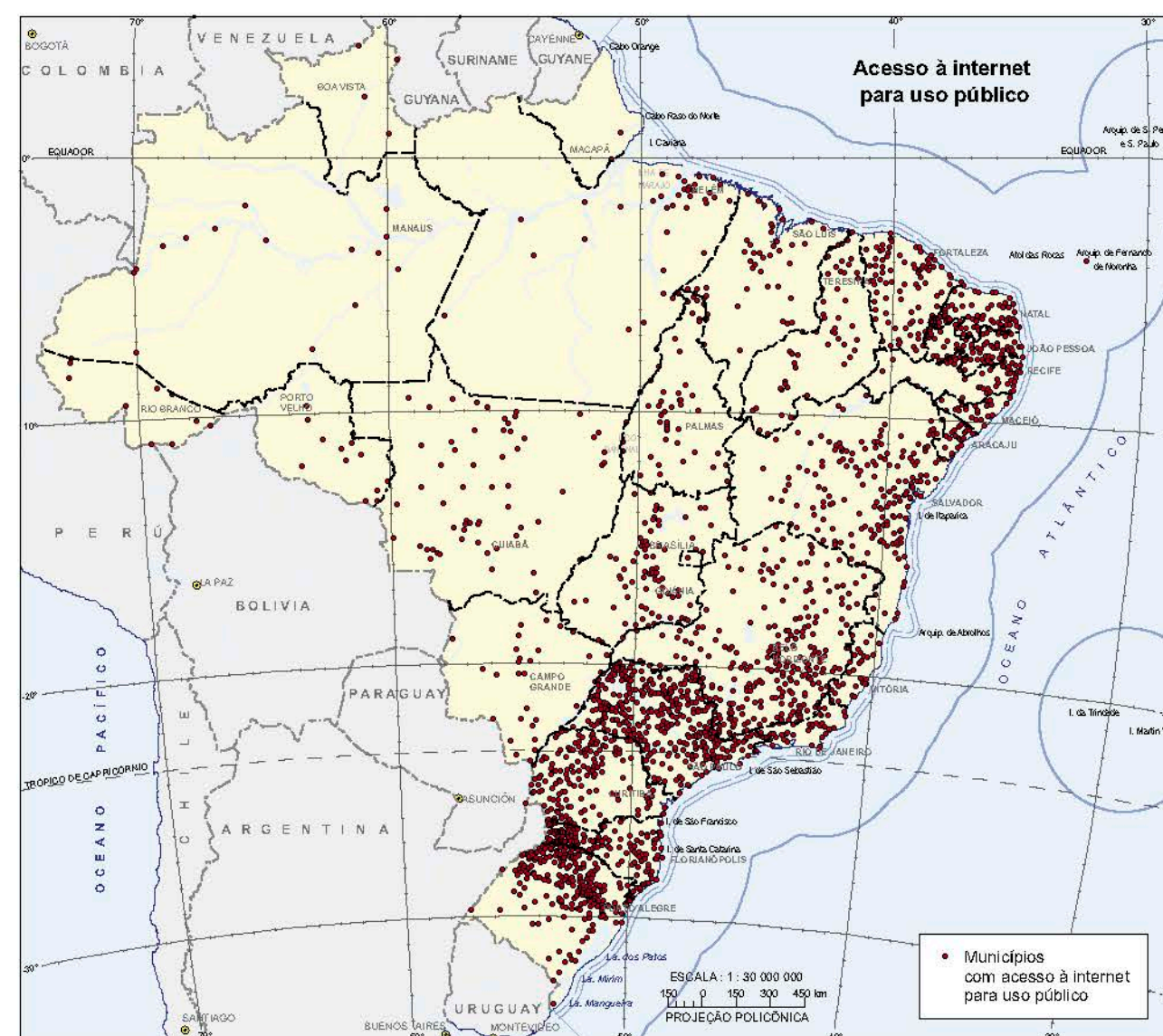
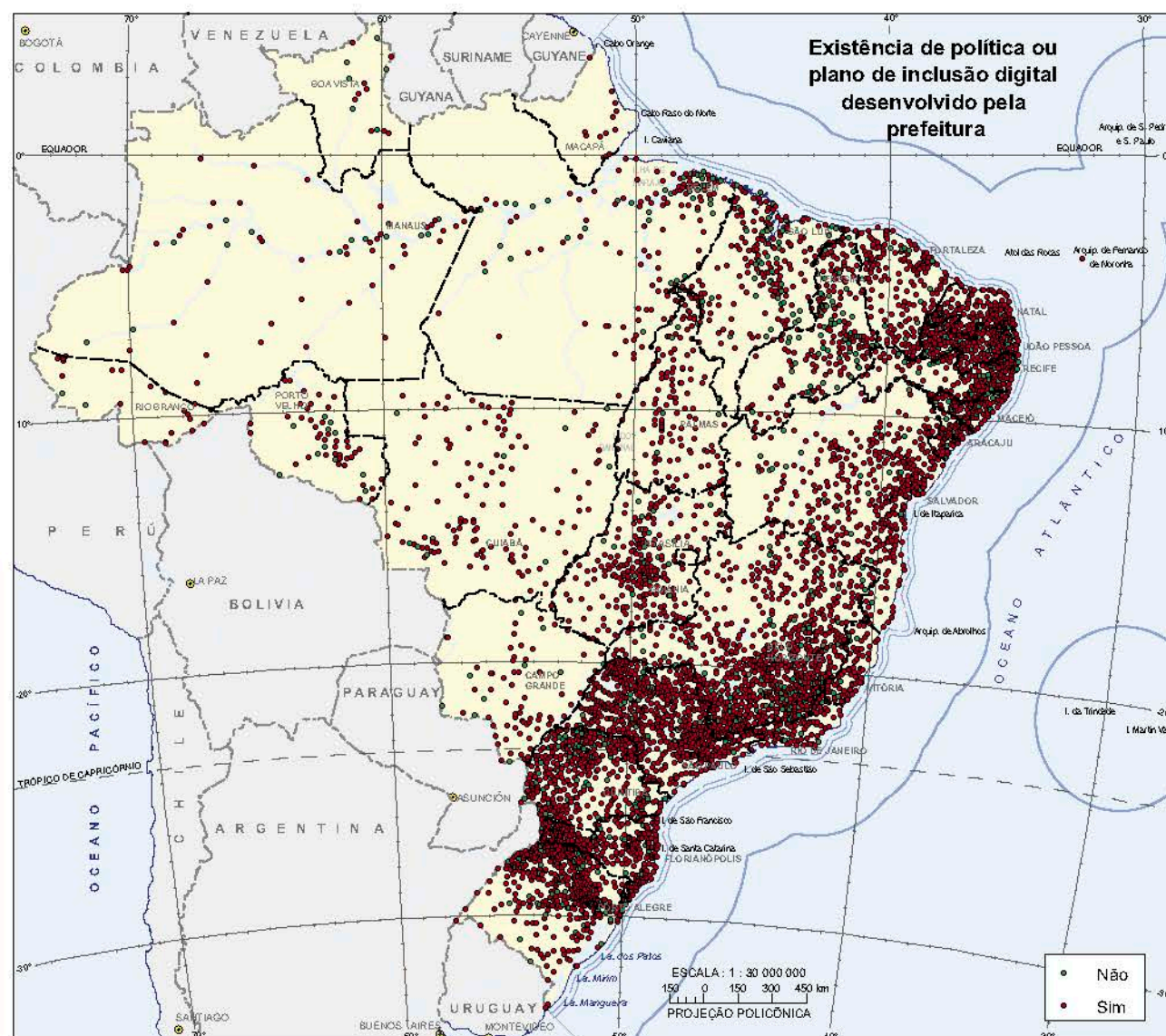


Foto: Denise Maria Penna Kronemberger

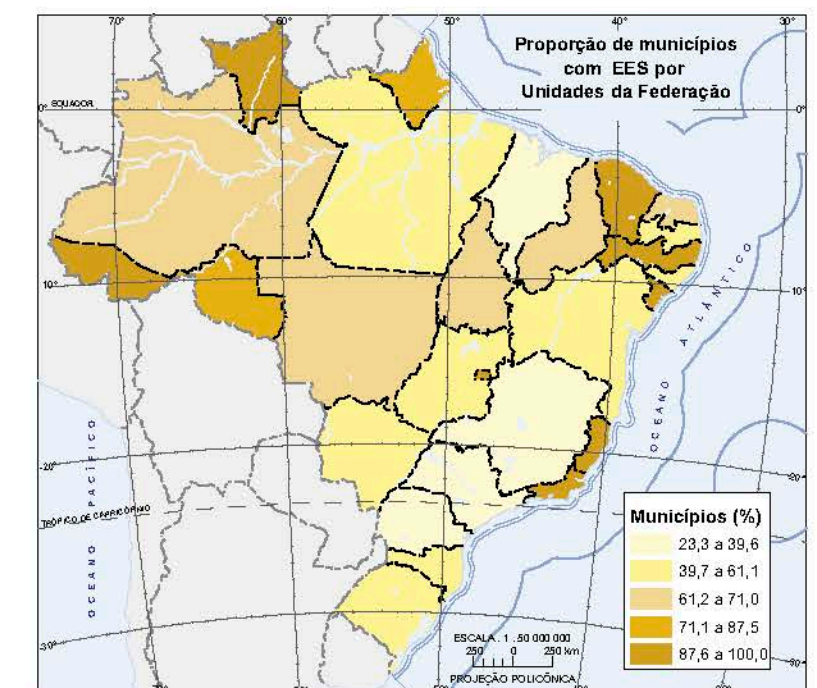
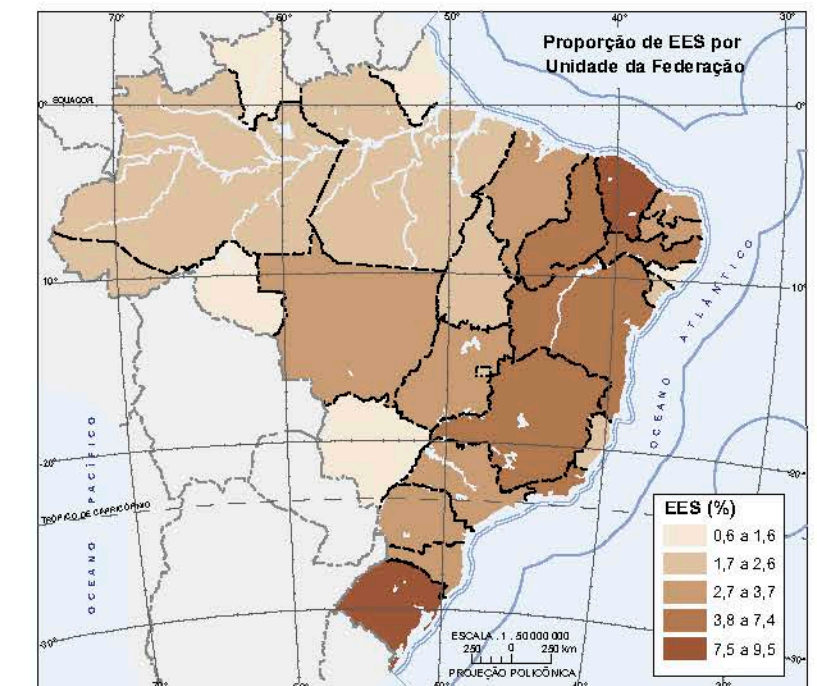
Registros de nascimento realizado em até 90 dias



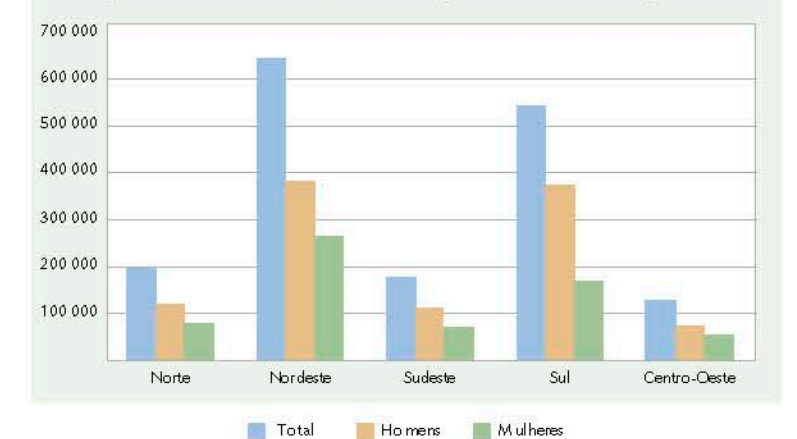
Inclusão digital - 2009



Economia solidária - 2007



Participantes dos EES, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2007

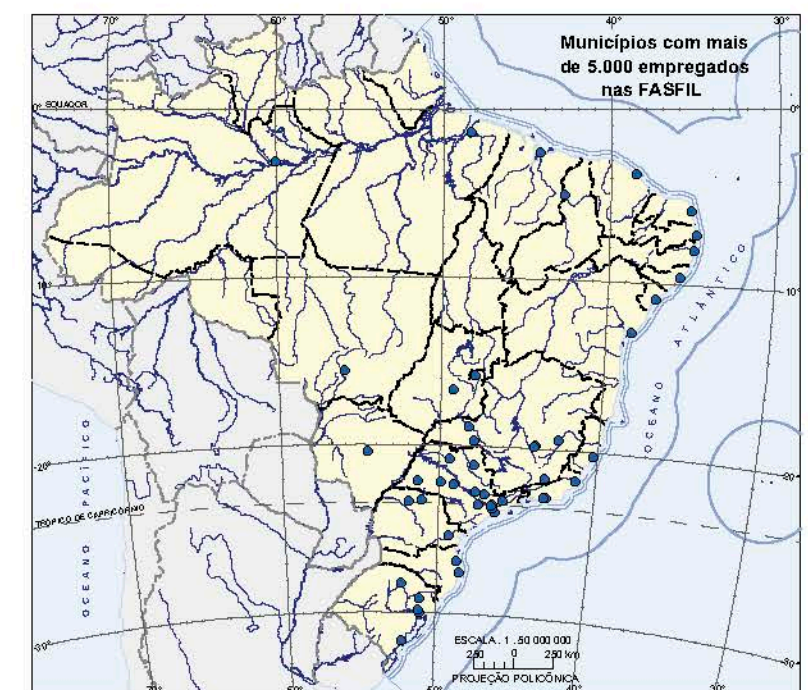
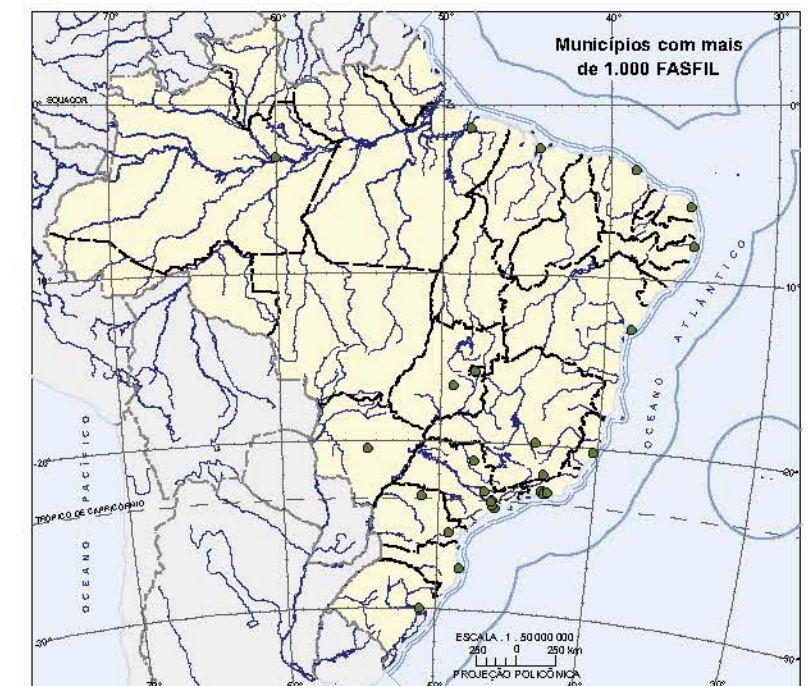


Fundações privadas e associações sem fins lucrativos
FASIL - 2005

Mapa do Brasil mostrando a densidade de fundações privadas e associações sem fins lucrativos em 2005, medida pelo índice FASIL/100 hab. O mapa utiliza uma escala de cores para representar diferentes níveis de densidade:

- 0,0 a 0,2 (Amarelo claro)
- 0,3 a 0,4 (Amarelo)
- 0,5 a 1,0 (Laranja)
- 1,1 a 1,8 (Vermelho claro)
- 1,9 a 4,3 (Vermelho escuro)

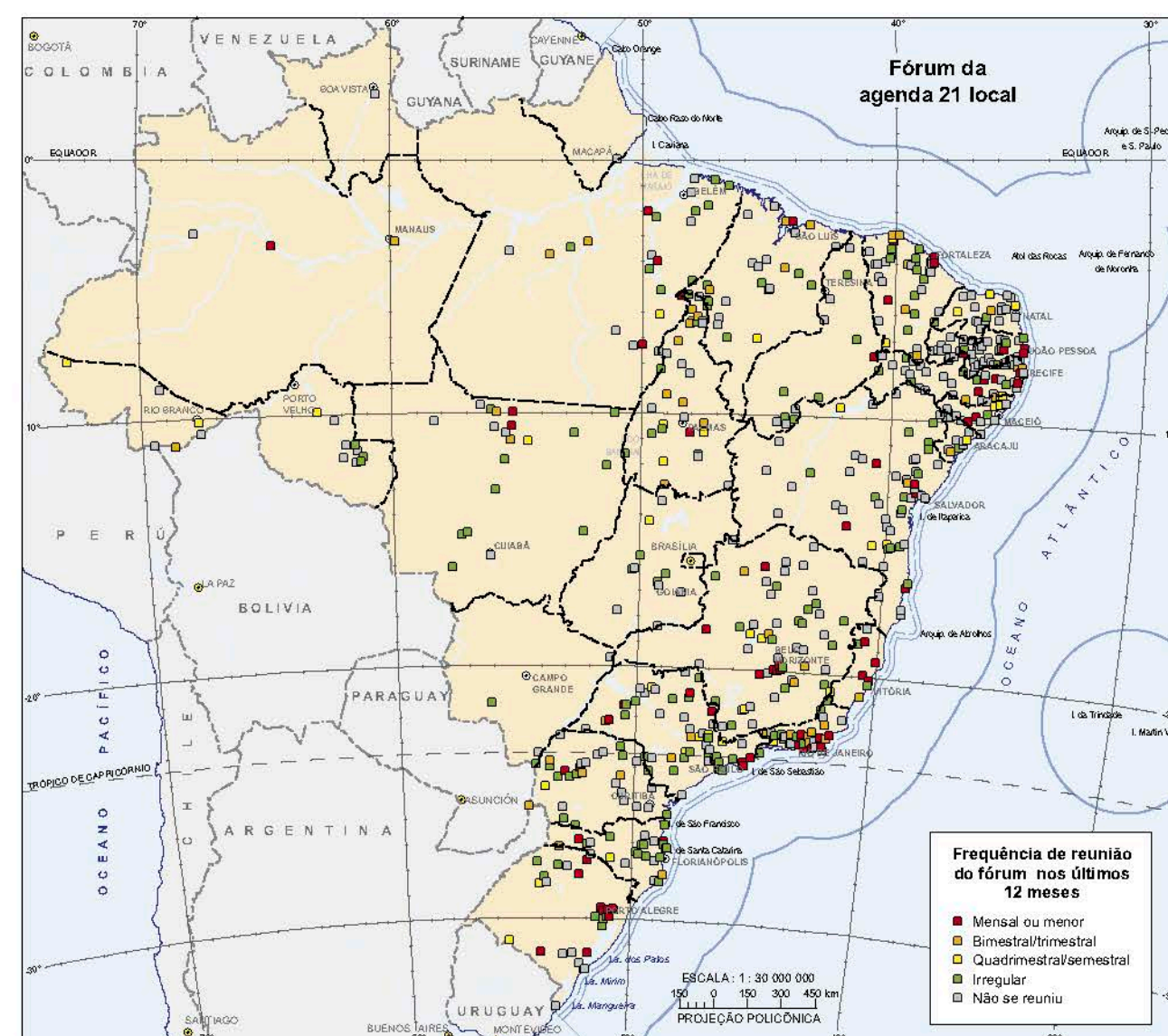
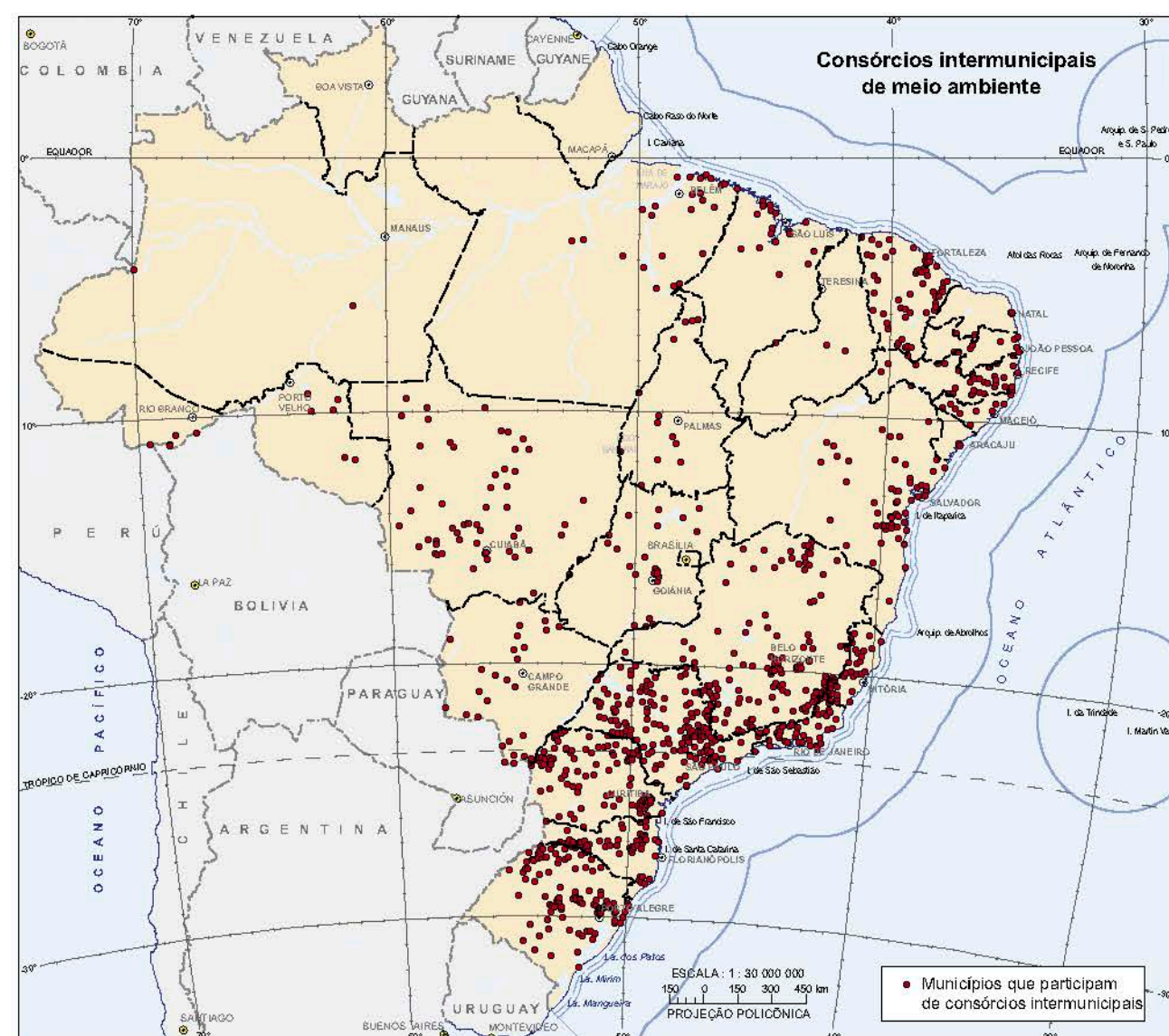
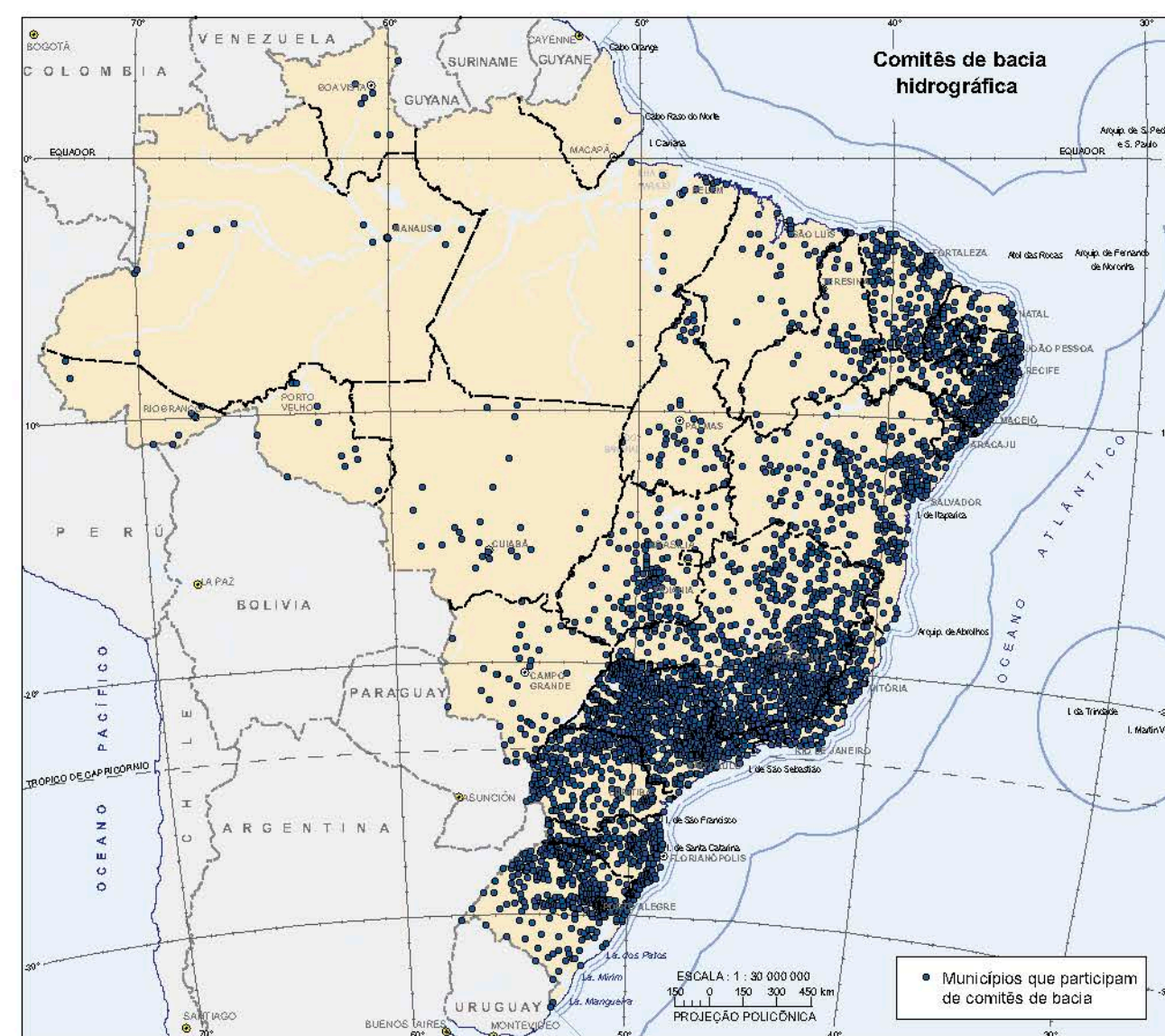
O mapa também indica as fronteiras estaduais, as fronteiras internacionais com países vizinhos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina, Chile, Uruguá) e o Oceano Atlântico. As principais cidades e regiões são rotuladas, incluindo Manaus, Belém, Macapá, Boa Vista, Roraima, Amapá, Guriatuba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. A escala é de 1:17.000.000 e a projeção cartográfica é a Poligônica.



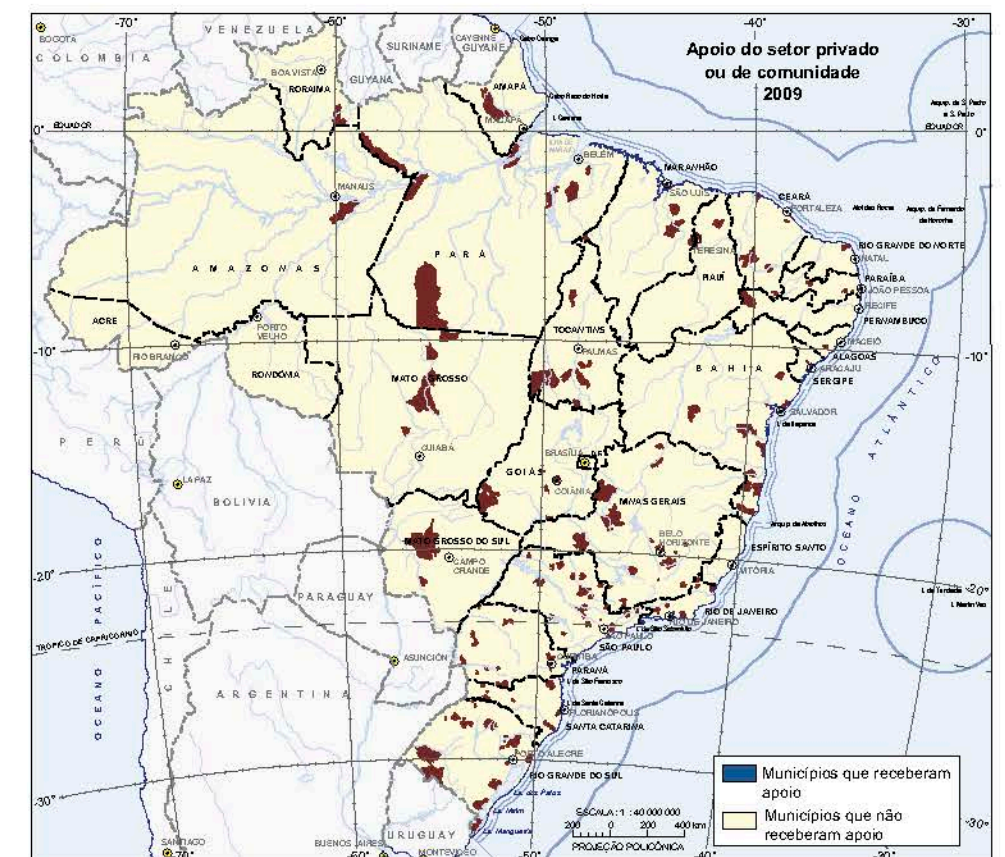
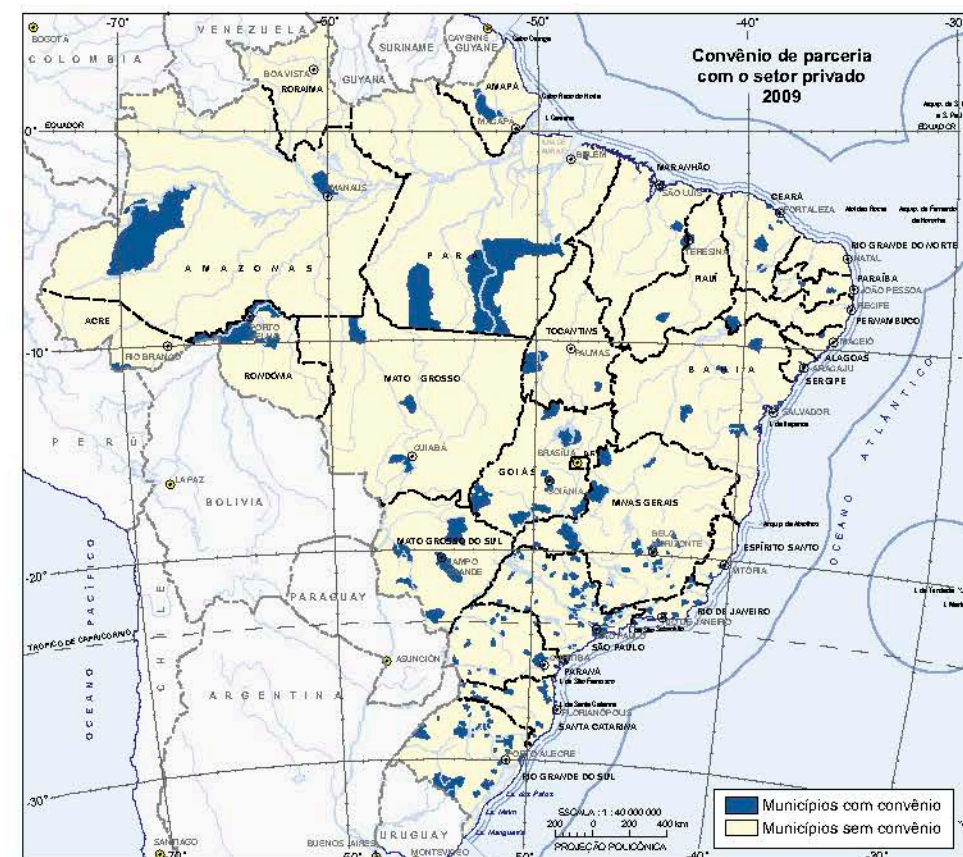
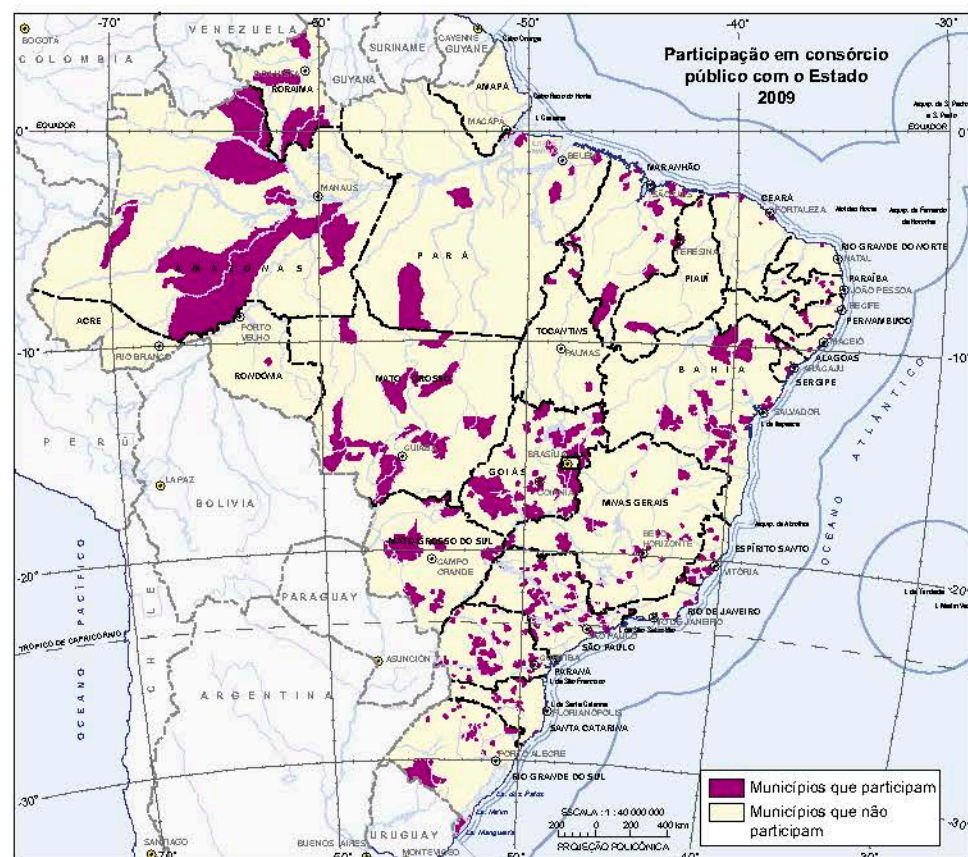
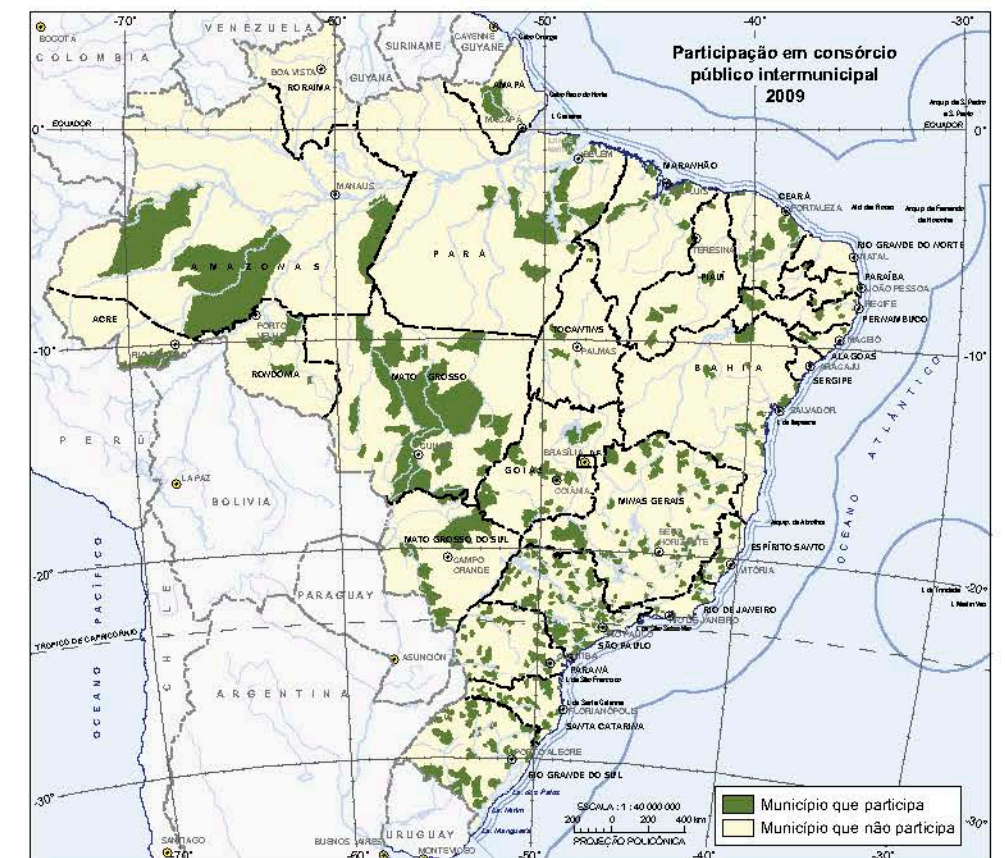
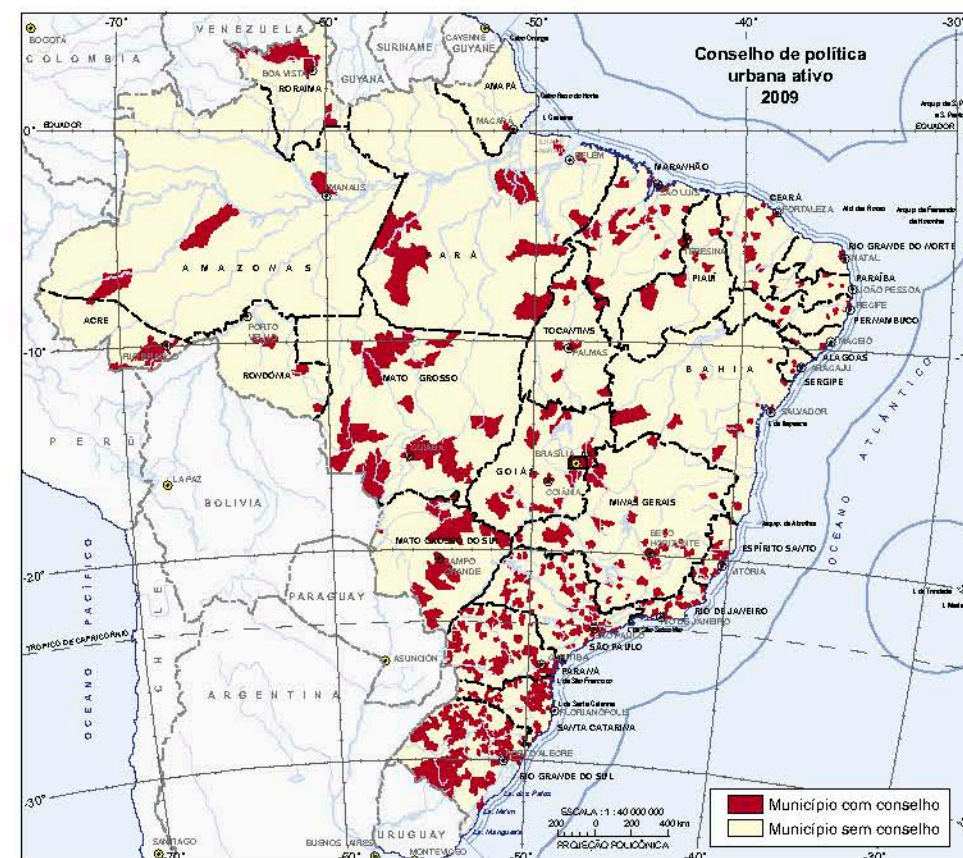
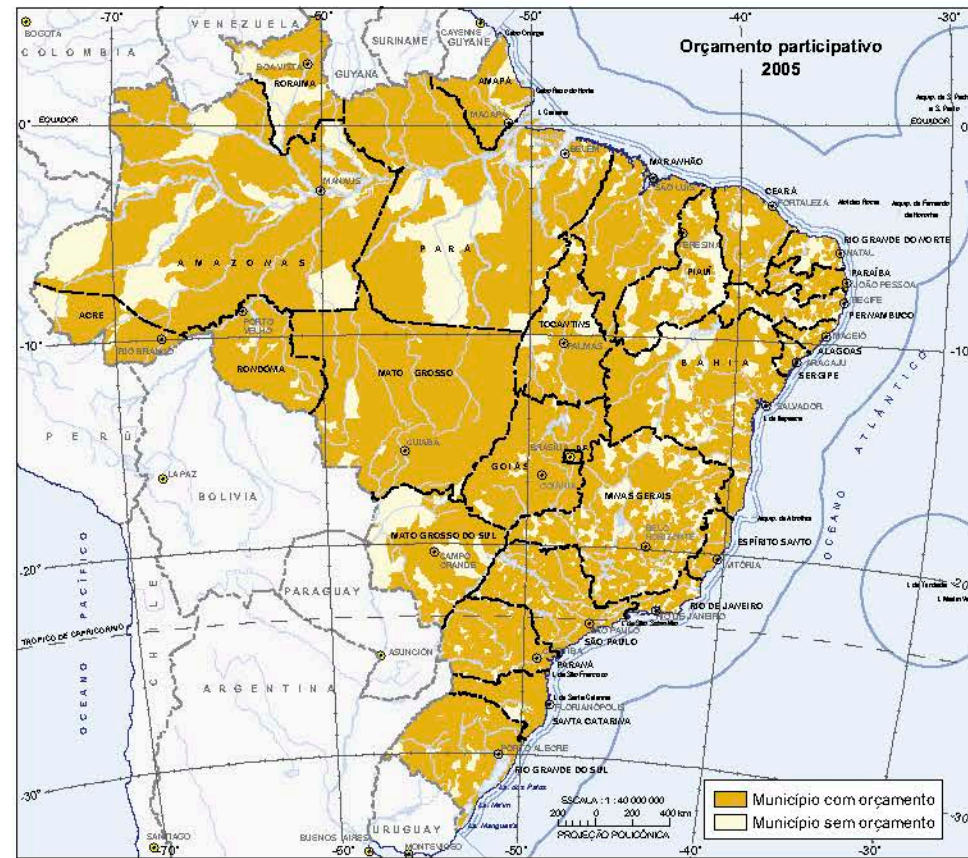
Nota: Pessoal ocupado assalariado



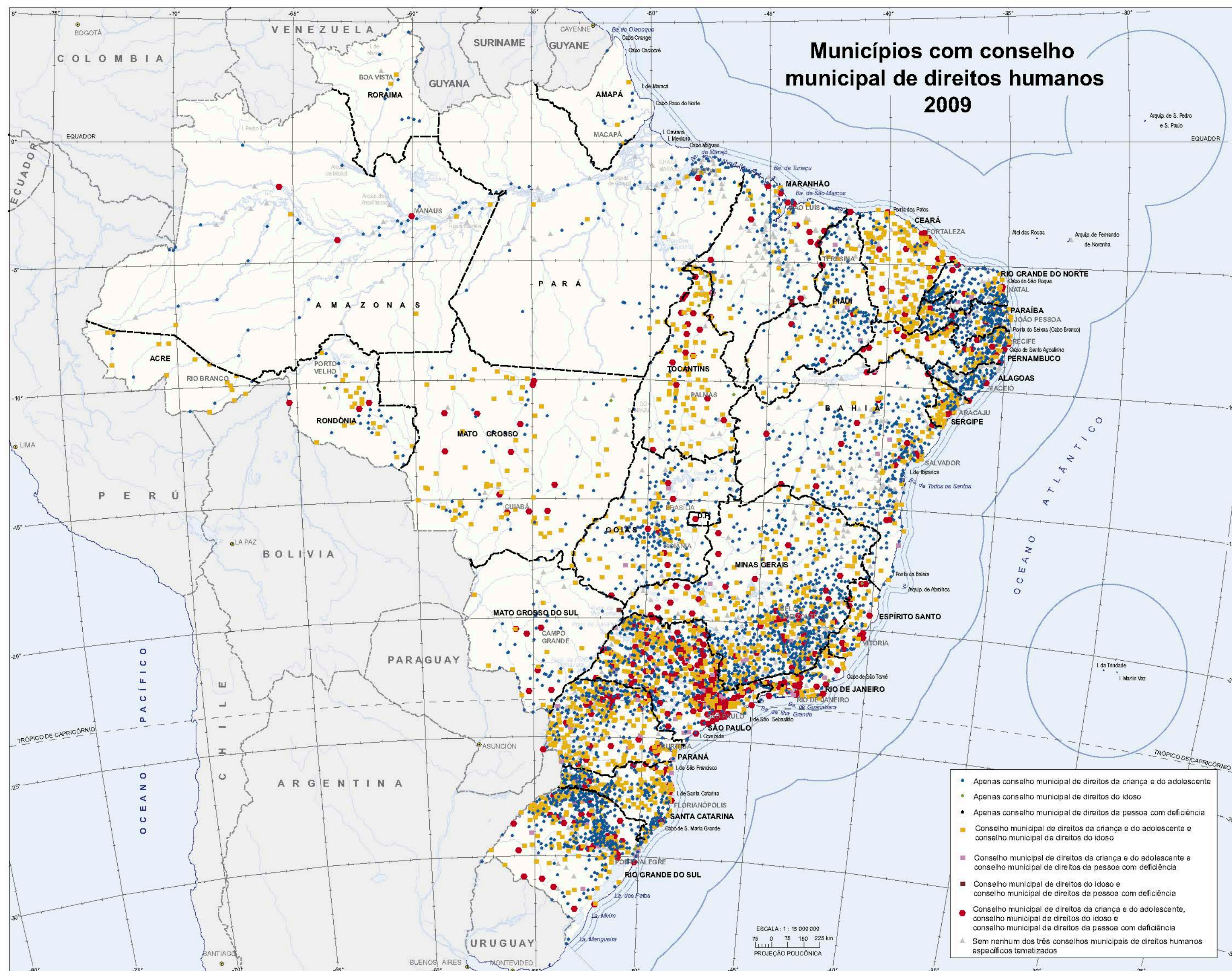
Institucionalidades participativas - 2009



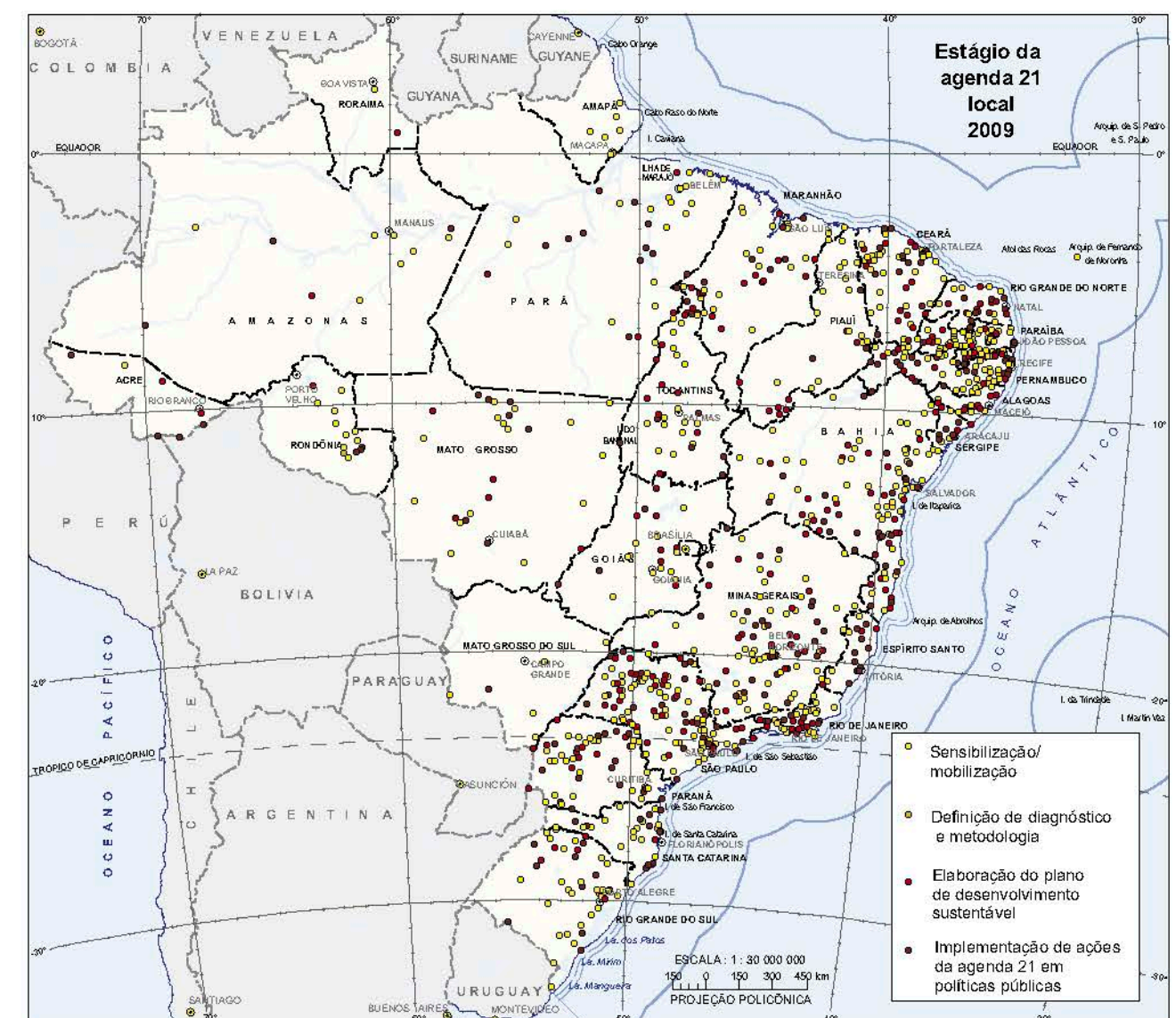
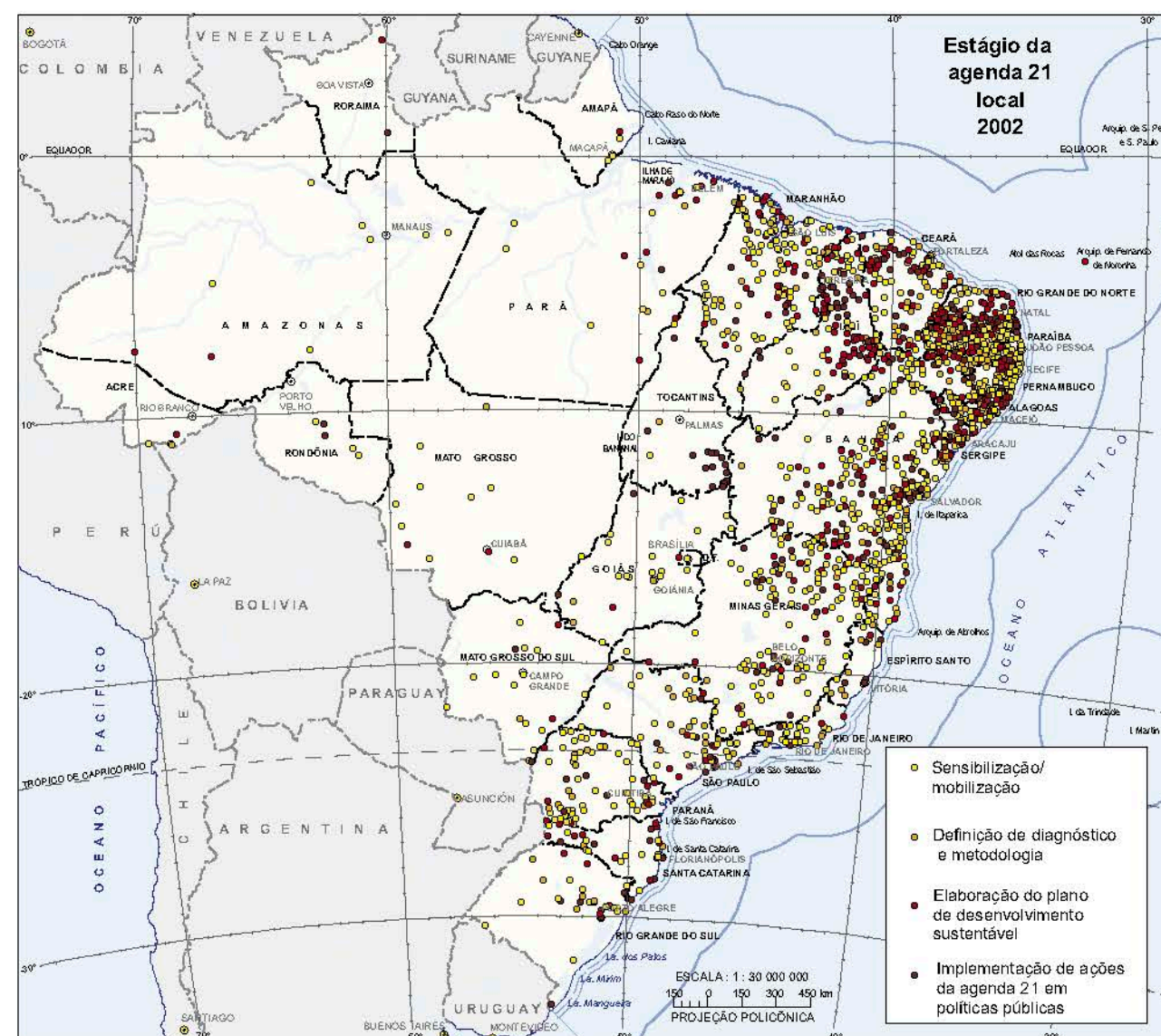
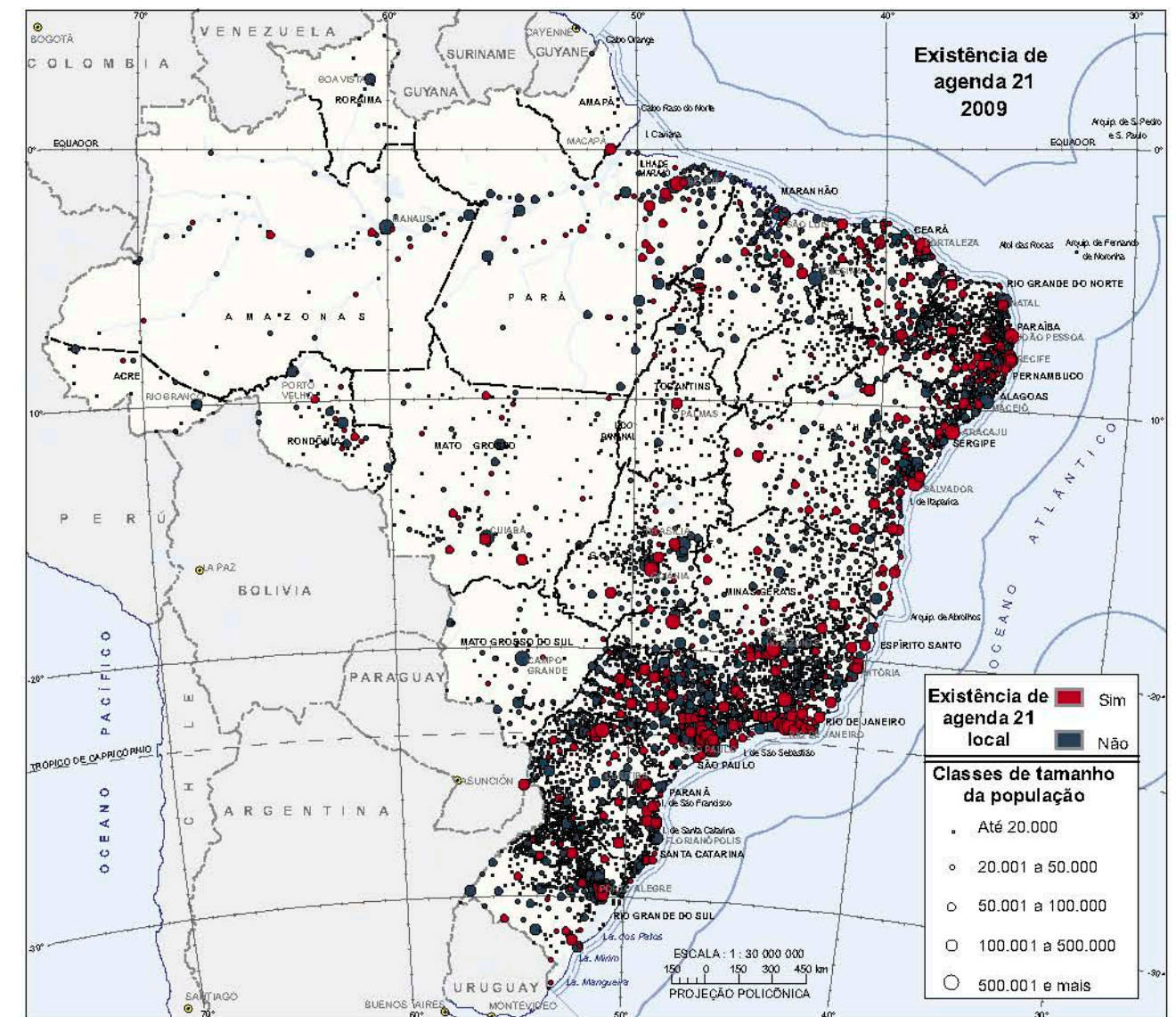
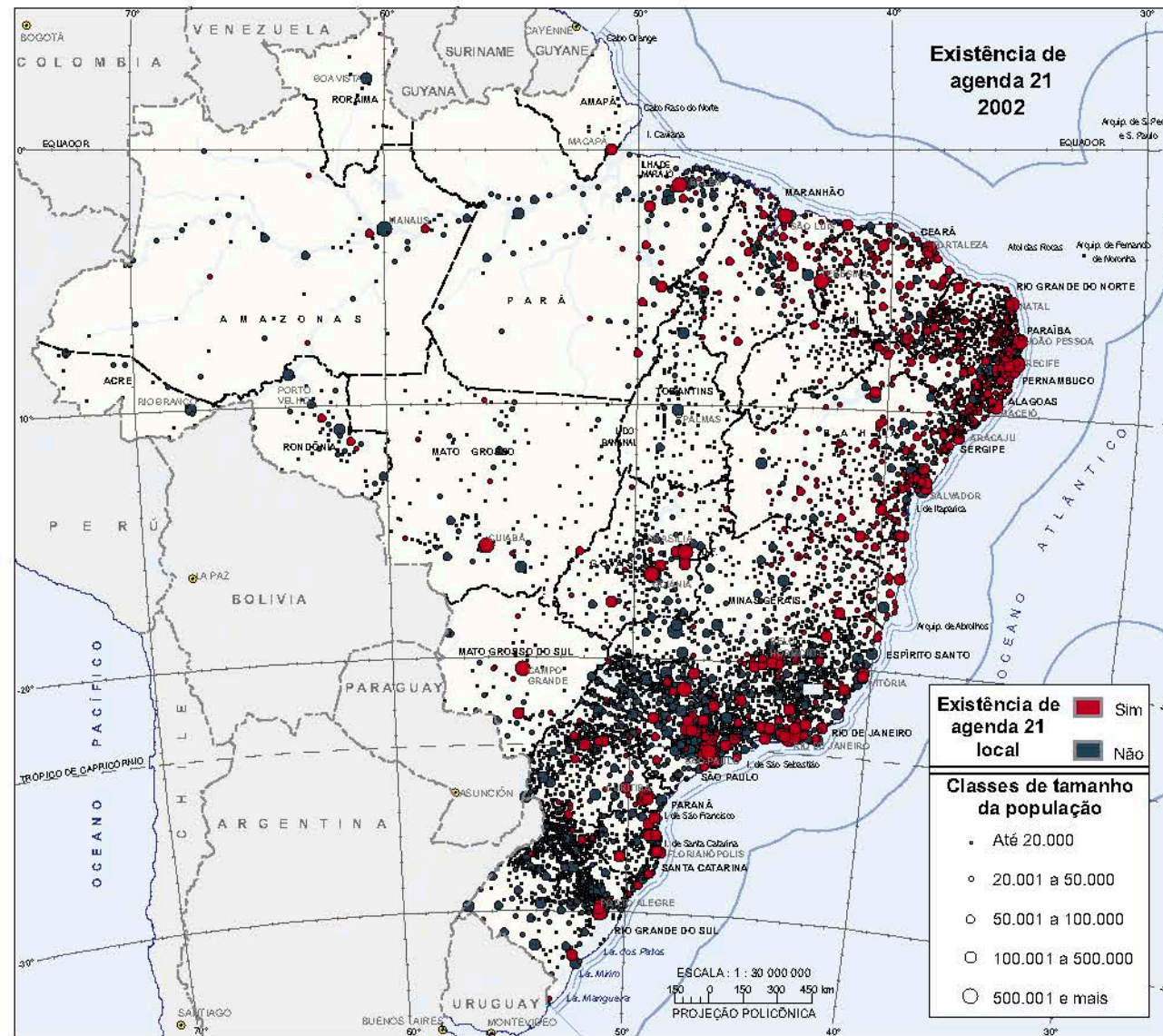
Governança



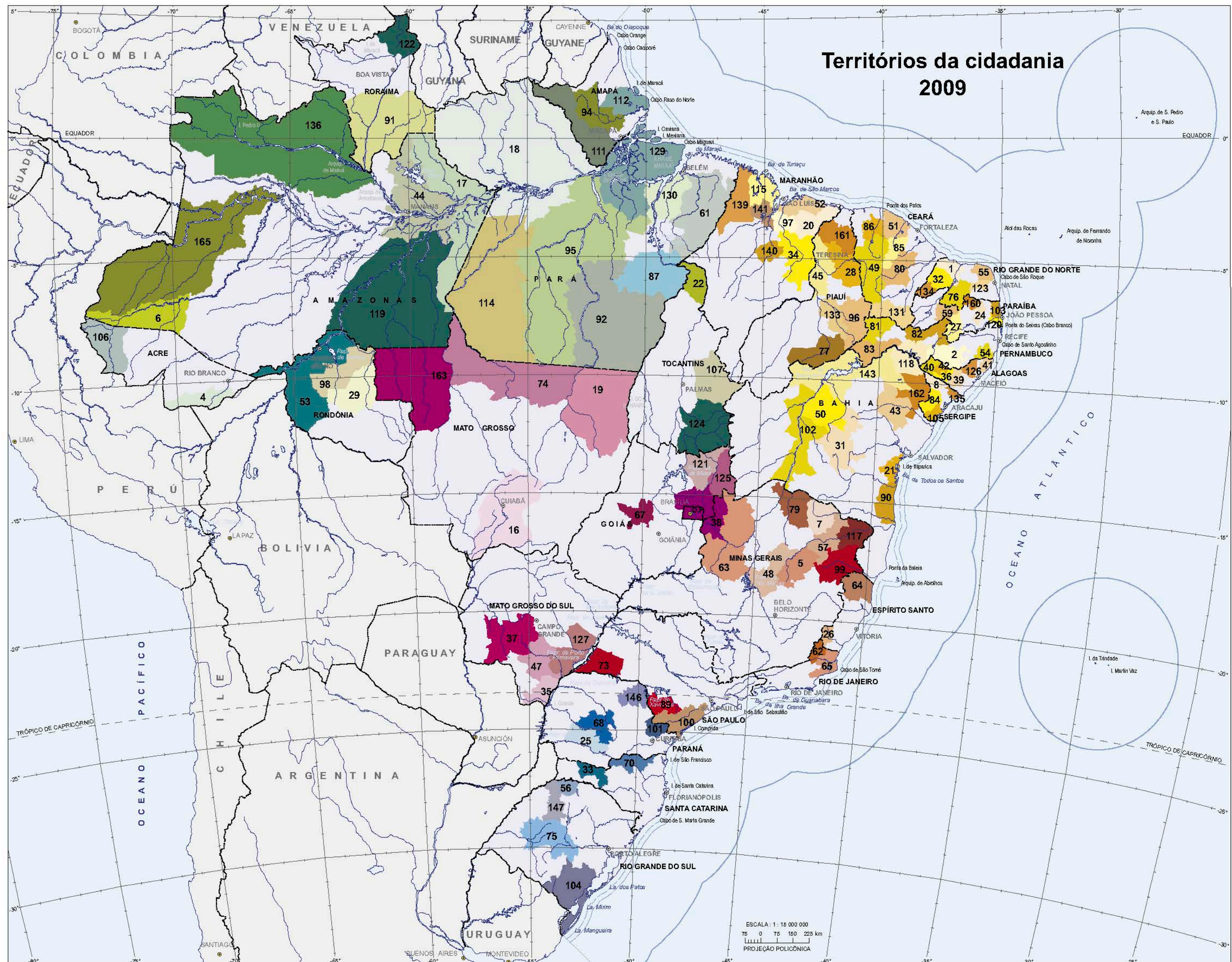
Direitos humanos

Municípios com conselho municipal de direitos humanos
2009

Agenda 21 local



Territórios da cidadania



Territórios da cidadania

Região Norte

- 4 - Alto Acre e Capixaba - AC
- 6 - Alto Juruá - AM
- 17 - Baixo Amazonas - AM
- 29 - Central - RO
- 44 - Manaus e Entorno - AM
- 53 - Madeira Mamoré - RO
- 91 - Sul de Roraima - RR
- 98 - Vale do Jamari - RO
- 106 - Vale do Juruá - AC
- 119 - Madeira - AM
- 122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - RR
- 136 - Rio Negro da Cidadania Indígena - AM
- 165 - Mesorregião Alto Solimões - AM
- 18 - Baixo Amazonas - PA
- 22 - Bico do Papagaio - TO
- 61 - Nordeste Paraense - PA
- 87 - Sudeste Paraense - PA
- 92 - Sul do Pará/Alto Xingu - PA
- 94 - Centro Oeste - AP
- 95 - Transamazônica - PA
- 107 - Jalapão - TO
- 111 - Sul do Amapá - AP
- 112 - Dos Lagos - AP
- 114 - BR 163 - PA
- 124 - Sudeste - TO
- 129 - Marajó - PA
- 130 - Baixo Tocantins - PA

Região Nordeste

- 20 - Baixo Parnaíba - MA
- 28 - Carnaubais - PI
- 34 - Cocais - MA
- 45 - Entre Rios - PI
- 52 - Lençóis Maranhenses/Munim - MA
- 77 - Serra da Capivara - PI
- 96 - Vale do Guaribas - PI
- 97 - Vale do Itapecuru - MA
- 115 - Baixada Ocidental - MA
- 133 - Vale do Canindé - PI
- 139 - Alto Turi e Gurupi - MA
- 140 - Médio Mearim - MA
- 141 - Campo e Lagos - MA
- 161 - Cocais - PI

- 1 - Açú-Mossoró - RN
- 2 - Agreste Meridional - PE
- 8 - Alto Sertão - SE
- 21 - Baixo Sul - BA
- 24 - Borborema - PB
- 27 - Cariri Ocidental - PB
- 31 - Chapada Diamantina - BA
- 32 - Sertão do Apodi - RN
- 36 - Da Bacia Leiteira - AL
- 39 - Do Agreste - AL
- 40 - Do Alto Sertão - AL
- 41 - Do Litoral Norte - AL
- 42 - Do Médio Sertão - AL
- 43 - Do Sisal - BA
- 49 - Inhamus Crateus - CE
- 50 - Irecê - BA
- 51 - Vales do Curu e Aracatiagu - CE
- 54 - Mata Sul - PE
- 55 - Mato Grande - RN
- 59 - Médio Sertão - PB
- 76 - Seridó - RN
- 80 - Sertão Central - CE
- 81 - Sertão do Araripe - PE
- 82 - Sertão do Pajeú - PE
- 83 - Sertão do São Francisco - PE
- 84 - Sertão Ocidental - SE
- 85 - Sertões de Canindé - CE
- 86 - Sobral - CE
- 90 - Litoral Sul - BA
- 102 - Velho Chico - BA
- 103 - Zona da Mata Norte - PB
- 105 - Sul Sergipano - SE
- 118 - Itaparica - BA/PE
- 120 - Zona da Mata Sul - PB
- 123 - Potengi - RN
- 126 - Mata Alagoana - AL
- 131 - Cariri - CE
- 134 - Alto Oeste - RN
- 135 - Baixo São Francisco - SE
- 143 - Sertão do São Francisco - BA
- 160 - Curimataú - PB
- 162 - Semi-Árido Nordeste II - BA

Região Sudeste

- 5 - Alto Jequitinhonha - MG
- 7 - Alto Rio Pardo - MG
- 26 - Caparaó - ES
- 48 - Sertão de Minas - MG
- 57 - Médio Jequitinhonha - MG
- 62 - Noroeste - RJ
- 63 - Noroeste de Minas - MG
- 64 - Norte - ES
- 65 - Norte - RJ
- 73 - Pontal do Paranapanema - SP
- 79 - Serra Geral - MG
- 89 - Sudoeste Paulista - SP
- 99 - Vale do Mucuri - SP
- 100 - Vale do Ribeira - SP
- 117 - Baixo Jequitinhonha - MG

Região Sul

- 25 - Cantuquiriguaçu - PR
- 33 - Meio Oeste Contestado - SC
- 56 - Médio Alto Uruguai - RS
- 68 - Paraná Centro - PR
- 70 - Planalto Norte - SC
- 75 - Região Central - RS
- 101 - Vale do Ribeira - PR
- 104 - Zona Sul do Estado - RS
- 146 - Norte Pioneiro - PR
- 147 - Noroeste Colonial - RS

Região Centro-Oeste

- 16 - Baixada Cuiabana - MT
- 19 - Baixo Araguaia - MT
- 35 - Cone Sul - MS
- 37 - Da Reforma - MS
- 47 - Grande Dourados - MS
- 67 - Vale do Rio Vermelho - GO
- 74 - Portal da Amazônia - MT
- 121 - Chapada dos Veadeiros - GO
- 125 - Vale do Paraná - GO
- 127 - Vale do Ivinhema - MS
- 163 - Noroeste - MT

Região Centro-Oeste e Sudeste

- 38 - Das Águas Emendadas DF/GO/MG